

MAXIMILIANO MAZEWSKI MONTEIRO DE ALMEIDA

***MANDADO ADOPTAR : LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E
GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA AS ESCOLAS
ELEMENTARES (1896-1902).***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, como exigência parcial para obtenção do grau de MESTRE em História, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob Orientação da Professora Dr^a Maria Helena Camara Bastos.

PORTO ALEGRE
2007

MAXIMILIANO MAZEWSKI MONTEIRO DE ALMEIDA

Dissertação de Mestrado em História:

***MANDADO ADOPTAR* : LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E
GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA AS ESCOLAS
ELEMENTARES (1896-1902)**

Aprovada, em 06 de Julho de 2007, com Grau: 9,5.
Banca Examinadora:

Dr^a. Maria Helena Camara Bastos
Orientadora – PUCRS

Dr. Charles Monteiro – PPGH/PUCRS

Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara – PPGEDU/UFPEL

Programa de Pós-Graduação em História
História das Sociedades Ibéricas e Americanas
Concentração de Pesquisa: Sociedade, Ciência e Arte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

2007

*Dedico este trabalho a todas as nossas professoras e professores,
Aos historiadores e pesquisadores em História da Educação.*

Agradeço por esta oportunidade à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e à equipe de professores e funcionários de seu Programa de Pós-Graduação em História. Especialmente, agradeço à professora Maria Helena Camara Bastos, por sua orientação, colaboração, amizade e incansável dedicação à pesquisa em História da Educação. À minha esposa, pela paciência, apoio e carinho. À minha mãe, pelo eterno incentivo aos estudos. Agradeço também aos funcionários da Biblioteca da PUCRS, da Biblioteca Pública do Estado, do Instituto Histórico e Geográfico do RS, do Arquivo Histórico do RS e do Memorial do Ministério Público. Aos colegas de curso. Agradeço ao CNPq, que possibilitou, entre outras realizações, minhas viagens e participações em eventos acadêmicos, pelo apoio financeiro indispensável.

Resumo:

Na perspectiva da história cultural e, especialmente, da história dos manuais escolares, o estudo analisa os livros didáticos de história e geografia do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos para o ensino elementar pelo governo castilhista (entre 1896 e 1902) - *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, de João Cândido Maia (1898); *O Rio Grande do Sul para as escolas*, de José Pinto da Fonseca Guimarães (1896) e *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, de Henrique Martins (1898) -, quanto à produção e circulação, à materialidade, ao conteúdo, às referências bibliográficas, à biografia dos autores. Analisando uma ampla e diversificada série de documentos manuscritos e impressos sobre a Instrução Pública do RS, procurando informações relativas à adoção de livros didáticos. A pesquisa verifica também as interpretações da historiografia sul-rio-grandense para estes livros escolares. O estudo analisa os primeiros discursos sobre a situação da instrução pública no Estado, após a proclamação da República, que evidenciam a necessidade de obras didáticas sobre a história e a geografia do RS, porém inexistentes, para implementar os programas de ensino público. Para isso, nas atas de sessões do Conselho Escolar, analisou-se os debates entre os avaliadores de livros didáticos, a adoção oficial e a distribuição às salas de aula. Investiga a participação dos agentes de seleção e produção do material didático; os representantes do Estado, os editores, livreiros e os autores, bem como questões econômicas e políticas que envolveram a produção e o consumo de livros didáticos. O estudo aponta a importância do livro didático de história e de geografia, especialmente os conteúdos de ensino cívico, como fundamento pedagógico da didática republicana e legitimador dos interesses históricos dos grupos dominantes. Assim, essa estratégia contribuía para a qualificação do eleitorado republicano. Conclui sobre os ensinamentos de história e geografia regionais como úteis ao projeto de hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense e na formulação da identidade republicana, através do ensino público – livre, laico e gratuito – como sustentador da modernização social do Estado.

Palavras-chave: manual escolar, história, Rio Grande do Sul, castilhismo, instrução pública.

Abstract:

The subjects studied are the history and geography school books of Rio Grande do Sul State, distributed to the elementary education system by the castilhist government, between 1896 and 1902: *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, written by João Candido Maia; *O Rio Grande do Sul para escolas*, by José Pinto da Fonseca Guimarães and *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul*, by Henrique Martins. It analyzes ample and diversified series of handwritten documents printed under public instruction of RS, looking for information related to books adoption. It studied the work contents and its bibliography. The research also verified the interpretations of the historiography of RS to these school books. The production of the history book was studied, understanding the importance attributed to the civil learning as a pedagogical motive of the republican didactic and genuine of the historical interests of their dominant groups. The history and geography studies use to contribute to the republican voter. It looks forward to analyze the learning regional history and geography contribution in the hegemony project of the Rio-Grandense Republican Party and the affirmation republican identity, through the public learning - free, lay and gratuitous - as lifting of the social modernization of the State. The objectives of the public instructions reorganization, during the castilhist government, are identified and compared to the messages printed in the history lessons. The study follows, since its first speech that shows those didactic works as necessary, however nonexistent, to implement the public learning programs, following its presentation to the Schoolary Council session, the debates among its valuer, the official adoption until been distributed to the classes. The participation of the agents and manufactures of the didactic material, was investigated, the state representatives, the editors, booksellers and the authors, as well as the economic and politics questions that involved the school books consumption.

Key – words: school books, history, castilhism, Rio Grande do Sul, public instruction.

Antes de tudo, há dois tipos de escritores: aqueles que escrevem em função do assunto e os que escrevem por escrever. Os primeiros tiveram pensamentos, ou fizeram experiências, que lhes parecem dignos de ser comunicados; os outros precisam de dinheiro e por isso escrevem, só por dinheiro. Pensam para exercer sua atividade de escritores. É possível reconhecê-los tanto por sua tendência de dar a maior extensão possível a seus pensamentos enviados, forçados e vacilantes, como por sua preferência pelo claro-escuro, a fim de parecerem ser o que não são. É por isso que sua escrita não tem precisão nem clareza. Desse modo, pode-se notar logo que eles escrevem para encher o papel [...]. Também se pode dizer que há três tipos de autores: em primeiro lugar, aqueles que escrevem sem pensar. Escrevem a partir da memória, de reminiscências, ou diretamente a partir de livros alheios. Essa classe é a mais numerosa. Em segundo lugar, há os que pensam enquanto escrevem. Eles pensam justamente para escrever. São bastante numerosos. Em terceiro lugar, há os que pensaram antes de se pôr a escrever. Escrevem apenas porque pensaram. São raros. [...] Mas os fazedores de livros, os escritores de compêndios, os historiadores triviais, entre outros, tiram sua matéria diretamente dos livros. É dos livros que ela é transferida para os dedos, sem ter passado por qualquer inspeção na cabeça, sem ter pagado imposto alfandegário, nem muito menos ter sofrido algum tipo de elaboração. (Como seriam eruditos alguns autores se soubessem tudo o que está em seus próprios livros!) Por isso, seu texto costuma ter um sentido tão indeterminado que os leitores quebram em vão a cabeça na tentativa de descobrir o que eles pensam afinal. Eles simplesmente não pensam. O livro a partir do qual escrevem muitas vezes foi resultado do mesmo processo.

(SCHOPENHAUER, Arthur. Sobre a escrita e o estilo. in: *A arte de escrever*. Trad. Pedro Sússekind. Porto Alegre: LP&M, 2007. p. 55-59)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. MANDANDO ADOTAR LIVROS DIDÁTICOS.....	22
1.1 Do CONSELHO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA AO CONSELHO ESCOLAR.....	29
1.2 PROCESSO DE ADOÇÃO DAS OBRAS DIDÁTICAS SOB O CASTILHISMO.....	42
2. MERCADO DE LIVROS DIDÁTICOS.....	53
2.1 Os CUSTOS PARA O ESTADO.....	58
3. MEMÓRIA E HISTÓRIA DO RS EM LIVROS DIDÁTICOS.....	66
3.1 GEOGRAPHIA DO ESTADO DO RS	74
3.2 O RIO GRANDE DO SUL PARA AS ESCOLAS.....	85
3.3 AS LIÇÕES DE JOÃO CÂNDIDO MAIA.	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	125
FONTES IMPRESSAS.....	131
FONTES MANUSCRITAS	135
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	135

Lista de figuras

Fig. 1 – Detalhe do ato de adoção do livro Geographia do Estado do Rio Grande do Sul.
p.46

Fig. 2 – Folha da dedicatória de Geographia do Estado do Rio Grande do Sul.
p. 49

Figura 3 – Ato de adoção anulado.
p. 50

Figura 4 – Detalhe do Ato de adoção reformulado.
p. 51

Fig. 5 - Logotipo da Livraria e Officinas a vapor Franco e Irmão.
p. 55

Fig. 6 – Assinaturas “selando” contrato.
p. 65

Fig. 7 - Júlio de Castilhos a \$300 (trezentos réis).
p. 73

fig. 8 - Folha de rosto de Geographia do Estado do Rio Grande do Sul.
p. 75

Fig. 9. Mapa: *A guerra no Rio Grande do Sul, suas principais operações*.
p.77

Fig.10 – Assinatura de Henrique Martins para prevenir fraudes.
p. 85

Fig. 11 - Capa da 1ª edição, 1896.
p. 86

Fig.12 - Capa de 1899.
p. 87

Fig. 13 - Ilustração das aquarelas em lâminas de papel de Rudolph Herman Wendroth, RGS (1852).
p. 96

Fig. 14 - Barco oficial.
p.98

Fig. 15 – Gravura.
p.103

Fig. 16- Fotografia de João Cândido Maia.
p.105

Fig. 17 - Detalhe da bibliografia consultada por Maia (1898).
p.107

Fig 18 - Capa da 7ª edição corrigida.
p. 110

Fig. 19 – Detalhe da folha de rosto (1927) .
p.111

Fig. 20. Ilustração do primeiro bispo da província.
p.112

Gráfico
p. 119

Lista de Abreviaturas e Siglas

AHRGS	-	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
IHGRGS	-	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
PUCRS	-	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	-	Rio Grande do Sul

Lista de quadros

Quadro 1 – As sete regiões escolares.
p.41

Quadro 2 – Investimento do governo na compra de livros.
p.63-64

INTRODUÇÃO

O historiador realiza, através da prática de pesquisa documental, reflexão, crítica e questionamento teórico, o texto historiográfico. Assim, os procedimentos, as regras, os códigos internos da construção textual historiográfica capacitam a quem os domina com a legitimidade de ser o historiador. O texto histórico pode ser entendido como uma elaboração de atividade intelectual específica, cujo objeto de estudo é assegurado por vestígios materiais da existência de um passado pertinente ao corpo social do qual se originou. A sociedade produz suas fontes históricas, documentos e monumentos, ela seleciona suas memórias. Essas memórias representam saberes sobre o passado e, dedicadas ao futuro, sob o prestígio do discurso historiográfico, também elaboram significados para o presente cultural de suas sociedades, utilizando-se de fontes bibliográficas, artísticas e documentais, ou da própria historiografia regional.

Pesquisar os primeiros livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul, produzidos no governo republicano, não significa apenas identificar quais foram eles e associá-los a uma escrita “cientificista” de história, mas encontrar nos documentos as referências históricas de sua existência, descobrir onde concretamente podem estar a disposição e manuseá-los. Significa, também, revelar as propostas pedagógicas, as decisões políticas para sua adoção, os acordos comerciais que sustentaram sua produção, seu valor de mercado. A crítica ao conteúdo material desses objetos projeta a pesquisa para os recursos bibliográficos utilizados pelos autores, proporcionando entender o caráter doutrinário e cultural desses primeiros manuais escolares de História e Geografia do Rio Grande do Sul, escritos para suprirem as demandas educacionais da Primeira República.

Para justificar os limites cronológicos deste estudo, o ano de 1896 corresponde à apresentação e edição da primeira obra historiográfica aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, de autoria de José Pinto Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. O marco temporal final¹, 1902, está relacionado com

¹ O marco temporal final é justificável também por questões políticas, pois, o ano de 1904 corresponde ao final do primeiro e início do segundo mandato de Borges de Medeiros, como Presidente do Estado do RS e a morte de Júlio de Castilhos, em 1903. É, assim, um limite relativo à extensão temporal dos dados documentais.

os limites de informação dos documentos do Almojarifado da Instrução Pública em relação às obras adotadas.

Os livros didáticos trabalhados foram selecionados a partir de um conjunto de obras adotadas pelos pareceres do Conselho Escolar da Secretaria de Instrução Pública, vinculado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul. Foram adotados como livros didáticos e destinados, entre 1896 e 1902, para o ensino público de Geografia e História do estado nas escolas elementares:

- *O Rio Grande do Sul para as Escolas*, 1896.

José Pinto da Fonseca GUIMARÃES.

- *História do Rio Grande do Sul para o ensino (cívico)*, 1898.

João Cândido MAIA.

- *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, 1898.

Henrique MARTINS.

O livro de Guimarães serviu de livro de leitura, continha poesias, descrições de fauna e flora, de geografia, cultura e história. Adotado, no ano de 1896, pelo extinto Conselho Diretor de Instrução Pública, foi reavaliado no Conselho Escolar (1897/98), recebendo registro no “Livro de adoções”, em 1899.

João Cândido Maia apresentou seu livro, em 1897, ao Conselho Escolar e o dedicou ao ensino de história nas escolas elementares, cuja primeira edição e respectivo ato de adoção foram efetuados em 1898. Henrique Martins ofereceu ao ensino elementar seu livro *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul*, editado e adotado, oficialmente, em 1898.

Além desses livros didáticos, também, os documentos produzidos pelos órgãos da *Instrução Pública* castilhistas foram classificados como fontes *intencionais, administrativas e culturais*, nas quais buscamos as evidências históricas da adoção, produção e distribuição do material didático às escolas elementares.

Entendemos o *castilhismo* como doutrina, prática política e contexto histórico de sua elaboração e aplicação, no espaço específico e local do Rio Grande do Sul, durante o período da Primeira República. Logo, os documentos pesquisados têm

relações com o castilhismo e dizem algo a respeito desse. Desconsiderar que as idéias surgem em um ambiente particular e são inspirações de um momento histórico, impede uma compreensão mais aprofundada dessas mesmas idéias. O castilhismo foi entendido, neste estudo, também como a interpretação de Júlio de Castilhos da filosofia positivista, incorporada ao projeto do Partido Republicano Riograndense de *ditadura científica*, apoiada na estrutura burocrática estatal e no autoritarismo da Constituição estadual (1891). Para Castilhos, Augusto Comte era o grande herói universal. Um exemplo único de intelectual, cuja sistematização das “leis da história” poderia ser aplicada vantajosamente na solução dos problemas sociais, políticos e econômicos do RS.

Em texto, publicado no jornal *A Federação*, em julho de 1884, o tema do ensino cívico apresentou-se pela primeira vez nas palavras de Júlio de Castilhos, sob o título de *Crítica e política*. Desde cedo, Castilhos e seus partidários propuseram a educação como veículo fundamental de propaganda e afirmação de suas idéias doutrinárias.

Não há educação cívica? Eduque-se. Quem são os que devem educar? Os bons cidadãos que tiverem competência para isso. E como chamar a si os concidadãos, para educá-los? Apontando-lhes um ideal, uma escola política, cujas exigências, severas, mas cheias de dignidade e grandeza, levantam em seu espírito a convicção dos seus direitos, a subordinação a seus deveres, uma grande veneração à liberdade e um amor sagrado à pátria. Isto vale muito mais que a crítica estéril [...](CASTILHOS apud CARNEIRO, 1993, p. 84).

O dogmatismo doutrinário do castilhismo evidenciava a “bolha filosófica comteana” pairando acima de toda a crítica. No Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, o positivismo obteve uma difusão singular, alcançando o fanatismo religioso. Apesar de a historiografia sul-rio-grandense ter assumido a denominação dada por Nelson Boeira para esse amálgama de interpretações como *positivismo difuso* (BOEIRA, 1980, p.34-59), nossa crítica propõe uma outra concepção, cremos tratar-se, neste estado, de um *positivismo confuso*. O impedimento à possibilidade de criticar as origens do castilhismo, não decorreu de uma limitação intelectual dos historiadores sul-rio-grandenses. Por quase um século houve uma “falsa impossibilidade” de conhecimento, derivada do tabu e da resignação. Como disse Edgar Morin: “o tabu é imposto pelas perversões da organização disciplinar do conhecimento” (MORIN, 1999, p. 38).

Tendo em vista que a doutrina castilhista exerceria controle sobre o conteúdo pedagógico impresso, destinado aos estudantes do ensino elementar, procurou-se evidenciar, nas obras didáticas e nos discursos institucionais da Instrução Pública a preocupação com a formulação da identidade republicana para aquele contexto cultural sul-rio-grandense. A questão principal a responder é: *Como os livros didáticos de História e Geografia adotados, no ensino público elementar, contribuíam à consolidação do projeto castilhista?*

Tal questão possibilita a análise de conteúdo do material pesquisado na busca de evidências da construção da identidade republicana. Não parte-se para isso de uma hipótese, mas de constatação empírica de estudo previamente efetuada durante o período de pesquisa documental. Os autores estudados reforçavam o projeto político castilhista associando os valores republicanos à identidade cultural regional. Nesse sentido, descreviam o presente como resultado das ações, no passado, de indivíduos heróicos e “moralmente elevados”. As narrativas didáticas castilhistas justificaram o uso da violência para afirmar as lições de patriotismo, nacionalismo e defesa do território do RS. A função prática do ensino cívico articulou a identidade republicana como norma orientadora para os educandos do grau elementar.

Trataremos de apresentar as possibilidades de abordagem dos manuais escolares seguindo as referências contidas nos próprios objetos que indicam a sua “tradição historiográfica” (MALERBA, 2005) ou “matriz do conhecimento histórico” (MONTEIRO, 1994), procurando expor as circunstâncias de produção de documentos e monumentos para a conservação da memória republicana sob o castilhismo. Por outro lado, estudar as funções de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989) envolve a procura de pistas que nos conduzam àquilo o que era pretendido esquecer através das narrativas dos manuais de História e Geografia.

A República introduziu modificações nos saberes escolares, sem, entretanto, desvincular-se do método de ensino intuitivo, adotado desde o período imperial. No RS, a reorganização do ensino (Decreto nº 89, 1897) instituiu as disciplinas de História e Geografia do estado (Art. 5º). Sobre o uso dos manuais escolares, o artigo 67, do mesmo decreto, incumbiu aos professores públicos “lecionar pelos livros e compêndios legalmente adoptados”, advertindo que incorriam “sob pena de suspensão”, caso negligenciassem no uso do material.

Os documentos trabalhados neste estudo têm origens nos órgãos administrativos do Estado, diferenciam-se em sua materialidade em categorias de fontes manuscritas e impressas. Trabalhamos com os livros manuscritos de atas das sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública (1871/1895) e do Conselho Escolar (1897/1903); de registros de Atos de adoção de livros escolares e material de ensino (1897/1903); de Registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuídos às escolas (1898/1904); do Registro de contratos com fornecedores de móveis escolares (1898/1904); Protocolo de requerimentos (1897/98); Livro dos materiais fornecidos às escolas (1896). Esse conjunto de materiais pertence ao Acervo de Instrução Pública do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O conjunto de documentos impressos é formado pelos Relatórios da Instrução Pública, que constituíam parte dos livros de relatórios anualmente enviados ao presidente do Estado pela Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior (1894-1901); o Relatório do Thesouro do Estado (1898). Além dos livros didáticos “legalmente adotados” e a legislação estadual (1897). Esses relatórios foram consultados no setor RS da Biblioteca Pública do Estado. As leis sobre ensino primário do período imperial brasileiro foram consultadas na publicação *Coletânea de Leis* (TAMBARA; ARRIADA, 2005). Os livros didáticos localizados na Biblioteca da PUCRS foram: a segunda edição de *O Rio Grande do Sul para as escolas* (1899); a primeira edição de *História do Rio Grande do Sul para o ensino* (1898), a segunda (1901), a quarta (1904) e a décima primeira (1927); a quarta edição de *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul* (1909). No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, consultamos as primeiras edições de *O Rio Grande do Sul para as escolas* (1896) e de *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul* (1898). Também, adquirimos, em Porto Alegre, a sétima edição de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico* (s.d.).

O texto dissertativo procurou evidenciar o papel dos sujeitos históricos envolvidos na adoção e produção de obras didáticas, considerando-os como indivíduos e evitando tratá-los abstratamente. Logo, Conselho Escolar, editoras, ou Instrução Pública foram trabalhados como lugares de ação ou entidades representadas através dos seus integrantes.

Em geral, a argumentação organizou-se pela análise dos processos de adoção, das condições de produção e da crítica ao conteúdo dos livros didáticos. As citações de textos e documentos mantiveram a ortografia da época.

O estudo foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, inicia por uma revisão bibliográfica sobre as abordagens e leituras dos manuais escolares na historiografia regional. Em seguida, trata as práticas da instituição responsável pelo ensino público, no estado do Rio Grande do Sul, desde os finais do período imperial até o início do século XX. Compara a atuação dos Conselhos de Instrução Pública e Conselho Escolar quanto a adoção de livros didáticos, analisa os critérios para aprovação do livro didático, acompanhando as discussões do Conselho Escolar para a aprovação de obras didáticas e os caminhos percorridos por esses objetos até alcançarem as salas de aula.

O segundo capítulo aborda as questões econômicas que envolveram a produção dos livros didáticos, investigando os livreiros e editores do RS. Contextualiza a última década do século XIX, em relação aos fenômenos inflacionários e suas influências para a importação de materiais necessários à impressão de livros, os valores de cada exemplar e a quantidade adquirida e distribuída às escolas. Investiga a produção de suportes materiais de memórias do governo castilhistas, apontando quais objetos, além dos livros didáticos, participaram desse esforço para manter, intencionalmente, as evidências históricas das transformações sociais do projeto republicano.

O terceiro capítulo propõe uma crítica ao conteúdo dos livros didáticos que geraram o tema desta dissertação. Inicia pela análise e crítica do livro de Henrique Martins, *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, em seguida, concentra-se em José Pinto da Fonseca Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as escolas*, e, finalmente, chega a vez de João Cândido Maia, com *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. O critério para esta seqüência é dado pela mutabilidade dos textos. O primeiro livro analisado apenas atualizou certas informações quantitativas, como números de escolas ou de habitantes do RS, ao longo de onze anos. O segundo livro incorporou conteúdos e modificou a ordem das lições na segunda e única reedição, aumentando significativamente o volume de páginas. O terceiro livro sofreu alterações no título, na diagramação, no volume de páginas, no conteúdo das lições, introduziu ilustrações e, ao longo de trinta anos, em sucessivas reedições (11 ao todo), foi impresso por diferentes casas editoriais.

O estudo considerou, ao finalizar, apresentar a adoção de livros didáticos como um processo, em suas diferentes etapas, e evidenciar uma análise das obras adotadas concentrando sobre aspectos do passado sepultado e do passado revivido em suas narrativas.

Em uma explicação histórica não bastaria dizer apenas o *que* se sabe do assunto, é preciso dizer *como* foi obtido tal conhecimento. Para isso é imprescindível que se trabalhe com informações e documentos sobre o passado. O historiador, ao buscar informações sobre seu objeto, tanto nos documentos quanto na produção historiográfica relacionada ao tema de seu estudo, seleciona as fontes adequadas aos objetivos de sua investigação.

A análise documental, como método de abordagem das fontes, na busca por informações, mostrou-se um instrumento investigativo satisfatório. As contribuições teóricas do historiador Julio Aróstegui serviram, neste estudo, como base para a metodologia de pesquisa. Aróstegui definiu a análise documental como um “conjunto de princípios e operações técnicas que permitem estabelecer a confiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de determinado processo” (ARÓSTEGUI, 2001, p 393). Além disso, essa metodologia investigativa permite a seleção de fontes em função de suas potencialidades informativas para com o objeto de pesquisa. Assim, através da análise documental, pode-se ir além dos procedimentos tradicionais da crítica interna e externa às fontes, efetuando-se o trabalho de depuração dos dados como tarefa metodológica.

Ao recorrer à historiografia brasileira, para o entendimento do livro didático, encontrou-se no estudo de Arlete Medeiros Gasparello a seguinte proposição: “trata-se de um objeto cultural, que expressa, em sua materialidade, um espaço de relações, como resultado concreto das inter-relações dos diversos agentes, interesses e saberes que participaram do seu processo de fabricação” (GASPARELLO, 2004. p.29). Considerando esse enunciado, podem-se identificar os agentes partícipes do processo de materialização do nosso objeto de pesquisa: os representantes do Estado nas instituições administrativas do ensino público, os autores dos livros didáticos e o livreiro responsável pela publicação do material.

Analisa-se os elementos teóricos que fundamentaram a concepção dos livros, tanto para sua avaliação institucional, quanto a bibliografia consultada por aqueles autores para materializar seu objeto, ou seja, sua filiação historiográfica. Para apresentar o processo de construção do conhecimento histórico, realizado na

obra escrita, entendemos o livro didático como um produto, tanto de mercado quanto doutrinário. Isto é, não os classificamos apenas como obra literária, sem objetividade científica, mas diferenciamos a interpretação dos fatos narrados da própria narrativa destes. A abordagem ao objeto recorreu a um cenário de complexidade (MORIN, 2005). Procurou-se descrever uma conjuntura histórica que, sem limitar-se, apenas ao contexto econômico ou político, busque outras categorias de análise na abordagem do objeto para a construção de um panorama não simplificador. De tal forma, a construção desses “cenários complexos” possa refletir a abordagem do objeto, na reconstrução do seu contexto de pertencimento e das diversas causalidades de seu surgimento histórico².

Nesse caminho, buscou-se encontrar os “fundamentos” teóricos daqueles livros didáticos expressos pelas relações entre memória e conhecimento histórico, sob sua forma de escrita e apropriação de imagens. Para isso, a hipótese desenvolvida considera que a realização daqueles textos, sob a intenção didática, produziu um modelo de identidade aos seus leitores finais, sendo esta identidade entendida como civil-republicana, ou simplesmente republicana.

O historiador Manuel Salgado Guimarães interpretou a produção historiográfica como a análise do contexto de produção da narrativa historiográfica. Em especial, contribui para compreensão do papel do historiador relacionando-o às disputas de memória, em função da qual o discurso histórico foi elaborado.

A Historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado da disputa entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. (GUIMARÃES. 2000, p.34)

Pretendemos, porém, ampliar essa perspectiva de análise, considerando “o que os historiadores fazem”, ainda, insuficiente, para definir uma sistematização da prática historiográfica. Procuramos desenvolver a crítica ao “o que os historiadores fazem”, entendendo-a como fundamentação última da historiografia (ARÓSTEGUI, 2001, p.9). A crítica historiográfica participa do método de pesquisa, auxilia a definir

² Por outro lado, a consulta aos manuais de fontes bibliográficas possibilita compor uma breve trajetória dos seus autores. Esse procedimento permite a revisão crítica, exemplificando as afirmações de outros autores quanto à problemática estudada, abrindo espaço à crítica e ao avanço do entendimento sobre as questões norteadoras da pesquisa.

o objeto de estudo e permite não nos deixar aprisionar pela teoria ou pela própria metodologia.

Judith Alves-Mazzotti, em artigo publicado na coletânea *A bússola do escrever* (2002), apontou aspectos a serem evitados em uma revisão bibliográfica, ressaltou que é exigido do pesquisador uma análise crítica do “estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados de pesquisas” (MAZZOTTI, 2002, p.27).

Os livros didáticos constituem uma particularidade da história do livro e da leitura. Em sua especificidade, estão relacionados, também, à História da Educação. De forma geral, integram os estudos de História Cultural. Justino de Magalhães, em artigo intitulado *O manual escolar no quadro da História Cultural* (2006), argumentou que a história do “manual escolar” desenvolveu-se sobre três linhas de orientação disciplinar diferenciadas: “uma etno-história (o livro escolar como meio didático e pedagógico privilegiado na estruturação da cultura escolar); uma abordagem no quadro da história econômica e social; uma abordagem no quadro da história cultural” (MAGALHÃES, 2006, p. 6). Apontando que a base de análise da História Cultural radica-se sobre o livro, o texto e a leitura; reconhece que os aspectos que envolvem a leitura é “o mais enganoso e difícil de investigar” (idem, p.11). Concordamos com Magalhães sobre essa problemática de recepção do material, e justificamos, assim, a ausência dessa abordagem em nosso estudo. Porém, apresentamos os documentos de recebimento, em sala de aula, dos livros didáticos estudados, como advertiu Dominique Julia que “o manual não é nada sem o uso que dele realmente for feito, tanto pelo aluno como professor” (JULIA, 2001, p 33.). O livro didático, somente se realiza como objeto de ensino, ao cumprir sua finalidade, sendo recebido e lido, no ambiente escolar.

A Nova História Cultural tem suas origens na historiografia francesa, nos trabalhos realizados por March Bloch e Lucien Febvre. Atualmente, o historiador Roger Chartier é uma das principais referências nos estudos de objetos culturais. Desenvolveu pesquisas sobre a história do livro, escrita e leitura, formulou questões metodológicas e teóricas diferenciadas para estes estudos, apontando a complexidade do fenômeno editorial.

O estudo dos gêneros editoriais [...].O estudo de um gênero textual por meio de suas diversas manifestações materiais e editoriais[...].

Ou a reconstituição sócio-histórica das práticas de leitura a partir de seus paradigmas, por exemplo, a leitura compartilhada, solitária, em voz alta.[...] Esta reflexão se apóia em autores que não são historiadores: [Paul] Ricoeur é filósofo, [Pierre] Bordieu e [Norbert] Elias são sociólogos, [Louis] Marin é semiólogo, [Michael] Foucault fez um trabalho filosófico em espaços históricos, e Michel de Certeau era etnólogo, antropólogo, psicanalista, historiador e, como jesuíta, historiador da teologia. Não podem deixar de me interessar estes pensamentos e estas investigações paralelas, pois ajudam a esclarecer o trabalho histórico. (CHARTIER, 2001, p. 160-3).

O historiador, ao incluir na sua reflexão teórica, metodológica e historiográfica, o produto do pensamento de filósofos, antropólogos e de outros cientistas, amplia a inteligibilidade de seu objeto no curso da investigação. Para que isso se realize, deve haver um acúmulo de conhecimentos, o que pode ser chamado de *capital intelectual*. E este provém da sua trajetória de estudos, é dinâmico, estando sujeito a receber novos investimentos ou até mesmo a desvalorizar-se, caso caia no anacronismo. Enquanto o sujeito investigador preservar as identificações dos conceitos com as áreas dos quais provém, estarão mantendo os limites epistemológicos traçados pelas disciplinas para se diferenciarem umas das outras. Mas, ao “importar” conceitos de uma outra disciplina, é necessário manter vigilância no uso das analogias. Empregar conceitos inadequados, evitar o anacronismo é a preocupação do historiador ao explicar seu objeto de estudo. “Não é a história da historiografia, por um lado, a história dos anacronismos causados pelas idéias feitas?” (VEYNE, 1971, p. 150). O sujeito investigador passa a articular conhecimentos, ele os reorganiza na medida em que expande o entendimento do seu objeto de pesquisa. Nesse momento, o investigador não mais acredita que o conhecimento está fechado dentro das disciplinas, ele entende que são as pessoas que constroem conceitos, que constroem saberes.

Procuramos encontrar referências de potencialidades didáticas, no ato de escrita da história, e textos considerados clássicos, na historiografia, como os de Michel de Certeau, ofereceram elementos para essa reflexão. O ensino de história serve ao Estado, ao cumprir um papel utilitário. Sua função cívica realiza-se pela proposição das lições do passado.

De fato, a escrita histórica- ou historiadora- permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e

impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial (CERTEAU, 1982, p.95).

A revisão historiográfica proporcionou, também, assegurar o quanto nosso objeto de estudo corresponde em relevância às expectativas acadêmicas atuais. Nívia de Lima e Fonseca criticou o volume reduzido de trabalhos sobre história do ensino de História

*os trabalhos mais interessantes têm partido, em geral, do estudo de História como disciplina escolar para analisar algumas dimensões do seu ensino nas **escolas primárias e secundárias**, privilegiando, portanto, os **séculos XIX e XX**. Ainda assim, concentram-se na análise das relações entre os contextos políticos, da definição dos programas de ensino e da **produção dos materiais didáticos, sobre tudo dos livros escolares de História** (FONSECA, 2004, p. 25, grifos nossos).*

Consideramos haver mantido os elementos que, segundo a autora, constituem aspectos interessantes desses estudos. Porém, apesar de haver concentrado a análise sobre “temáticas ainda recorrentes”, como a produção de livros didáticos, justificamos devido à ausência de estudos similares no RS. Por outro lado, a crítica de Lima e Fonseca não evidenciou um outro aspecto desses “trabalhos”, a questão de abordarem a produção didática de História regional.

Raros são os estudos brasileiros que trataram da produção didática em outros países, mas podem ser citados, os de Carlota Boto (2004), que analisa as cartilhas escolares de autores portugueses, bem como a tese comparativa de Sônia Martins de Almeida Nogueira, *O surgimento dos sistemas nacionais de ensino: a instrução pública no Brasil e na Argentina, na segunda metade do século XIX* (1993). Assim, apontamos uma lacuna na historiografia brasileira quanto a publicações ou estudos que apresentem a proposta de oferecer um panorama geral da produção didática no país.

Podemos apontar a convergência de nosso estudo à questão levantada por Circe M. F. Bittencourt, “estariam nossos primeiros autores motivados pelas vantagens financeiras que a empreitada poderia oferecer [...] ?” (BITTENCOURT, 2004, p. 479). O Estado do RS oferecia “prêmios” aos autores de livros didáticos. Em certa medida, esse artigo de Bittencourt, demonstra o quanto a análise do “perfil dos autores” pode contribuir para explicar o conteúdo. Uma problemática difícil de ser desenvolvida, pois, segundo a advertência do filósofo Jacques Bouveresse, em *Prodígios e vertigens da analogia*(2005), corre-se o risco de substituir a “discussão

sobre o conteúdo [...] por especulações e avaliações sobre a pessoa do autor” (BOUVERESSE , 2005, p.132). Os livros didáticos, analisados, sofreram a interferência dos seus avaliadores que apontaram erros naquelas obras, determinando alterações e adaptações de acordo com os saberes da instituição que representavam. Por outro lado, criticamos a valorização excessiva do texto historiográfico ao ponto de transformá-lo no próprio objeto de estudo, os manuais escolares envolvem tecnologias de produção, métodos de ensino, normas de instituições avaliadoras, políticas públicas, reformas educacionais e culturas escolares.

Alain Choppin, em artigo chamado *O historiador e o livro escolar*, fez um balanço da produção historiográfica relacionada ao tema dos manuais escolares. Apontou as dificuldades de acesso às coleções pela dispersão das obras, “o livro de classe situa-se na articulação entre prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais [...] as modificações trazidas ao texto ou à iconografia não ocorrem somente por ocasião de mudanças do programa”. Dificuldades encontradas durante nossa pesquisa, também. Da mesma forma, as introduções de ilustrações nas edições de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, ocorreram a partir na edição de 1920. O que nos leva a admitir a precariedade das tecnologias gráficas do RS anteriores àquela data para a impressão de imagens naqueles livros, pois apesar de críticas à ausência de mapas na obra de Geografia do Estado (1898), esses recursos também foram negligenciados nas edições posteriores (1909).

Apresentamos a seguir algumas contribuições historiográficas para o entendimento sobre o método intuitivo de ensino. O artigo de Rosa Fátima de Souza estuda a constituição do método nos Estados Unidos, tomando como fonte de pesquisa os primeiros programas de ensino e os primeiros manuais de “lições de coisas”. A autora concluiu que em finais do século XIX, o termo lições de coisas “caíra em desuso [...] substituído por concepções consideradas mais científicas [Escola Nova] ” (SOUZA, 2001. p.39). A tese de Anaete Regina Schelbauer, *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo* (2003), permite compreender a introdução do método intuitivo, no Brasil, antecedeu por pelo menos, duas décadas à adoção deste no RS pelos republicanos (1897). Sobre a mesma temática, é imprescindível citar a tese de Iole Trindade, *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas* (2001), que estudou a implementação do método intuitivo no

RS, tendo como base documental as cartilhas de alfabetização do método “João de Deus”.

1. MANDANDO ADOTAR LIVROS DIDÁTICOS

Neste primeiro capítulo da dissertação, apresentamos uma “revisão bibliográfica”, os resultados da pesquisa sobre a ocorrência de estudos históricos que abordaram os manuais didáticos da Primeira República do RS.

O primeiro livro a ser destacado é *Escritores do Rio Grande do Sul* de Ari Peixoto Martins (1908-1971), cuja edição póstuma data de 1978. A obra, em mais de 640 páginas, dedica-se a incluir, além de bibliografias, trajetórias profissionais e dados biográficos dos autores. Ari Martins legou uma imprescindível fonte de consultas aos pesquisadores da literatura do Rio G. do Sul. Suas páginas são como um monumento impresso à memória da literatura no Rio Grande do Sul.

Nessa obra, porém, as produções bibliográficas dos “irmãos Guimarães” foram invertidas. Recebeu os créditos pelo livro *O Rio Grande do Sul para as escolas* (1896), e demais bibliografia de José P. Guimarães, o irmão do autor, João Pinto da Fonseca Guimarães, deputado da Assembléia Constituinte do R. G. do Sul (14/07/1891). Para José Pinto da Fonseca Guimarães, entretanto, foi atribuída a autoria de *O Chile* (1925). Felizmente, tal deslize (MARTINS, 1978, p.265-a), em nada diminui o valor da obra de Martins. Inclusive, a nosso ver, permite à presente pesquisa “realocar” os dados levantados.

Pedro Leite Villas-Boas, em *Notas de bibliografia sul-rio-grandense, autores* (1974), cometeu um equívoco semelhante. Tratando-se de uma obra que oferece menor número de autores, em relação ao trabalho efetuado por Martins (1978), Villas-Boas excluiu o nome de José P. da Fonseca Guimarães. Lamentavelmente, cometeu uma omissão bibliográfica, ao atribuir toda a produção literária do autor em nome de seu irmão, João Pinto da Fonseca Guimarães (VILLAS-BOAS, 1974, p.229).

Anterior, porém, a Martins e Villas-Boas, acima citados, na obra *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, Guilhermino Cesar (1956) comentou que “José Pinto Guimarães sumariou a cultura rio-grandense num livro didático até hoje não superado, *O Rio Grande do Sul para as escolas* (1896), de que conhecemos duas edições” (CESAR, 1956, p. 368).

O historiador Dante de Laytano, em 1979, editou o *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Nessa obra, Laytano fez, acertadamente, a distinção entre os “irmãos Guimarães”, incluindo a obra, no capítulo de “Livros de leitura”. Sua resenha de *Rio Grande do Sul para as escolas* aponta elementos que diferenciam o livro das demais obras do gênero,

embora uma obra do século passado, surge-nos como trabalho pioneiro. Mais do que isso, aborda a história regional pelo simbolismo que se recebe de suas tradições, assim a matéria do livro amplia-se para a história dos costumes. Não permanece apenas na história heróica, que é a principal no devotamento exato da imagem do passado, segundo as suas figuras e atos e fatos. J. Pinto Guimarães dá-nos um livro de história social. [...] As XXXI Lições têm contribuições mesmo pouco comuns, hoje, à luz de novos avanços da pesquisa no geral.[...] o autor pertence a uma família ilustre, de diplomatas, escritores, homens do campo, etc. João Pinto Fonseca Guimarães, Porto Alegre (1878-1936), seu irmão, é um desses nomes com sua apreciada Genealogia Rio-Grandense. (LAYTANO, 1979, p.53-55).

Outra colaboração historiográfica, ainda a respeito de José Pinto Guimarães, é esclarecer o porquê desse autor não pertencer ao rol de “diretores bacharéis” (BAKOS, 1999, p.7-9) da Biblioteca Pública do Estado. Nossa pesquisa permite incluir José Pinto Guimarães como o inaugurador da fase dos “diretores escritores” da Biblioteca Pública do Estado³. A adoção de seu livro de leitura, *O Rio Grande do Sul para as escolas*, em 1896, foi determinante para sua nomeação como bibliotecário (diretor) entre 1897 e 1906.

Foram encontrados, também, na *Revista do Ensino* (1960, nº.70), citações aos livros escolares dos autores José P. Guimarães e João Maia, no artigo de Izabella Kertész intitulado “Levantamento de bibliografias informativas e de pesquisa”, que continuaria a ser a reeditado, ampliando aquela bibliografia, sem excluí-los da lista, ao longo da década de sessenta e setenta⁴. Essa revista dedicava-se a “dar orientação didático-pedagógica aos professores do ensino primário e pré-primário, através de sugestões de planos de aula, atividades práticas[...] sugestões de recursos de ensino” (BASTOS, 1997, p.54). A revista, em sua segunda fase editorial (1951 –1992), trabalhou com a construção de imagens do

³ A organização dos diretores da Biblioteca Pública do Estado (RS), por fases, segundo suas formações intelectuais ou profissionais, encontra-se formulada na Apresentação do livro *Os escritores que dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul* (1999). A revisão bibliográfica, nesse sentido, pretende atualizar os dados oferecidos no livro, em relação ao autor pesquisado (José P. Guimarães), levando-o a ser incluindo como o inaugurador da fase dos “diretores escritores” dessa instituição pública e não o último dos diretores “bacharéis”.

⁴ Ambos os livros foram indicados, como sugestões para a pesquisa sobre a história do RS, por serem considerados, segundo a observação da autora, “muito antigos”.

gaúcho para orientar nas soluções de “dúvidas didático-pedagógicas “ dos professores (BASTOS, 2005, 346). Os desafios da reforma do Ensino primário, em abril de 1960, cujo texto do Secretário Azambuja Ralla direcionou os conteúdos programáticos dos *Estudos Sociais*

focalizando-se especialmente os aspectos humanos da vida quotidiana para auxiliar os alunos [...] a reconhecer o grau de responsabilidade que lhes cabe em relação aos grupos dos quais fazem parte [...] quer no aspecto histórico, quer no aspecto, geográfico, favorecer a fixação dos educandos ao meio, com vistos à repressão do êxodo dos campos e a superpopulação dos centros urbanos e a conseqüente constituição de grupos marginais (RGS, 1960).

Os manuais didáticos castilhistas continuaram servindo ao RS e suas reformas educacionais, além do contexto da Primeira República no Brasil. Os livros de Maia e Guimarães contribuía, com seus ideários do quotidiano da região rural da campanha e da história do RS, segundo a Revista do Ensino, para fornecer subsídios culturais para frear o “êxodo dos campos” e valorizar a imagem de grupos sociais em relação ao seu ambiente geográfico e passado histórico, cumprindo com as expectativas da Reforma do ensino primário de 1960 (RS).

Quanto a João Cândido Maia, sua bibliografia recebeu um tratamento diferenciado. Seu livro *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico* não foi o primeiro da sua lista de produções bibliográficas. A primeira obra literária seria uma peça de teatro chamada *A adúltera*, estreada em Porto Alegre, em 1887. Dez anos antes, redigia seu primeiro jornal, *Pampa*; entre 1883 e 1885, colaborou em *A Idéia*. Tornou-se diretor do jornal *O Farol*, em 1885. Também escreveu para *A Federação* e *Correio do Povo*. Ari Martins (1978, p.338) registrou que a diplomação de João C. Maia, na Faculdade de Letras e Filosofia do Rio de Janeiro deu-se em 1934. Sem vínculos com o ambiente escolar, pois seu currículo não consta a profissão de professor, diferentemente de Henrique Martins professor do Colégio Militar.

O historiador Dante Laytano referiu-se à obra didática de João Maia criticando-a, tal como a historiografia sul-rio-grandense da época, porque seguia “insistindo no aspecto militar do passado nosso, a obra mantém-se fiel aos conceitos que se faziam e se fazem sobre o Rio Grande de ser uma eterna praça de guerra” (LAYTANO, 1979, p. 36-7).

A dissertação de Marlene Medaglia de Almeida (1983) criticou o conteúdo dos escritos de Maia⁵, no capítulo intitulado “A popularização da história” (ALMEIDA, 1983, p.115-25). Para a autora, aquela narrativa apresentava-se sob uma “forma quase caricata” de história e justificou as suas breves referências àqueles escritos devido à necessidade de contextualizá-los “no processo de desenvolvimento educacional e pedagógico” ao qual se destinavam (ALMEIDA, 1983, p. 117-8).

Moacyr Flores incluiu o livro didático de João Maia em seus apontamentos sobre a historiografia sul-rio-grandense, criticando-o como “uma narrativa cronológica dos principais acontecimentos, notando-se a tendência de transformar cada ato em lição de amor à pátria” (FLORES, 1989, p.35).

Daysi Lange Albeche (1996) ao analisar as representações do gaúcho, citou Maia como um dos “autores oficiais” do castilhismo, incluindo a edição de 1927 de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico* em sua bibliografia.

Sandra Jatahy Pesavento (2001), em artigo sobre memória histórica e ufanismo sul-rio-grandense, embora citando João Maia (1904) e Cezimbra Jacques (1883), não desenvolveu as apropriações textuais dos ensaios de Jacques efetuadas por Maia.

Foi Alexandre Lazzari (2004) quem mais se aproximou desses aspectos, apontando para as referências de João Maia a Cezimbra Jacques. Trazendo uma importante contribuição à nossa pesquisa, Lazzari encontrou, no jornal *Correio do Povo*, de 5 de dezembro de 1897, a primeira nota que mencionou o livro de Maia.

Ilustrativa da apropriação de uma já longa tradição de obras e autores que discorreram sobre a província de São Pedro foi a análise do jornal Correio do Povo sobre o livro didático “História do Rio Grande do Sul”, lançado por João Maia em 1897. O comentarista destaca a relevância e credibilidade da obra listando a bibliografia que lhe serviu de base, e lá estavam os “Anais da província de São Pedro”, do visconde de São Leopoldo, a revista do Parthenon Litterario, as obras de propaganda dos jovens republicanos Alcides Lima e Joaquim Francisco de Assis Brasil do início da década de 1880 e até o “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul”, do capitão Cezimbra Jacques, além de diversos outros (LAZZARI, 2004, p.318).

⁵ A autora utilizou-se da quarta edição (MAIA, 1904).

Lazzari comentou que, ao consultar a 5ª edição (MAIA, 1907), não encontrou a bibliografia indicada ⁶. Porém, é justificável o anacronismo cometido pelo autor, ao dizer que o livro fora “lançado em 1897”, devido à propaganda antecipada dos colegas jornalistas de Maia. Como seria impresso, no ano seguinte, Maia apenas possuía um calhamaço de folhas manuscritas em 1897. Nesse caso, o mais apropriado seria considerar o livro como “concluído” naquela data.

Dessa forma, a primeira resenha ao livro didático de Maia, após sua publicação oficial, foi apresentada no Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, em 1898.

*História do Rio Grande, por João Maia.
Esta escripta em linguagem facil, com verdade, elevação de vistas e accentuado sentimento nacional. Não faltarão criticos que a julguem lacunosa, é preciso, porém, que se tenha em vista que esta obra não se destina ao ensino completo de História rio-grandense, e sim ás escolas elementares, onde não são convenientes os tratados volumosos e scientificos. A Historia do Rio Grande, além de offerecer aos nossos jovens conttterraneos o estudo do honroso passado d'esta terra, muito auxiliara os professores [...] (Relatório, 1898, p.474).*

No 12º Encontro Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação, a comunicação apresentada por Sérgio Ricardo Pereira Cardoso chamou a atenção sobre as alterações do título da obra de João Maia, ao comparar as diferenças de escritas na capas das edições de 1900 e 1904. Cardoso observou que as “capas dos Compêndios de História do RS de autoria de João Maia em edições posteriores a 1900 explicitam as preocupações da educação estadual em relação ao civismo, representadas pela expressão “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico”; até então, lia-se apenas “História do Rio Grande do Sul para o Ensino” (CARDOSO, TAMBARA, PERES, 2006).

A definição do título do livro didático de Maia, alterou o sentido do uso pedagógico da obra, atribuindo-lhe uma especificidade de ensino. Anunciando, desde a capa, que o conteúdo estava direcionado ao “ensino cívico”, associou-a, definitivamente, às demandas da instrução pública republicana.

Por outro lado, os autores de livros didáticos de Geografia do século XIX, receberam pouca atenção da crítica historiográfica. Henrique Martins, recebeu duas

⁶ A lista de obras pesquisadas por Maia consta, apenas, na primeira edição de 1898. A nota do Correio do Povo (05/12/1897) transcreveu, integralmente, a mesma bibliografia citada pelo autor naquele livro.

notas bibliográficas, a primeira em Villas-Boas (1974, p.302), que se deteve nos dados bibliográficos.

MARTINS, Henrique Augusto Eduardo – Rio Grande, RS, 7 de março de 1853. Falecido em data não precisa. Professor da Escola Militar em Porto Alegre. Bib.: Corografia do Brasil – Pontos escritos de geografia, 1ª Ed. 1883, 78 págs. Editor Rodolpho José Machado, Porto Alegre; Geografia do Estado do Rio Grande do Sul, didático, 1ª Ed. 1898, 95 págs. Liv. Franco & Irmão, P. Alegre; 4ª Ed. 1909, 103 págs. Liv. Globo, P. Alegre.

Enquanto Ari Martins (1978, p.351), atentou para os aspectos biográficos do autor.

MARTINS, Henrique Augusto Eduardo – Nascido no RS em mar. 1853; falecido. Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas. Lente da Escola de Guerra de P. Alegre. Militar desde 1869, tendo servido na Artilharia. Em 1896, era tenente coronel da Engenharia. Autor didático. Bib.: Geografia Elementar, Rio de Janeiro, 18? ? ; Elementos de Cosmografia, Rio de Janeiro, 1881; id., 2ª ed., P. Alegre, 1882; Geografia do Rio Grande do Sul, P. Alegre.

Ambos os pesquisadores preferiram “atualizar” os títulos das obras de H. Martins, descuidando da grafia de época. Em relação ao autor Henrique Martins e seu livro *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul* (1898), Villas-Boas acrescenta o número de páginas para a quarta edição (1909), como sendo de 103. Contudo, consultando essa mesma edição, notou-se que não sofreu alterações em relação à primeira e mantiveram-se as 96 páginas de texto constantes e mais duas para o acréscimo do índice. Na quarta edição, consta, na última página, indicações de outras obras do mesmo autor, o que entendemos como parte da propaganda do “catálogo do livreiro” (CHARTIER,1999) : “Elementos de cosmographia, 3ª edição; Chorographia do Brazil, 7ª edição; Noções gerais de artilharia, 1ª edição. Mappa estatístico do Rio Grande do Sul”.

Constam, ainda, no Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, considerações e críticas sobre o livro didático

Geographia do Estado do Rio Grande do Sul, por Henrique Martins. Já recommendada, pelo nome de seu digno autor, illustre homem de letras que relevantes serviços tem prestado á sua patria, quer na classe a que elle honra, quer com a publicação de obras de real merecimento, impõem-se este seu ultimo livro pela exactidão, methodo e moderna orientação. Esta obra foi fortemente atacada por dous dignos membros do conselho pela razão de não trazer mappas geographicos intercalados no texto ou em folhas proprias. Ao meu ver, data venia, é manifestamente improcedente esta censura[...] Registro com satisfacção o apparecimetno d'estas

obras, que vieram preencher uma sensível lacuna por mim reconhecida e reiteradamente lamentada em meus anteriores relatórios. (Relatório, 1898, p.474-5).

Constatou-se que, nos estudos bibliográficos de Martins (1978) e Villas-Boas (1974), o primeiro “livreiro” responsável pela edição dos livros didáticos, Rodolpho J. Machado foi desconsiderado. As oficinas gráficas de “Franco e Irmãos”, local onde Rodolpho J. Machado encomendou a impressão dos manuscritos de Maia, ficaram registrados como os seus editores⁷.

Nesse sentido, a mudança de foco para o livro didático, como objeto de estudo, possibilitou complementar tais insuficiências. Podemos citar alguns editores, gráficas e livrarias existentes, entre meados da década de 1880 e os primeiros anos do século XX, a partir da análise crítica do objeto, como o livreiro Rodolpho José Machado que encomendava sua produção na *Typographia de César Reinhart* e na *Livraria e Oficinas a Vapor de Franco & Irmãos*; o editor Carlos Pinto da *Livraria e Oficinas a Vapor Americana*; a tipografia do jornal *A Federação*, *Editora Echenique & Irmão*; *Livraria do Globo* de L. P. Barcellos e a *Casa editora Selbach & Mayer*⁸.

No trabalho de Laurence Hallewell, *O livro no Brasil-sua história* (2005), a abordagem dos editores sul-rio-grandenses fez-se de forma sintética. Hallewell comentou a existência apenas das livrarias “Americana” e “Globo” enquanto descrevia os editores rio-grandenses do século XIX, como “famosos pela pirataria”, ou seja, imprimiam livros sem autorização dos editores originais e não reconheciam os direitos autorais dos escritores.

⁷ Aos livreiros e editores, pouca atenção tem sido dada. Rodolpho José Machado, por exemplo, foi erroneamente nomeado como “Macedo”, justamente nos apontamentos sobre o autor didático, João von Franckenberg (MARTINS, 1978, p.230).

⁸ Os editores citados estavam envolvidos na produção de livros escolares, impressão de relatórios do governo e fornecimento de materiais de expediente às secretarias de Estado. Alguns possuíam matriz livrarias nas cidades de Pelotas (Americana), e filiais em Santa Maria (Globo), Rio Grande e Porto Alegre (Americana).

1.1 Do Conselho de Instrução Pública ao Conselho Escolar.

O Conselho Diretor de Instrução Pública foi o órgão responsável, durante o período imperial brasileiro, por regulamentar, organizar, inspecionar e administrar o ensino no Rio Grande do Sul. Formado por um Diretor Geral e por cinco Conselheiros, professores da Escola Normal, nomeados pelo presidente da província, estava encarregado de fiscalizar a aplicação dos recursos imperiais na educação, as condições de ensino, e indicar livros escolares.

As reformas educacionais do Império após a lei de instrução de 1827, pretendiam atualizar, também, os métodos de ensino. A Reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, abriu seu texto declarando a liberdade de ensino em todos os níveis. E no artigo 9º, que determinava as disciplinas dos currículos das Escolas normais, incluía a “prática do ensino intuitivo ou lições de cousas” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p.83). Em relação à adoção de livros didáticos, o Conselho Diretor de Instrução Pública, não dispunha de poderes exclusivos para efetivar a escolha desses materiais escolares. Cabia ao Diretor Geral da Instrução Pública decidir os livros a serem utilizados nas escolas da província e ordenar sua adoção.

Encontraram-se registros, muito gerais, de compra de livros nas atas do Conselho. O destino desses livros é que não está esclarecido, pois tanto poderia ser para o uso em sala de aula pelos alunos, ou para o uso exclusivo dos professores, quanto a ocupar as prateleiras das bibliotecas escolares⁹.

A primeira referência de aquisição de livros de história e geografia para o ensino, feita pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, está registrada na Ata de sua 4ª Reunião, em 22 de julho de 1873. Naquela ocasião, foi acertada a compra de “100 livros de *‘História do Brazil’* de Pe. Pinheiro a 1:800 réis e de 200 *‘Geographias’* de Berlinck por 900 réis” (AHRGS, Livro 55, p. 12).

Eudoro Brasileiro Berlink (1843-1880), rio-grandense e membro do Partenon Literário, “publicou em vida um compêndio de geografia” (CESAR, 1956, p.367). Segundo Villas-Boas (1974, p.68), Berlink também foi professor e historiador. O

⁹ Faltam os documentos que comprovam o destino de uso desses materiais no ensino. As discussões e avaliações do Conselho sobre as obras adquiridas não foram encontradas para o período imperial.

título da obra de Berlink era *Compendio de geographia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*¹⁰.

Mesmo com a proclamação da República, em 1889, manteve-se o Conselho Diretor em funcionamento até a reforma estadual do ensino em 1897. Contudo, o Diretor Geral da Instrução Pública foi substituído, a princípio, por seus Conselheiros, que aguardavam do governo republicano a nomeação de um substituto. O escolhido foi Manoel Pacheco Prates.

Elomar Tambara afirma que ao assumirem o governo do Estado do RS, os castilhistas encontraram a área da educação “já sob o domínio ideológico comtiano” (TAMBARA, 1991, p.326). Porém, as manifestações de inspetores, registradas nas atas daquelas reuniões do Conselho, evidenciam posições discordantes às resoluções castilhistas. Com efeito, foram rasgadas algumas folhas do livro de atas do Conselho Diretor, referentes ao período da “revolução federalista”. Restaram, apenas, dois fragmentos de registros de reuniões ocorridas, em 20 de outubro de 1894 e 13 de junho de 1895. Em ambas, o Conselho julgava processos de acusação a professores e professoras que, supostamente, defendiam “idéias federalistas”. A partir de 1896, o documento não sofreria mais atos de vandalismo. As assinaturas das atas dos Conselho Diretor de Instrução Pública e Conselho Escolar também revelam outros elementos do ideário dos inspetores escolares, o que nos permite representá-los fracionados por diferentes movimentos filosóficos. Bastou uma atenção maior às assinaturas dos participantes do conselho para encontrar evidências maçônicas. Assim, podemos identificar pelo menos três correntes de pensamento no interior dos conselhos de instrução pública (RS), a partidária, a maçônica e a conservadora ou “formalista”.

A 1ª Conferência Ordinária, de 04 de janeiro de 1890, indica que a presidência do Conselho foi assumida, temporariamente, pelo Dr. Oscar Felipe Rheingartz, pois Adriano Nunes Ribeiro, o Diretor empossado pelo governo imperial, “desapareceu” das sessões do órgão, mas nem todos os demais conselheiros fizeram o mesmo. Alguns permaneceram, como José Pena de Moraes e Henrique Duplan. Naquele momento, de início da República, o pragmatismo dos castilhistas

¹⁰ Ao todo foram 5 edições, a sexta pela UFRGS (1963), com prefácio de Dante Laytano. A 1ª edição com 54 páginas + notas (1863), Tip. Deutsche-Zeitung, Porto Alegre; a 2ª ed., 74 pgs. Tip. O Rio Grande (1868), Porto Alegre; a 3ª e 5ª ed., J. Alves Editor, 104 pgs. (1872 - 1881), Porto Alegre; a 4ª ed. Tip. Perseverança, Rio de Janeiro (1877). (VILLAS-BOAS, 1974, p.68).

apresentava-se de forma determinada a romper com as heranças do Império na estrutura da administração pública: “foi lido o relatório da comissão encarregada de estudar as bases da reorganização do ensino público neste Estado, sendo adiada a sua discussão” (AHRGS, livro 55, p. 191). Preparava-se a reforma institucional que colocaria o sistema de ensino sob o controle dos republicanos no RS, adiada foi, em diversos momentos, enquanto os antagonismos políticos resolviam-se pela guerra civil.

Os relatórios do inspetor geral da instrução pública, em 1895, expressavam a questão do ensino, nos seguintes termos:

Fins do Ensino Primário [...] a forma republicana que tem sua base, sua vitalidade na escola, como proclamou a nossa lei fundamental, exigindo a instrução como condição para o exercício do voto, o mais elementar e o mais importante dever do cidadão. É a escola primária que forma as maiorias esclarecidas, seguros sustentáculos dos governos republicanos. (Relatório, 1895, p.296).

Formar eleitores através da alfabetização, aculturar imigrantes europeus nas colônias do Estado; qualificar o eleitorado através do ensino cívico, formando-o crítico, suficientemente, para rejeitar as propostas políticas que divergissem do republicanismo do PRR e disciplinado o bastante para não questionar as fraudes eleitorais do partido.

O Decreto nº 89, de 02 de fevereiro de 1897, no então governo de Júlio Prates de Castilhos. Entre outras determinações, o decreto regulava a realização das reuniões do Conselho Escolar, o qual passaria a ter oito (08) sessões consecutivas, sendo a primeira em 20 de dezembro de cada ano, nas dependências da Escola Normal . Conforme o Artigo 2º, cabia ao Conselho Escolar:

I – discutir e propor reformas e melhoramentos do ensino, bem como a adoção do material escolar.

II – aprovar livros e qualquer trabalho concernente ao ensino primário (Dec. 89, 1897).

O governo recebia uma parcela da população, justamente a mais susceptível a aceitar informações. Temos assim, para a República, uma popularização do ensino e constata-se a possibilidade de acréscimo de público escolar em sala de aula, com a escola primária gratuita, livre e laica.

Foi a mudança de público a se educar que impôs a mudança dos conteúdos escolares. Os saberes que os métodos de ensino trazem são tão importantes quanto

as práticas pedagógicas, a palavra escrita distribuía mensagens doutrinárias através das lições dos manuais escolares. Tornava-se necessário disponibilizar a estrutura material adequada às novas práticas pedagógicas. O sistema de educação castilhistas manteve o método de ensino tradicional, mas dedicou a história do RS para o ensino cívico, ajustando seu conteúdo pedagógico, investiu nos materiais didáticos, na construção de escolas e na ampliação de leituras para o novo público escolar.

O método de ensino adotado pelos republicanos foi o *intuitivo*, que privilegiava a aquisição de conhecimentos por meio dos sentidos, principalmente a visão, treinando as faculdades perceptivas até que pudessem expressar, em linguagem apropriada, o entendimento da “lição das coisas”. O castilhismo tornou obrigatório o *ensino intuitivo* nas escolas elementares do estado. O artigo 6º do Decreto nº 89, de 02 de fevereiro de 1897, dizia: “Quer nos collegios districtaes, quer nas escolas elementares, será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo o livro apenas de auxiliar, de acordo com programas minuciosamente desenvolvidos”.

O método intuitivo era utilizado e conhecido pelos pedagogos brasileiros nas décadas de 70 e 80 do século XIX. Seu uso teve origem nas escolas particulares daquele período. As teorias e exigências de objetos pedagógicos refletiam os níveis de industrialização alcançados dos centros europeus e norte-americanos que o difundiram.

Regina Schelbauer (2004) estudou a constituição do ensino intuitivo na província de São Paulo. Em sua tese, também, descreveu os acontecimentos da Exposição Pedagógica de 1883, no Rio de Janeiro. Para Leôncio de Carvalho, reformador educacional (1879), a *lição de cousas* era parte do método intuitivo. “O que deve caracterizar a lição é o modo de dá-la por meio de cousas sensíveis, de objetos colocados sob a vista dos alunos, que destarte serão obrigados a refletir. Há pois necessidade de um museu escolar” (CARVALHO apud SCHELBAUER, 2004, p. 103).

Os programas escolares, como esclareceu o Diretor Geral da Instrução Pública, foram inspirados no sistema de ensino norte-americano. Manoel Pacheco Prates afirmou, em relatório de 1897, que para elaborar o texto do decreto nº 89, tomou, também, como fonte de inspiração a legislação de ensino argentina. “Guiei-me [...] pela legislação norte-americana, vantajosamente applicada na Rep.

Argentina, tive o cuidado de fazer as profundas modificações exigidas pelo nosso meio e pela Constituição do Estado” (Relatório, 1897, p.408).

O exemplo argentino foi tomado como modelo de sucesso e modernidade de popularização do ensino público. Entre os mitos da história da Argentina (PIGNA, 2005), Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), poderia bem ser a referência de sucesso citada no Relatório da Instrução Pública. Sarmiento foi educador, escritor e governante da Argentina. Trabalhou para o governo do Chile (1845-47), visitando diversos países da Europa, o Brasil e o Uruguai, a fim de investigar seus sistemas e métodos de educação, resultando no livro *Viajes por Europa, África e América*. O lugar de Sarmiento, na história americana é inegavelmente justificável pelos resultados de suas obras, tanto literárias, quanto monumentais como a construção de 800 escolas, do Colégio Militar e do Liceu Naval argentinos. Defendeu o exemplo norte-americano de modelo de “civilização educadora”¹¹ e elaborou a Lei nº 1420, que estabeleceu o ensino primário livre, leigo e gratuito .

O Relatório da Instrução Pública, do inspetor da 5ª Região, Brandão Júnior (1899), trazia a participação dos saberes estrangeiros sobre prédios escolares :

O sr. C. Morra, engenheiro achitecto do conselho de instrução publica da Republica Argentina, em extenso relatório que a respeito de construcção de casas para constucção de escolas apresentou aquelle conselho diz: ‘ A primeira questão a resolver-se quando se trata de construir uma casa para escola, está na escolha do terreno [...]. Uma escola deve ser construída no centro da povoação [...] Deve ter ar e luz em abundância e não ficar escondida entre construccções que a abafem e a dominem. (Relatório, 1899, p.146)

Conforme os Relatórios da Instrução Pública demonstram, a tendência do governo estadual estava muito mais em buscar um intercâmbio cultural com seus vizinhos platinos do que diferenciar-se deles. Por outro lado, a aproximação com os vizinhos do Rio da Prata, poderia resultar em importantes subsídios culturais que sustentassem, numa eventual disputa entre os projetos de educação dos Estados brasileiros, em um maior sucesso rio-grandense. Manoel Pacheco Prates, projetava uma imagem do RS como estando a frente dos demais estados brasileiros em

¹¹ Sarmiento em 1865, recebeu títulos de doutoramento “Honoris Causa” das universidades de Michigan e Brown, em sua viagem como ministro plenipotenciário da Argentina aos Estados Unidos. Sarmiento foi Diretor Geral de Escolas da Província de Buenos Aires, Senador e Governador de San Juan, além de Presidente da República.

questões de ensino, tanto em número de estudantes e de escolas como na produção de livros didáticos.

Podemos afirmar com segurança que nenhum dos outros Estados da União tem uma bibliotheca escolar superior á nossa; [...] a nossa colecção didática é superior a d'aquelles ponderando-se que os livros entre nós adoptados e actualmente distribuídos, exceptando-se os compendios de licções de cousas por Saffrey; e de Cânticos Infantis, são todos escriptos e editados no Rio Grande, o que não acontece em outro Estado brasileiro (Relatório, 1898, p. 475).

O inspetor geral não estava satisfeito com a bibliografia que a instrução pública possuía até 1900, entendia que o ensino cívico ainda carecia de material de ensino apropriado. O ensino cívico caracterizava-se por fortalecer os laços de pertencimento, o respeito e a dedicação à pátria e constituir, pela orientação impressa, os atributos da identidade republicana estimulando a conduta moral e cívica por ensinamentos “sugestivamente bons” (MAIA, 1898, p.5).

Continuo a lamentar a falta de um livros de leitura destinado a ministrar, por meio de breves narrações, o ensino moral e cívico aos nossos jovens patrícios, conforme exige o nosso ensino. Neste sentido só temos a História do Rio Grande do Sul por João Maia, que está prestando bons serviços mas que deve ser completada por um livro fácil e do gênero acima indicado (Relatório, 1900, p. 384).

É provável que o inspetor geral pretendia substituir as narrativas histórias por um manual de ensino de moral, que interiorizasse nos educandos o espírito cívico para, através de propostas práticas, formar o cidadão republicano.

Prates acreditava que uma uniformização do sistema de ensino poderia modificar as condições históricas da sociedade, se fossem racionalmente aplicados, os métodos de ensino “auxiliariam eficazmente os poderes públicos” (Relatório, 1897, p.402). A sociedade sul-rio-grandense deveria receber os valores morais que a qualificassem para sustentar o esforço republicano ao progresso.

A educação iria ainda tocar mais fundo, visando incentivar as produções econômicas, atingindo a questão do direcionamento das inovações tecnológicas introduzidas no estado sul-rio-grandense. Para tanto, o governo havia criado as “Estações Agronômicas”, com o fim de promover os setores da “indústria natural”. Em 1898, inaugurou-se a Estação Agronômica Experimental, em Pelotas, destinada ao aprendizado e à difusão de conhecimentos técnicos agrícolas. Manuais de agricultura prática foram adotados pelo Conselho para serem distribuídos às escolas técnicas rurais. Consta, na Ata da 4ª Sessão de 23 de dezembro de 1897, que os

representantes dos editores Echenique & Irmão apresentaram o livro “*Lições de agricultura prática, de J.A. Moraes*”, requerendo o “*parecer do Conselho*” para a sua aprovação e adoção nas aulas públicas (AHRGS, livro -56, p.7).

Era preciso, para os castilhistas, que o entendimento da luta histórica republicana fosse tratado pedagogicamente e transformado numa mercadoria de consumo. Para construir seu cidadão, o Estado republicano deveria desconstruir o indivíduo. Tendo no sufrágio o meio de acesso ao poderes executivos e legislativos, com o ensino cívico pretendeu-se condicionar um eleitorado para que apoiasse fielmente o Partido Republicano Riograndense. O ensino de história, além de compor com outras disciplinas o sistema de educação, como formador de eleitores e de mão de obra capacitada, estava direcionado a ser um instrumento político, que afirmava o papel do PRR como transformador social. Neste sentido, o ensino da História tornou-se um fim político-partidário.

Na reunião de *conferência ordinária* do Conselho Diretor de Instrução Pública, em 27 de agosto de 1896, foi apresentado parecer “sobre o livro do Dr. José Pinto Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as Escolas*, opinando a secção [sic] sobre sua adoção foi aprovado” (AHRGS, livro-55, p.195). O inspetor Alfredo Pinto, tomando a palavra, declarou que “várias vezes o Conselho apresentou as razões pelas quaes não podia dar parecer sobre obras em manuscripto e agora, de novo, ratificava aquellas razões e pedia ao Dr. Diretor, que não acceitasse obras em tais condições para a secção dar parecer” (ibidem). Essa manifestação, baseada no regulamento do Conselho (formulado em 1882), pretendia restringir que materiais escolares, em manuscrito, fossem encaminhados à análise do Conselho. Enquanto o conselho servia-se de suas normas internas para rejeitar tais obras à avaliação, a apresentada pelo irmão do Deputado Estadual Constituinte de 1891, João Pinto da Fonseca Guimarães, foi aceita, analisada e aprovada para adoção¹².

Mesmo aprovada, desde 1896, às aulas públicas, a obra de Guimarães, somente, recebeu a adoção oficial, pelo Ato nº 8, em 3 de janeiro de 1899 (AHRGS, livro 195, p.6). Há de ser considerado, também, o fato do Conselho Escolar ter aprovado a adoção de *O Rio Grande do Sul para as escolas*, na sessão de 23 de dezembro de 1898. Tais indícios levaram-nos a levantar a hipótese de que a

¹² Tal como José Pinto Guimarães, João Maia e Henrique Martins, também apresentaram suas obras, para avaliação do conselho escolar, a próprio punho. Em todas essas ocasiões, entre os conselheiros, surgiram manifestações contrárias à aprovação daqueles livros didáticos por estarem manuscritos.

primeira edição de Guimarães (1896) foi “impressa com data retroativa” (ALMEIDA, 2006, p.239). Até o momento, desconhecemos as evidências do recebimento dessa obra nas aulas sustentadas pelo governo republicano (RS), entre 1896 e 1898. Os registros do Almojarifado da Secretaria da Instrução Pública acusam a recepção daquele material, apenas em duas ocasiões, em 1899 e 1902.

Uma reflexão mais atenta sobre a questão invalidou a hipótese acima referida. *O Rio grande do Sul para as escolas* (1896), havia sido distribuído às escolas públicas, a partir de 1896, com uma tiragem inicial de pelo menos 4 mil exemplares¹³. De fato, as deficiências organizativas da Secretaria de Instrução Pública, anteriores a 1897 (Dec. Nº 89), impossibilitaram confirmar os dados sobre sua circulação nas aulas públicas. A falta de evidências, quanto à distribuição desse material, lançou dúvidas sobre o aproveitamento da primeira edição. Dúvidas que foram agravadas pelas considerações do inspetor geral.

Adoptei este livro porque penso que elle tende a preencher uma sensível lacuna em nossa bibliotheca infantil. Disse que elle tende a preencher porque, para conseguí-lo, é necessário que seu digno autor elimine da primeira edição alguns pequenos defeitos. A segunda edição de O Rio Grande do Sul para as escolas sairá´ correta e concorrera poderosamente para reatar ao presente honroso e digno passado de nossa terra natal, fazendo renascer os costumes rio-grandenses e evocando as nossas gloriosas tradições (Relatório, 1897, p. 411).

A segunda edição, entretanto, aconteceu em 1899. A nomeação do autor José Pinto Guimarães ao cargo de Diretor da Biblioteca do Estado foi concedida como prêmio em retribuição a seu serviço em favor do ensino público. Esse benefício já estava convenientemente previsto pela administração castilhistas.

Muito ressentido-se o nosso ensino público primário de uma geographia do Estado e de livros de leitura que se occupem de assumptos nacionais e do estado. Esta falta cessará desde que sejam instituidos concursos de obras e sejam conferidos premios aos autores cujos livros forem adoptados. (Relatório, 1896, p.304)

O decreto nº 89 (1897) reorganizou o ensino primário no Estado. Nesse decreto, o artigo 28 - item III, atribuía ao Conselho Escolar, por intermédio do inspetor geral, propor ao presidente do Estado “a concessão de prêmios aos auctores de obras de grande mérito para o ensino primário que se publicarem depois

¹³ Na capa do exemplar da 1ª ed. (GUIMARÃES, 1896), encontrado no Instituto Histórico e Geográfico do R.G.S., pode-se verificar, abaixo do título, a inscrição “4º milheiro” .

deste regulamento”. Guimarães havia sido nomeado bibliotecário, após a promulgação do referido decreto, em inícios de 1897 .

A primeira reunião do “novo” Conselho Escolar, em 20 de dezembro de 1897, formou uma comissão (Henrique Duplan, Manoel Fernandes e José Penna) para elaborar o regimento interno do Conselho e vistoriar as mobílias escolares, e outra (Manoel Brandão Jr., Arthur Toscano e Lúcio Cidade) para revisar e dar parecer sobre os “livros adoptados”. Tais comissões originaram-se do debate ocorrido entre os inspetores. Naquela ocasião, o inspetor “Sr. [Lúcio] Cidade pediu a palavra e tratou de livros adoptados, fazendo notar que os que se acham nas escolas, sendo de diferentes autores produziam uma balburdia que convinha remediar” (AHRGS, livro 56, p.1).

Por sua vez, Henrique Duplan defendeu o direito “para os professores reconhecidamente habilitados” de escolher “livros de um ou de outro autor” (ibidem). Entretanto, o sr. Manoel Fernandes, contrariando a opinião de Duplan, “tratou também do assunto opinando sobre a conveniência de não se fornecer ás aulas livros de diferentes autores isto é um mesmo typo de livro, de autores diferentes, devendo-se antes resumir o mais possível a bibliotheca escolar formando sempre poucos e bons livros” (idem, p. 2). Pode-se inferir que a “conveniência” pretendida assentava-se sobre questões econômicas, pois a diversidade de livros didáticos resultaria, na mesma medida, em uma variedade de preços. Além disso, a diversidade de manuais escolares também prejudicaria o controle doutrinário republicano sobre a seleção do conteúdo das lições transmitidas em sala de aula. Retomando a palavra, o inspetor Duplan apresentou a seguinte indicação

considerando que para aprovação e adopção de um livro didático nas aulas sustentadas pelo Estado são dados igualmente importantes_ o formato, a encadernação, o papel, a impressão, correção e preço_ além do valor intrínseco da obra quanto ao methodo, divisão da materia e exposição únicos requisitos que podem ser examinados num trabalho manuscripto” (AHRGS, livro 56, p. 2).

O inspetor Duplan sustentava a opinião de apenas admitir para o exame obras impressas, pois o material, nessa condição, poderia ser avaliado considerando seu formato, qualidades gráficas e preço da obra. Tratando-se de uma obra manuscrita, os elementos analisados eram reduzidos às questões de método, organização e conteúdo.

Inserindo-se no debate, o inspetor Arthur Toscano solicitou, devido “a falta absoluta nas aulas publicas de um livro de educação cívica, historia e geographia do Estado do Rio Grande do Sul”, os livros que “apparecerem, mesmo em manuscripto, sobre taes assumptos [fossem] submettidos ao exame de uma comissão especial para dar sobre eles parecer” (AHRGS, livro 56, p.2). Entende-se, assim, que eram aguardadas obras em manuscrito para a apreciação do Conselho, entretanto, naquela reunião, ainda não haviam sido apresentadas. Percebe-se que o inspetor apontava para a necessidade de tais manuais possuírem caráter de “educação cívica” e abordassem temas relacionados ao ensino de história e geografia sul-riograndenses. O artigo 6º do decreto nº 89, de 2 de fevereiro de 1897, exigia aos executores da pedagogia castilhista animar seus alunos a estreitar laços cívicos com o republicanismo. Dizia o artigo 6º da reorganização do ensino primário que a “instrução moral e cívica não terá curso especial mas ocupará constantemente e no mais alto grau a atenção dos professores” (RGS. 1907, p. 162-199).

A ata da 2ª sessão (21.12.1897) registrou “outro requerimento do Sr. João Cândido Maia, fazendo consideração a cerca da decisão do Conselho de não dar parecer sobre livros manuscriptos terminando por pedir a reconsideração de sua decisão e parecer sobre seu livro” (idem, p. 4). Discutiu-se o texto do Decreto Nº 89, cujo artigo 2º incumbia ao Conselho Escolar “aprovar livros e qualquer trabalho concernente ao ensino primário”, assim, as obras manuscritas estavam incluídas sob essa generalização. Sem alcançar um consenso, o C. E. mantinha uma posição formalista, que desinteressava parte de seus integrantes¹⁴. Romper a barreira imposta às obras manuscritas, tornou-se o principal objetivo dos castilhistas no Conselho Escolar, porque a obra de Maia iria suprir duas lacunas, a primeira era da biblioteca escolar referente às obras de ensino de história regional, a segunda lacuna a ser preenchida era a vaga de inspetor da 7ª Região Escolar, aberta pelo decreto nº 89. Reforçando, assim, o núcleo castilhista do Conselho.

A sessão seguinte, em 22 de dezembro, finalmente concordou pela abertura de exceção para o recebimento de obras manuscritas e impressas. O inspetor Arthur Toscano argumentou

¹⁴ A propaganda da obra de J. Cândido Maia, divulgada, através das páginas do Correio do Povo, em 5 de dezembro de 1897 (LAZZARI, 2004, p.318), havia tornado de conhecimento público que a bibliografia consultada a “confecção” do livro continha uma constelação de autores republicanos.

considerando que o Conselho Escolar funciona agora pela primeira vez, colhendo de surpresa aos autores de obras didáticas com a decisão de não receber livros manuscritos e os impressos apresentados depois do dia 20 sejam admitidos ao exame deste conselho todas as obras desse gênero impressas e manuscritas apresentadas no curso desta sessão. (AHRGS, livro 56, p.6)

O Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates nomeou José Penna de Moraes, Arthur Toscano Barbosa e Lucio Cidade para a comissão encarregada de elaborar o parecer sobre os livros *História do Rio Grande do Sul*, de João Cândido Maia; *Geographia do Rio Grande do Sul*, de Henrique Martins e *Poder da Vontade*¹⁵, de D. Rosa Fontana (todos em manuscrito). A partir dessa sessão, houve admissão de outras obras para avaliação do conselho¹⁶.

Na quinta sessão do Conselho, em 24 de dezembro de 1897, foi apresentado e discutido o parecer sobre a revisão da biblioteca escolar. A crítica ao parecer, efetuada pelo inspetor Henrique Duplan, reforçava as competências do Inspetor Geral para adoção de livros, pois se baseava na legislação em vigor. Segundo o inspetor era responsabilidade da comissão apenas “verificar se estes livros que antigamente satisfaziam as aspirações do Governo” continuavam “em harmonia com o pensamento que ditou a organização do ensino primário do Estado” (idem, p. 10). A comissão havia avançado além de suas prerrogativas, redigindo atos de adoção para os livros analisados. O parecer foi encaminhado para reformulação.

Na oitava sessão, em 29 de dezembro, a obra de João Maia foi aprovada, com restrições e apontadas alterações necessárias na mesma. O voto de Henrique Duplan, contrário àquela aprovação, justificava-se pela falta de uma “obrigação expressa” que sujeitasse a reapresentação da obra ao Conselho depois de modificada.

considerando que apenas é condicional a aprovação proposta, sem referencia á obrigação de ser novamente apresentado ao exame do Conselho o trabalho reformado; considerando mais que ignoro como se poderá tomar o compromisso do autor de fazer as alterações indicadas. Considerando que o Regulamento determina claramente as atribuições do Conselho e do Sr. Inspector Geral quanto a aprovação e adoção de livros. Considerando que não seja necessidade de abrir uma excepção na regra seguida em relação a

¹⁵ Obra com o mesmo título do livro de auto-ajuda de Samuel Smilles.

¹⁶ Na quarta reunião, por exemplo, em 23 de dezembro de 1897, representantes de editores apresentaram livros e requereram o parecer do Conselho: L.P Barcellos, *Gramatica*, de P.S.; Echenique & Irmão, *Lições de agricultura prática*, de J.A. Moraes. Em 27 de dezembro, foram recebidos dos editores Echemigria & Irmão os livros: *America* de Coelho Neto; *Historia do Brasil*, de Sylvio Romero (AHRGS, livro 56).

outros trabalhos em iguaes condições_voto contra o parecer (Idem, p.13-14).

Infelizmente, os pareceres das comissões do Conselho não foram localizados. Dessa forma, os apontamentos e correções indicados para o livro de João Maia não puderam ser consultados, bem como o conteúdo dos outros pareceres citados aqui. Contudo, quem assumiu as responsabilidades por conferir as correções e alterações no livro de João Maia foi o inspetor geral, Manoel Pacheco Prates.

Henrique Duplan, em 1894, substituíra João Abbott na Inspeção Geral da Instrução Pública. A reorganização do governo, com o término da guerra civil em 1895, levou João Abbot ao cargo de secretário do Estado (Secretaria dos Negócios). A vaga aberta na inspeção geral coube a Manoel Pacheco Prates. O professor João Pedro Henrique Duplan passou, então, a exercer o cargo de diretor da Biblioteca Pública, em 1896 (Relatório, 1896, p. 205), e foi substituído, por nomeação do inspetor geral, pelo autor de livros didáticos José Pinto da Fonseca Guimarães. Duplan, em 1897, retornaria a inspeção regional, cabendo-lhe a 2ª região escolar. A seqüência de “falas” registradas desse inspetor nas atas do Conselho Escolar não decorrem por preferência deste estudo. As intervenções de Duplan refletiram, em relação a suas experiências e conhecimentos na administração da Instrução Pública, coerência crítica. Sua participação no Conselho Escolar visava, sobretudo, contribuir para excelência do ensino no RS do que, simplesmente, satisfazer compromissos partidários¹⁷.

O “acto N° 5^a”, de 4 de fevereiro de 1897, dividiu o território do Estado do Rio Grande do Sul em sete regiões escolares. O Decreto nº89, de 2 de fevereiro, não definiu os limites das áreas de abrangência da inspeção dos conselheiros escolares.

O quadro seguinte organizou a nomeação das regiões escolares, suas sedes e municípios abrangidos, conforme o texto do Ato nº 5, publicado em 4 de fevereiro de 1897.

O quadro favorece a visualização das sete regiões escolares criadas em 1897. As descrições dos municípios seguiram o texto do ato governamental e sua ortografia histórica, a instrução pública compusera uma outra organização política do RS. Contudo, nossa abordagem aponta para uma imagem de circuito de inspeções,

¹⁷ O Sr. Inspetor Lúcio Cidade foi desonerado do cargo de Químico da Hygiene, no serviço sanitário e nomeado inspetor da Instrução Pública, em 1895, para a 3ª região, com sede em Montenegro.

um trajeto de aulas e escolas públicas que os inspetores regionais deveriam percorrer, tanto no município sede como nos limites abrangidos pelas regiões.

Quadro 1 – As sete regiões escolares

Região	Município Sede da Região (inspetor regional)	Municípios abrangidos pela Região
1ª	Porto Alegre (Arthur Toscano Soares Barbosa)	Porto Alegre, Viamão, Dores e S. João de Camaquam.
2ª	São Leopoldo (João Pedro Henrique Duplan)	São Leopoldo, Cahy, Taquara, Gravatahy, Stº. Antº. da Patrulha, Conceição do Arroio e Torres.
3ª	Montenegro (Lucio Brasileiro Cidade)	Bento Gonçalves, Caxias, Vacaria, Lagoa Vermelha, Estrela, Taquary, São João do Montenegro, Lageado, Triunpho e S. Jeronymo.
4ª	Santa Maria (José Penna de Moraes)	Santo Amaro, Santa Maria, S. Vicente, S. Sepé, S. Martins, Santa Cruz, Encruzilhada, Rio Pardo, Cachoeira e Venâncio Ayres
5ª	São Gabriel (Manoel Pinto Costa Brandão Jr.)	Uruguaiana, S. Gabriel, D. Pedrito, Rosário, Alegrete, Quaray, Caçapava, Lavras, Itaquy.
6ª	Pelotas (Manoel Ignacio Fernandes)	Pelotas, Rio Grande, Piratiny, São Lourenço, Arroio Grande, Jaguarão, Cangussu, Herval , Bagé, Cacimbinhas, Stª. Vitória, S. José do Norte.
7ª	Cruz Alta (João Cândido Maia)	Villa Rica, Cruz Alta, Soledade, Passo Fundo, Palmeira, Santo ângelo, S. Luiz, S. Borja, S. Thiago do Boqueirão.

1.2 Processo de adoção das obras didáticas sob o castilhismo.

Manoel Pacheco Prates, inspetor geral da Instrução Pública, dedicou-se a desfazer as “lacunas” da manualística de ensino ¹⁸, incrementando a produção de materiais adequados às novas práticas pedagógicas. Segundo os relatórios enviados pelo Inspetor Geral da Instrução Pública à Presidência do Estado, havia uma notória carência de livros de história e geografia do Estado (RS), dedicados ao público escolar, até o ano de 1896:

Sobre história do Brazil ainda não encontrei um compêndio que satisfaça as necessidades do ensino. [...] Sobre esta matéria, penso, devemos procurar um compêndio de chronologia, contendo os factos principais de nossa história[...] Continuo a comentar a falta de uma Geographia e História do Estado, escriptas de acordo com as modernas exigencias do ensino.(Relatório, 1896, p. 296).

O Conselho Escolar, através dos pareceres produzidos pela comissão encarregada da análise, indicava ao Inspetor Geral as obras cuja adoção oficial podia ser efetuada. Há, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no acervo de Instrução Pública, um livro que contém os registros de adoção de livros pelo Estado¹⁹. Os registros encontrados nesse documento representam os livros oficialmente aceitos, impressos e distribuídos em nome da administração estatal. O Conselho Escolar interferia na elaboração dos discursos didáticos. Apontando correções e adequações a serem executadas no conteúdo, na estrutura e na forma da obra.

Os livros didáticos, sob o castilhismo, deveriam percorrer um determinado caminho nos setores específicos da organização administrativa da Instrução Pública. Primeiramente, deveriam ser apresentados à sessão do Conselho Escolar, que reunia-se, a partir de 20 de dezembro, em oito sessões consecutivas. Eram destinados à uma comissão encarregada de avaliá-los, formada por uma tríade de

¹⁸ A partir da década de 10, do século XX, outras obras destinadas às escolas surgiram: Stela Dantas de Gusmão, *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1911. Afonso Guerreiro Lima *Noções de Geografia*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1912, e (idem) *Cronologia da História Rio-Grandense*, Porto Alegre: Liv. Globo, 1916.

¹⁹ *Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino 1897/1898*. Arquivo Hist. do Rio G. do Sul. Instrução Pública - Livro 195.

inspetores presentes às sessões. Caso aprovados, pelos inspetores, passariam à avaliação final do Inspetor Geral, ao qual cabia a decisão de adotá-los oficialmente. Consentida a adoção, eram enviados à impressão gráfica, se estivessem em manuscrito, pelo livreiro Rodolpho José Machado, que possuía contrato com o Estado para prover o fornecimento dos materiais escolares, entre 1891 e 1904.

A seguir, devidamente impressas, eram formalmente registradas no Livro de Atos de Adoção de Livros (AHRGS, livro-195), e reapresentadas ao Conselho, dessa vez como obras oficialmente destinadas ao ensino público. Segundo as necessidades da Instrução Pública, o Inspetor Geral determinaria a quantidade a ser entregue ao Almojarifado da instituição, encarregado da distribuição do material às aulas públicas do ensino elementar (RS).

O controle de recebimento de materiais de ensino também era feito pelas aulas públicas. Há no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul um conjunto de diversos livros que registram o recebimento de materiais, feito, em manuscrito, pelos professores e professoras das aulas públicas. A 15ª aula pública e mista, chamada de ‘Do fim da Azenha’, por exemplo, em 20 de agosto de 1899, a profª. Josefina, assinava ter recebido 08 (oito) Geographia do Estado do Rio Grande do Sul e 08 (oito) História do Rio Grande do Sul para o ensino, além de 18 (dezoito) “Manuscriptos Rio-Grandenses”, próprios para a escrita de lições. Enfim, a documentação existente, oferece os indícios de pedidos, de produção e recebimento dos materiais escolares em uso, no RS, durante o primeiro período republicano.

Os pedidos de fornecimento de utensílios para as aulas eram encaminhados pelos professores à Secretaria da Instrução Pública e organizados em livro manuscrito. Este memorial de solicitações consistia em uma lista de materiais de ensino e de outras utilidades. Em 1896, no Livro dos materiais fornecidos às escolas. “Exercício de 1896, forneça-se a aula mista de Arroio do Só município de Santa Maria o seguinte à Professora D. Mª Carolina Lemos. [...] Quinze _ O Rio Grande do Sul para as escolas...15 [...] José Carlos Ferr [ilegível] Gomes. Secretaria da Instrução Publica em Porto Alegre. 17 de outubro de 1896” (AHRGS, livro 186, p.104). Deve-se entender essas listas que reproduziam os pedidos de fornecimentos como parte, também, da propaganda castilhista das mudanças efetivadas, em direção à modernidade, no ensino público do Estado. O livro de Guimarães, dois meses depois de apresentado ao Conselho Diretor de Instrução Pública, ainda em

agosto de 1896, já constava naquelas listas. As centenas de folhas do livro atestam que o castilhismo impunha os volumes de sua biblioteca escolar, introduzindo à lista de solicitações os exemplares do *Rio Grande do Sul para as escolas* entre os pedidos de materiais escolares.

Encontram-se, ainda, além das obras apresentadas em manuscrito e pessoalmente pelo autor respectivo, outras cuja impressão fora efetuada previamente. Nesses casos, não é mais o autor quem solicita o parecer do Conselho, mas a própria empresa responsável pelo trabalho gráfico. Evidências existem na Ata da 6ª Sessão do Conselho Escolar, a 27 de dezembro de 1897, na qual foi lido o “requerimento de Echemigra & Irmão remetendo ao Conselho exemplares do livro *America* por Coelho Neto e pedindo parecer sobre elle. Outro do mesmo [editor] pedindo parecer [da obra] *Historia do Brasil* por Sylvio Romero” (AHRGS, livro 56, p. 8). O livro de Sílvio Romero recebeu o voto contrário do Inspetor Geral, na 8ª sessão, que apontou restrições ao material, apesar do parecer favorável da comissão²⁰ (idem, p. 13-14).

Ou, conforme consta, na Ata da Sessão de 22 de dezembro de 1902, quando a gráfica contratada pelo Estado apresentou o “requerimento de Rodolpho José Machado [livreiro] pedindo parecer sobre a [obra] *Geographia* de João Franckenberg e sua substituição pela atualmente adotada e que também era de sua propriedade” (idem, p.36). Tendo sido seu pedido aprovado, a obra foi publicada em 1903.

Sem pretender resumir a escrita da história unicamente à tarefa de legitimação de um projeto de hegemonia política, deve-se aceitar a possibilidade da existência de escritas alternativas a esse projeto²¹. Pode-se, assim, entender que as críticas levantadas por Sylvio Romero, em 1912, à administração do Estado²² e ao referir-se à Constituição, de 14 de Julho de 1891, como “positivóide castistóide”, originaram-se, também, das posições políticas adotadas pelo castilhismo para com os livros desse autor. Romero foi um crítico do positivismo e das idéias pedagógicas francesas e norte-americanas (Nascimento, 2006, p. 53).

²⁰ Comissão avaliadora foi formada pelo insp. Toscano, Cidade e Penna.

²¹ E o exemplo de escrita alternativa ocorreu na obra de Henrique Martins (1898), cujas notas de rodapé faziam referências aos opositores políticos dos castilhistas.

²² “absolutismo dictatorial positivista, instituído por Júlio de Castilhos e deturpado ridiculamente pela simplicidade sorridente e loiolesca do seu mumificado sucessor”. (ROMERO apud LOVE, 1975,p 111).

Essa intervenção, ou mediação, pode ser vista como um procedimento de controle do discurso historiográfico. As questões do método empregado para a construção dos textos também passavam pelo crivo do Conselho Escolar. Revelando um instrumento de exclusão que exerceu seu poder de forma coercitiva e que determinaria restrições às obras a serem aceitas. Os textos didáticos, aprovados pelo Conselho Escolar também definiram os excluídos do projeto progressista republicano. Dessa forma, os silenciados pela história castilhistas tanto foram sujeitos históricos quanto autores e obras.

A adoção das obras pelo Conselho Escolar legitimava os autores como sujeitos da doutrina republicana. O veredicto do inspetor geral, sua decisão final, reconhecia os colaboradores do projeto castilhistas, diferenciando-os dos demais. Segundo Foucault, a pertença doutrinária questiona, ao mesmo tempo, o enunciado e o sujeito que fala.

a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, a todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entres si e diferenciá-los, por isso mesmo de todos os outros (FOUCAULT, 1996, p.42-3) .

O Ato de adoção do livro *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, de Henrique Martins, fez referências à forma de apresentação da obra e a data da sessão do conselho que a avaliou. Dizia o texto do ato “aprovada em manuscrito enquanto ao texto e methodo pelo conselho escolar, em sessão de 31 de dezembro do anno proximo passado, reúne as condições exigidas, está nitidamente impresso e em excelente papel e em formato próprio [...] primeira edição impressa nas oficinas de Franco & Irmão” (Livro de Atos de Adoção, AHRGS, p. 2.) .

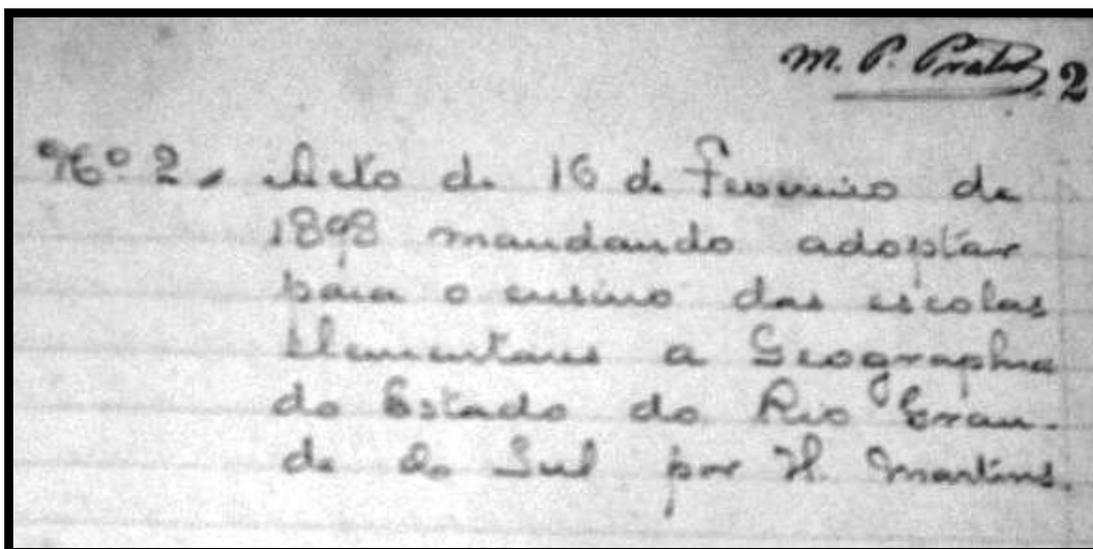


Fig. 1 – Detalhe do ato de adoção do livro *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. “Nº 2 – Acto de 16 de fevereiro de 1898 mandando adoptar para o ensino das escolas elementares a *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*, por H. Martins” (AHRGS, livro 195. fl.2).

A aprovação de *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul* (1898), foi marcada por um intenso debate, em uma sessão extra do Conselho Escolar, a décima e última das reuniões de 1897. A pessoa do autor e suas “competências” estiveram sob indiscutível contestação. A ausência de afinidade com as propostas pedagógicas do método intuitivo foi o centro do debate estabelecido no Conselho Escolar, para a análise do conteúdo da obra. O que levaria a uma radical decisão dos inspetores, a possibilidade de adoção foi, de tal forma discutida, que a decidiram pelo voto. Segue o texto da ata da sessão que julgou a aprovação do manuscrito, na íntegra, para demonstrar a extensão das considerações e os fundamentos críticos dos inspetores que se posicionaram contra a aceitação da obra, e ainda seu entendimento sobre o que se esperava de um livro didático de Geografia.

O registro da ata da sessão manteve os argumentos teóricos que justificaram a divisão de opiniões, no Conselho Escolar, além de descrever o resultado da votação, evidenciando a vantagem obtida pelo Inspetor geral - graças à fidelidade dos seus partidários republicanos. Seu voto e mais três decidiram a questão favoravelmente pela adoção. Dois outros votos foram contrários. E o sétimo voto foi retirado da contagem, caracterizando uma abstenção.

Ata da 10ª Sessão do Conselho escolar, Aos trinta e um dias de dezembro de 1897, [...] lido o parecer da comissão sobre **Geographia do Rio Grande do Sul, por Henrique Martins, depois de longa discussão em que tomaram parte quase todos os membros do Conselho, votaram a favor do parecer aprovando a obra Srs. Prates, Toscano, Fernandes e Lucio Cidade**, que retirou o seu parecer em separado e disse que votava pelo parecer [sic] visto que o Sr. Inspector Geral declarou ter examinado detidamente a obra, achando-a bôa. **Deixou de votar o Sr. Brandão** declarando que ‘conquanto se reconheça a competencia do autor da obra de que se trata no parecer sujeito á votação para ser coherente com o procedimento que teve em cima das sessões anteriores porquanto só horem vio o manuscripto, digo só horem vio amencionada obra em mão de um dos dignos membros da 1ª comissão e portanto não a leu’. **Votaram contra os Sr. Pena que declarou ‘votava contra a aprovação do livro attendeno a falta de mappas apesar de reconhecer a competencia do autor’ e Duplan que justificou o seu voto pelo modo seguinte** ‘considerando que o objeto de ensino de geographia na escola primaria é dar-se ao alumno um conhecimento tão exacto quanto seja possível do nosso mundo terrestre, principalmente dos lugares em que vivemos, forma geral, accidentes particulares com as consequencias que estes deixam, raças de homens, animaes e plantas, especies de mineraes, estabelecimento dos homens e mudanças que sua industria, comercio, relações recíprocas tem introduzido nas condições materiaes, divisões especiais que seu modo de viverem e de se agruparem em sociedade comporta; **é considerando que tudo isso pode ser e representa sendo a geographia mais ciencia da vista, por assim dizer, á vista das crianças é que deve dirigir o mestre, considerando que limitar-se a fazer o aluno ler e decorar um tanto por exacto e lógico que seja, importa em cercar-se o ensino**, substituir o concreto pelo abstrato quando o concreto é acessível as cousas pela palavra onde ate certo ponto constituem o proprio saber, considerando que **um texto de geographia não pode passar de intermediario, de auxilio para firmar na memoria o que foi primeiramente percebido pela vista**, ou na propria natureza, ou em relevos, estampas e mappas. **Considerando que o manuscripto de Geographia do Estado sujeito ao exame do Conselho não é acompanhado de trabalho algum de cartographia, etc. que seja a explicação e comentario como deveria ser attendido-se a insufficiencia dos mappas existentes e á falta de concordancia destes com a materia exposta no aludido manuscripto; parece-me que Geographia do Estado, pelo Dr. Henrique Martins, embora tenha todas as qualidades que se deve esperar do seu prezado autor, não preenche a lacuna apontada pelo Sr. Inspector Geral em seu relatorio uma vez que de acordo com o artigo 6º do Regulamento em vigor se tenha em vista ministrar o ensino nas aulas sustentadas pelo Estado de conformidade com os methodos e processos mais universalmente adoptados hoje em relação a essa disciplina, e pelos motivos expostos voto contra o parecer da 1ª comissão**’. [AHRGS, livro 56, p. 14-16. negritos nossos].

Apoiado na tradição de ensino intuitivo, Pedro Henrique Duplan apontou as contradições do voto do inspetor geral que decretara o método a ser empregado no RS republicano (1897). Tentando trazer à memória do inspetor geral, as suas exposições nos relatórios da instrução pública, Duplan reivindicava a inserção de

figuras e mapas, conforme os métodos “universalmente” adotados na disciplina de geografia, enquanto criticava o excesso de textos do livro. O fundamento desse ensino compreendia a apreensão do conhecimento através da “lição das coisas”, realizando-se do concreto para o abstrato, privilegiando a participação dos sentidos na observação dos objetos, principalmente a visão. Propunha-se partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, como metodologia de aquisição de conhecimentos científicos.

O inspetor Duplan exigia, também, maior exatidão no conteúdo das lições. Os republicanos discordavam no Conselho Escolar, salvaguardando a figura do autor que naqueles anos, além de lente catedrático da Escola Militar, seu livro *Chorographia do Brazil* (1896) alcançava, naquele ano, a quinta edição. O Inspetor Geral, contudo, aprovou o manuscrito, ignorando àquelas longas considerações contrárias formuladas pelo inspetor Duplan.

O Inspetor Geral, posteriormente, valorizou a obra de Martins como merecedora da adoção pelo “nome de seu autor, illustre homem de letras que relevantes serviços tem prestado a sua pátria [...] impõem-se este seu último livro pela exactidão, methodo e moderna orientação”. (Relatório, 1898, 474). A adoção do livro, nas palavras do próprio Manoel Pacheco Prates, deu-se pela imposição. Esse discurso justificava que as críticas, devido à ausência de mapas naquela publicação, feitas pela comissão que avaliou o livro, eram improcedentes por uma dada “miopia cartográfica” e das limitações do “psiquismo infantil”

porque os mappas intercalados no texto ou em folhas próprias, alem de encarecerem os livros, tem o grave inconveniente de pretender obrigar a creança a ler simultaneamente em duas paginas do mesmo livro; por isso os modernos compêndios de geographia abandonaram este pernicioso método, seguido, em verdade ate 1895 na Republica Argentina, de onde foi ultimamente banido, como attesta Alfonso Cosson em seu minucioso e recente compendio de geographia para as escolas elementares (Ibidem).

A defesa despistava o quanto de defasagem a modernização pretendida pelos castilhistas, nos campos econômicos, culturais e tecnológicos, haveria de superar para que alcançasse seus objetivos. A real impossibilidade de inserir gravuras nos livros didáticos encontrava-se explícita no argumento de “encarecer” os custos de produção, o que não responsabilizava a deficiência do maquinário local e a dependência às ilustrações importadas para a composição dos livros escolares. Porém, continuou o inspetor geral, Manoel Pacheco Prates, “jamais [o ensino de

geografia] poderá ser ministrado nos microscópios mappas intercalados no texto e sim em cartas muraes. Para este ensino, quanto maior for a escala adoptada, tanto menos difficuldades encontrará a creança para formar idea approximada da extensão da região objeto de seu estudo” (idem, p.475) . A idéia de mapa de Pacheco Prates encontra paralelo em um texto de Jorge Luís Borges, em *História da infâmia universal* (1993). Borges narrou uma história sobre a confecção de um mapa que cobria, em extensão e detalhes, toda a superfície do reino ao qual retratava. Depois de terminado, o objeto cartográfico tornou-se tão impróprio para a consulta que foi descartado. Para Pacheco um mapa seria quanto mais didático se sua escala gráfica correspondesse ao tamanho real do espaço a representar.

Para nossa análise, o fator determinante da adoção encontrava-se na dedicatória, um “gesto que inicia estas relações de clientela, ou de patrocínio” (CHARTIER, 1999, p.39). O livro passaria, dessa forma, das mãos do autor para quem foi dedicado, como uma transferência de autoria. Ao “ilustrado e digno inspector geral” pode soar mais como estratégia de Martins, do que uma antecipação de agradecimentos. Porém, para quem recebeu a homenagem desse rito está garantida a vinculação de seu nome ao ato de leitura daquele texto.

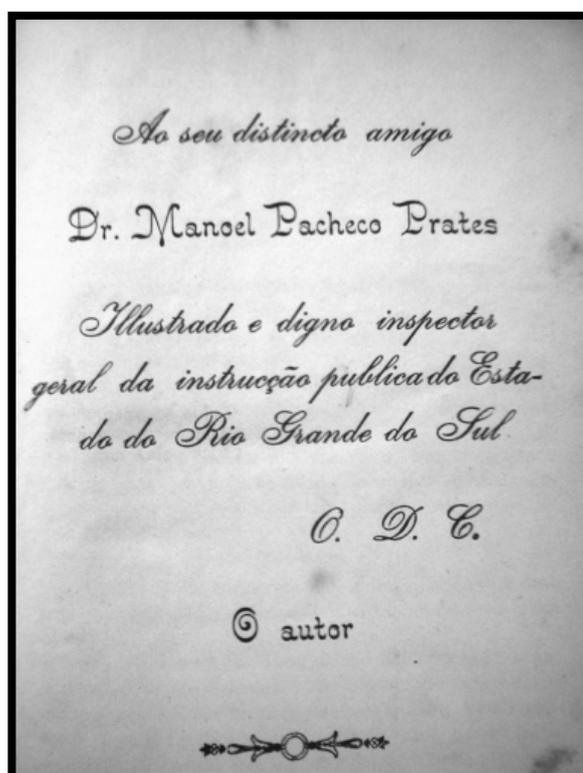
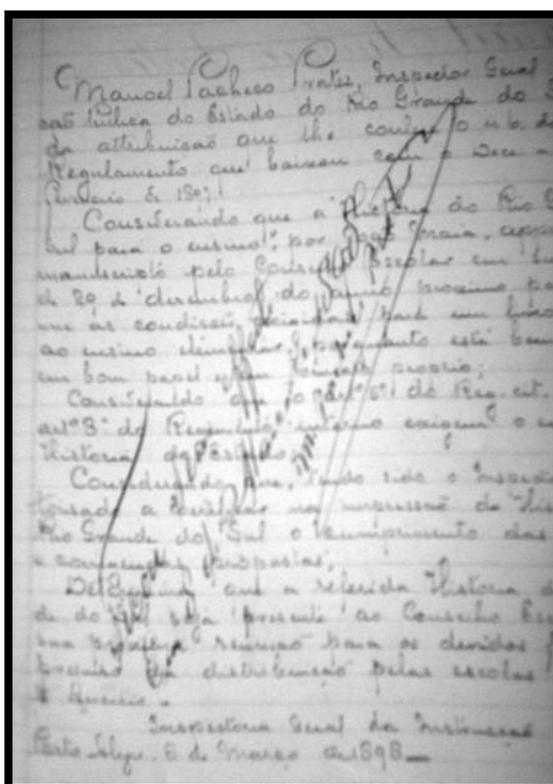


Fig. 2 – Folha da dedicatória de Geographia do Estado do Rio Grande do Sul (MARTINS ,1898). Fonte: IHGRGS.

A “lacuna” de livros didáticos regionais, ao ser preenchida, ofereceu a oportunidade de fortalecer o apoio partidário nas votações do Conselho Escolar, com a nomeação de João Maia para o cargo de inspetor regional. No ano de 1898, as reuniões do Conselho contavam com a presença de um novo inspetor, João Cândido Maia, autor da obra didática de história regional. Ele preencheu a vaga da sétima região escolar, aberta pela reorganização da instrução pública, decretada pelo presidente do Estado, a partir do texto elaborado pelo inspetor geral. A relação de forças no Conselho Escolar estava garantida para os partidários republicanos rio-grandenses. A sessão que aprovou, em definitivo a obra *História do Rio Grande do Sul para o ensino*, em vinte e três de dezembro de 1898, na quarta reunião do Conselho, “finalmente o parecer sobre História do Rio Grande do Sul, por João Maia, foi aprovado no sentido de continuar aprovada dita obra, visto terem sido feitas as correções apontadas pelo conselho, tendo o autor Sr. Maia declarado eximir-se do voto, e que se retiraria do recinto caso houvesse discussão a respeito” (AHRGS, Livro 56, p. 17). A crítica dos Conselheiros à obra de João Maia centrou-se em propor algumas alterações, sob critérios de análise de método e conteúdo, e na forma de apresentação do texto: em manuscrito.

Figura 3 – Ato de adoção anulado (AHRGS, livro 195, fl.3).



O inspetor João Maia, historiador dos atos de heroísmo, dos “estratagemas dos republicanos” (do título da Lição XXVIII, 1898), dos “tributos de sangue” (do título da Lição XXXII, 1898), preferiu optar pelo enunciado de sua lição XXIX “– Estupenda retirada”. Ao menos, a proposta de retirar-se da sala para abster-se da decisão sobre análise da obra de sua autoria, efetuou-se verbalmente. Felizmente, para o Inspetor Geral, aquela adoção era uma realidade material e irreversível, seu termo de adoção, redigido e assinado, autorizava a impressão tipográfica e sua distribuição imediata aos professores e estudantes do ensino elementar.

O texto manuscrito do Ato de Adoção de *História do Rio Grande do Sul para ao ensino* mereceu uma segunda redação. E, no documento redigido, o nome do inspetor geral receberia destaque especial, em letras ornamentais com tamanho superior às demais. Um trabalho caligráfico extra, requintado como deveria ser, segundo as proporções atribuídas àquela ocasião, por Manoel Pacheco Prates. O próprio inspetor desautorizou o primeiro termo de adoção, “ficou sem effecto, em 8 de março de 1898”, escreveu e assinou em vermelho sobre a folha, ratificando a decisão de anular o documento.

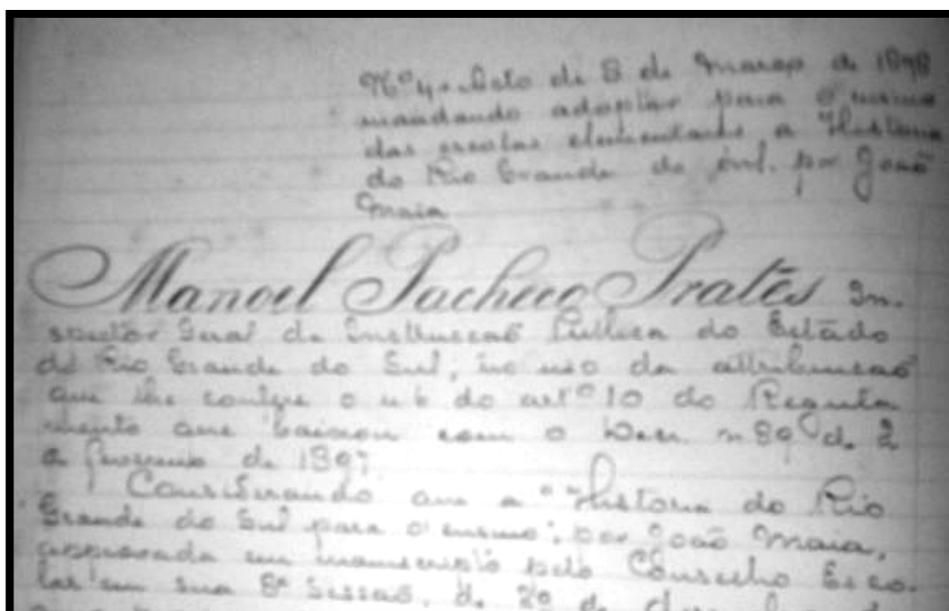


Figura 4 – Detalhe do Ato de adoção reformulado. “Nº 4. Acto de 8 de março de 1898 mandando adoptar para o ensino das escolas elementares a Historia do Rio Grande do Sul, por João Maia. Manoel Pacheco Prates, Inspetor Geral da Instrucção Pública [...]” (AHRGS: Instrucção Pública, livro 195, f. 4).

Manoel Pacheco Prates doutorou-se pela faculdade paulista de Direito. Naquela instituição, jovens estudantes sul-rio-grandenses fundaram o *Clube 20 de setembro*, cujo secretário foi Pacheco Prates. Esse grupo editou duas obras

historiográficas, em comemoração à Revolução de 1835, redigidas e financiadas por integrantes do Clube. Ambas constam na bibliografia da primeira edição de *História do Rio Grande do Sul* (1898), “História Popular do Rio Grande do Sul, 1882, pelo Dr. Alcides Lima. História da República Rio-grandense, 1882, pelo Dr. Assis Brasil”, que embasariam o corpo narrativo de trinta das lições cívicas de Maia.

2. MERCADO DE LIVROS DIDÁTICOS

Analisaremos os aspectos da “prosperidade industrial” sul-rio-grandense, representados pelas “varias oficinas de pautação de papel e encadernação de livros, algumas typographias e lytographias” (MARTINS, 1898, p. 71).

Roger Chartier apontou que os mercadores de livros atribuíam importância ao público consumidor, e não aos autores, através “da presença da marca do livreiro-editor, às vezes do endereço em que se pode encontrar o livro, e, nas preliminares, pela existência das notas ao leitor” (CHARTIER, 1999, p 41).

Havia, no RS, uma incipiente indústria gráfica, que pautava folhas de papel, encadernando-as. Produzindo os suportes materiais para a escrita manual, destinados, principalmente, para o uso em estabelecimentos comerciais, na administração pública e demais instituições estabelecidas. Evidentemente, os livros, papéis e tintas, bem como o maquinário, todos importados, encareciam o valor da mercadoria tipográfica. Para evitar prejuízos, os comerciantes de livros deveriam apenas produzir o material sob encomenda, em pequenas quantidades. Encomendas vultosas de livros para leitura, somente poderiam ser financiadas por instituições suficientemente capitalizadas e que possuíssem um público receptor equivalente. Essa indústria carecia de maquinário adequado para reproduzir gravuras em livros.

O Estado republicano deve ser visto como o agente produtor, no que se refere aos livros didáticos, tanto do público consumidor como da própria produção dos materiais de ensino. O novo público escolar, ampliado pelas reformas do governo no ensino elementar, não apenas determinou alterações no conteúdo das obras, mas, também, demandou um substancial volume da produção de livros de leitura, cadernos de escrita, e dos demais materiais que garantiam estes usos, como tinteiros, nanquim, penas, folhas pautadas, carteiras escolares e armários.

Na sexta edição, em 1900, do livro de João von Franckenberg, *História do Brasil escripta para meninos*, a capa trazia sob o nome do autor a inscrição “Professor”. A qualificação profissional do autor informava ao seu possível leitor que o obra foi escrita por pessoa qualificada e também indicava a especificidade do conteúdo, evidenciando seu sentido didático. As referências inscritas na folha de

rosto, como “Obra aprovada pelo conselho de instrução do Estado do Rio Grande do Sul e adoptada nas aulas publicas do mesmo estado”. Esta frase formularia a valorização da obra, assegurando ao seu leitor que se tratava de um objeto cujo conteúdo foi credenciado pelas autoridades competentes do Estado, evidenciando sua notória relevância pública. Abaixo, estava o endereço comercial do “livreiro-editor” Rodolpho José Machado. “338 – RUA DOS ANDRADAS – 338”.

A contra capa, por sua vez, fazia a publicidade da casa comercial, naquele mesmo exemplar:

*ESTABELECIMENTO de RODOLPHO JOSÉ MACHADO em PORTO ALEGRE. Esta casa tem sempre grande sortimento de **livros em branco, de jurisprudencia, novellas, romances e de religião.** Igualmente ahi se compram **livros colegiais e academicos** adoptados no ensino primario, secundario e superior; colleções de **Atlas de Geographia, Globos terrestres, caixas de instrumentos para desenho, papel e envelopes** de todas as qualidades, **Diamantes** para cortar vidros, **Machinas** de folha francezas para fazer café. Além disso, nesta casa existe constantemente um variado sortimento de **objectos de escriptorio e miudezas de armarinho.** As vendas são feitas por preço muito moderado, e em porção com grande abatimento. As pessoas que fizerem encommendas devem dirigit-as expressamente á casa de **Rodolpho José Machado** 338 Rua dos Andradas 338 afim de terem a certeza de ser bem servidas, tanto em preços, como em qualidades. A casa encarrega-se tambem de encommendas para o Rio de Janeiro e para a Europa, assim como de expedições para qualquer ponto do Estado, mediante preços moderados e no mais breve tempo possivel. (maiúsculas e grifos do editor)*

Podemos seleccionar, a partir dos objetos oferecidos pelo texto publicitário da livraria de J. R. Machado, os diferentes gêneros de público que tal “merchandising” alcançava. Os livros de romance, novelas e de religião estavam destinados, primeiramente ao público feminino, bem como as miudezas de armarinho. Os materiais relacionados com o ensino, referenciados em seus diferentes graus, organizam a leitura em escala por idades. E ainda, evidencia os materiais para o trabalho em escritórios, na rua, e no ambiente doméstico. O comércio naquela livraria, situada em um endereço de prestígio, na rua da capital com a maior circulação de pessoas, não oferecia apenas livros ou materiais de estudo. Além de materiais relacionados com as práticas de escrita e leitura, também, o que envolvesse o consumo de papel, até sob a forma de filtros para máquinas de café.

A “casa editora” e comercial Selbach & Mayer, estabelecida em Porto Alegre, na contra capa de seus livros, também fazia a sua publicidade. Contudo, não indicava o endereço da loja. Responsável pelo fornecimento ao Estado dos materiais escolares para a instrução pública, a partir de 1909, Selbach & Mayer, “livraria e papelaria”, oferecia serviços de encadernação e venda de livros em branco, como: borradores, diários, conta corrente, razão livros caixas, cadernos para escolas, livros de notas. Além desses, ofertava “objetos de culto: calices, custódias, crucifixos, estátuas, imagens (ilustrações), turíbulos, velas, rosários, livros, veronicas, registros.” Destacando em negrito, possuir um “grande deposito de machinas de costura, objectos para escriptorio, etc. etc. Preços sem competencia” (MAIA, 7ª ed.



s/d.).

Fig. 5 - Logotipo da Livraria e Oficinas a vapor Franco e Irmão. (Fonte: MAIA, 1898).

Surgiram, ao longo de nossa pesquisa, questões que envolveram os editores sul-rio-grandenses. Primeiramente, houve a necessidade de diferenciar as oficinas tipográficas, locais onde eram impressos os diferentes tipos de livros, daqueles estabelecimentos comerciais nos quais as publicações posteriormente eram vendidas. Enfim, tal personagem, estava a meio caminho daquela figura moderna do editor. A relação do livreiro-editor estava mais próxima das oficinas tipográficas e

encomenda da impressão, da distribuição de livros em suas livrarias, do que, realmente, das tarefas intelectuais que envolviam a seleção dos textos a serem impressos.

Roger Chartier (1999; 2001) destacou a existência de três modelos de edição. O primeiro modelo de edição de uma obra literária foi a leitura em voz alta, nas universidades e cortes medievais, nos salões de sociedades intelectuais, o que permaneceu ao longo da modernidade. Editar, também, esteve vinculado com o comércio de livraria; negócio do livreiro-editor, que poderia possuir sua própria oficina tipográfica ou encomendar serviço de um terceiro, mas, sobretudo, possuía uma loja e um catálogo de livros. E, no terceiro modelo, surge a figura moderna do “editor”, cujo “ofício particular, é definido mediante critérios intelectuais mais que técnicos ou comerciais” (CHARTIER, 2001, p.46). O editor moderno tende a distanciar-se dos espaços de produção e comercialização e, a partir do século XIX, pode-se encontrá-lo, coordenando, intelectualmente, os trabalhos de transformação do texto em livro, em mercadoria, possível de distribuição, consumo e leitura.

Todas as dimensões da história da cultura impressa podem se associar à figura do editor, à prática da edição, à escolha dos textos, ao negócio dos livros e ao encontro com um público de leitores. Sobre estas bases construímos o projeto com atenção ao nascimento do editor, se pensamos em uma profissão particular, separada do comércio da livraria ou da atividade da imprensa, o que nos remete à década de 1830 na França. Nesse momento a profissão de editor torna-se autônoma. Já não se confunde com o negócio do livreiro nem com o trabalho do impressor, embora nessa época haja editores que possuem livrarias e oficinas tipográficas. A nova definição do ofício firma-se na relação com os autores, na escolha dos textos, na seleção das formas do livro e, finalmente, nos leitores. Desta maneira, a edição se estabelece como uma atividade autônoma e um ofício particular. (CHARTIER, 2001, p.45)

O livreiro Rodolpho José Machado deteve o contrato de fornecimento de materiais escolares para o Estado, entre 1891 e 1904²³. As oficinas tipográficas de César Reinhardt, de Carlos Pinto, de Franco & Irmão, foram os estabelecimentos escolhidos pelo livreiro Rodolpho José Machado para realizar os projetos gráficos do

²³ O Relatório da Instrução Pública, em 1897, citou o contrato firmado pelo Estado com o livreiro Rodolpho José Machado “celebrado, em 1891, para o fornecimento de livros e demais objetos de expediente das aulas”, argumentava o inspetor geral que a desvalorização do câmbio e os impostos de importação aumentaram em 40% o valor dos livros sobre os preços do contrato prorrogado, e sugeria a revisão dos termos ou que fossem procurados outros fornecedores [Relatório, 1897, p.301]. Machado continuou fornecendo materiais e livros até 1904.

Estado. As atividades comerciais de Machado, no mercado de objetos escolares, antecediam ao período republicano.

As inscrições nas capas das obras didáticas, que fazem as referências à aprovação do Conselho Escolar e sua adoção pelo Inspetor Geral para as aulas públicas no Estado, apontam a origem da demanda e destino de uso de tais materiais. Além disso, afirmam a participação do governo na seleção e adoção das mesmas, confirmando a atividade de editor ao próprio órgão da Instrução Pública.

Consideramos que Rodolpho José Machado era o “livreiro-editor”, contratado pelo Estado, como responsável pelos serviços de impressão das obras didáticas. Machado encomendava, entre as oficinas tipográficas existentes ou disponíveis, neste estado, a impressão daqueles livros. Tais, anteriormente, foram apresentados ao Conselho Escolar, que os analisou, emitindo um parecer. O inspetor geral, podendo aprovar ou não o parecer, determinava o destino final daquelas obras. Após os trabalhos de correção, que viessem a ser solicitados ao autor, as máquinas a vapor das oficinas gráficas, nas quais Rodolpho Machado encomendara os serviços, efetuariam a tipografia dos manuscritos. Tendo a encomenda, finalmente, sido impressa, cabia ao inspetor geral efetuar o ato de adoção do livro em um documento especialmente destinado para essa ocasião. O volume de exemplares encomendado era entregue ao almoxarifado da instrução pública, o qual estava encarregado de enviá-los às aulas públicas.

O procedimento era necessário para realizar a transformação do texto selecionado em livro didático. Os contratos efetuados com Rodolpho José Machado permitiram o controle dos castilhistas desde a impressão do material até a distribuição às aulas públicas. A partir de 1909, devido a alterações nas cláusulas contratuais, a casa editora, Selbach & Mayer, também estava encarregada pela distribuição dos livros. “O fornecimento será feito por escola e, devidamente encaixotado, remetido à intendência do município respectivo que providenciará sobre a entrega ao destinatário”. (AHRGS, Instrução Pública – Livro 1).

A distribuição dos materiais às aulas públicas, cuja responsabilidade passou a ser do contratado pelo Estado, em finais da primeira década do século XX, evidencia que o projeto de modernização castilhista enraizou-se nas relações comerciais entre os agentes sociais e o Estado. O “livreiro-editor proprietário” (FRANCKENBERG, 1900) – “mercador de livros” (HOMEM, 1889) - do fornecimento de materiais para as escolas elementares, Rodolpho José Machado, não era mais necessário para a

instrução pública. Os livros didáticos chegavam às mãos dos alunos e professores, em nova “edição corrigida”, alterados no seu conteúdo e formato, com ilustrações e sem a participação do Estado. A casa editora substituiu a livraria, ao assumir novas tarefas, porém, mantinha-se, ainda no curso da modernização do projeto castilhistas.

2.1 Os custos para o Estado.

A década de 1890 foi marcada pelo fenômeno financeiro da inflação. O produto interno bruto, segundo Raymond Goldsmith (1986), duplicou entre 1889 e 1902, aproximando-se de 3.500 milhões de mil réis; até 1899, aumentou mais vagarosamente atingindo 4.900 milhões de mil réis; e regrediria, em 1902, para 3.800 milhões de mil réis. Todos os indicadores apontam para um declínio do produto real per capita durante a década de 1890, pois a população crescia ligeiramente acima dos índices produtivos. Oferta de moeda e produto interno seguiram trajetórias paralelas.

Em 1890, com Rui Barbosa no Ministério da Fazenda, o “carnaval bancário” foi oficializado ao substituir-se o lastro metálico por títulos da dívida pública para os bancos emissores. A política econômica de Rui Barbosa expandiu a emissão de moeda nacional, gerando sua desvalorização. O “Encilhamento”, como ficou conhecido o período de agitação financeira, colocou em alta o mercado de ações, com as práticas de criação de empresas fictícias, levando prejuízos a bancos, ao Tesouro Nacional e aos investidores. A onda de especulação sobre ações de empresas fictícias, na Bolsa do Rio de Janeiro, também pressionaria a alta dos juros para novos empréstimos. Os títulos governamentais eram a única cobertura para a emissão de moedas, o Estado entendia que a oferta de crédito, sem restrições, era imprescindível para o desenvolvimento econômico. “A taxa inflacionária, que foi de 1,1% em 1889, atingiu 89,9% em 1891. Além disso, a taxa cambial que se encontrava em 26 7/16 no ano de 1889, caiu para 12 1/32 em 1892, chegando a 7 7/10 em 1899, em decorrência da política emissionista” (PERISSINOTO, 1994, 57).

O Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, fundado no início de 1890, também estava autorizado a emitir papel-moeda. Proveniente da fusão do

Banco Nacional e do Banco dos Estados Unidos do Brasil, com capital de 200 mil contos de réis, emitiu, em 1891, 500 mil contos de réis, o que equivalia a 17% do produto interno do país. Somente, a partir de 1896, o Tesouro tornou-se o único responsável pela emissão de papel-moeda. Durante o surto inflacionário de 1890/91, a oferta de moeda praticamente havia triplicado, enquanto a taxa de câmbio elevou-se a 80%. O balanço final da década aponta que, em relação a 1889, os preços subiram 130% e o estoque de moeda emitida superou por 3,5 vezes o capital de lastro. (Ibidem.)

Os preços elevavam-se a uma taxa anual superior a 15%, entre 1889 e 1894. A tendência de elevação continuou, em média de 2,4% ao ano, entre 1894 e 1899. Os preços somente viriam a reduzir-se após a intervenção política do novo Ministro da Fazenda, Duarte Murinho, durante o governo de Campos Sales. Caindo 22% entre 1899 e 1902. Porém, os impostos de consumo intensificaram a arrecadação do governo federal, alcançando 1/10 da receita garantidos pela reforma fiscal. (GOLDSMITH, 1986, p. 91-2).

As taxas inflacionárias, também, foram verificadas nos preços das importações. As taxas de câmbio mil réis/libra inglesa elevaram-se, entre 1889 e 1899, a 13% ao ano, em média. Em 1899, a libra inglesa valia 3,66 vezes a mais do que em 1889. Naquela década, o Réis desvalorizou-se em torno de 75%; em 1898, a libra alcançou 33 mil réis, sendo que, em 1889, valia 9 mil réis (ibidem) .

O governo federal necessitava aumentar a arrecadação para cobrir sua dívida externa. Como essa dívida era calculada em libras, entre 1889 e 1899, elevou-se de 282 milhões de mil réis para 1.494 milhões de mil réis, o que, em parte, refletia a desvalorização da moeda brasileira e os empréstimos contraídos no exterior. Em 1898, o Estado nacional decretou uma moratória ao Banco Rotschild, prorrogando o pagamento de juros das obrigações de sua dívida para três anos. Os impostos alfandegários equivaliam à metade dos recursos arrecadados pelo Estado naqueles anos (GOLDSMITH, 1986, p. 123). O Estado, basicamente, sobrevivia da arrecadação de impostos. Ao recorrer a empréstimos no exterior, a sua dívida incrementava-se com a desvalorização cambial.

As tarifas de importação de papéis, em 1896, cobravam, além de taxas fixas por quilo de livros de encadernação normal a \$300, e de luxo a 4\$200, mais 10% sobre o valor total. A polpa de papel e o papel de jornal foram taxados a \$010 o quilo, e mais 10%; outros papéis para impressão custavam para importação \$100/kg

e mais 15%; cobrava-se do papel de encadernação \$500/kg e mais 48% e o papel para escrever \$400/kg e mais 48% (HALLEWELL, 2005, p. 231-2). De qualquer forma, o papel produzido no Brasil, carecia de suficiente qualidade para o mercado de livros didáticos, assim os editores valiam-se da matéria prima importada para a impressão. Contudo, os fiscais de alfândega, sem dispor de normas técnicas para a classificação das cargas e subsequente taxaço dos impostos de importação, avaliavam o tipo de papel seguindo métodos pessoais (HALLEWELL, 2005). Essas medidas alfandegárias visavam incentivar a produção interna.

O Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, em 1895, citou um contrato existente entre o governo e o livreiro Rodolpho José Machado, “celebrado, em 1891, para o fornecimento de livros e demais objetos de expediente das aulas” (Relatório, 1895, p. 301). Argumentava, ainda, que a desvalorização do câmbio e os impostos de importação aumentavam em 40% o valor dos livros e materiais em relação ao contrato anterior. Esses apontamentos revelam, também, a crítica das autoridades regionais às políticas adotadas pelo governo federal, em relação às tarifas alfandegárias e impostos. Entendemos, assim, que o livreiro repassava os impostos de importação aos preços de suas mercadorias, as novas taxas alfandegárias oneravam os custos dos materiais de ensino.

Os acordos comerciais firmados entre o Inspetor Geral da Instrução Pública e os livreiros do RS, forneceram as listas de materiais e preços respectivos, além das condições para a distribuição às escolas. Enquanto os registros do almoxarifado apontaram as quantidades de materiais recebidas, enviadas e existentes em estoque para distribuição. Os contratos realizados entre o governo castilhistas e o cidadão Rodolpho José Machado evidenciam uma relação comercial privilegiada. De 1891 a 1904, esse livreiro e editor, monopolizou a oferta de materiais às escolas públicas e à secretaria de *Instrução Pública*.

Rodolpho José Machado garantiu o monopólio do fornecimento de livros escolares, materiais de uso, nas aulas públicas e no expediente da Secretaria da Instrução Pública, por mais de uma década (1891/1904). Foram encontrados os documentos contratuais no acervo de Instrução Pública do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, efetuados de 1898 até 1904. Sendo os contratos posteriores ao ano de 1904, firmados com outros fornecedores, conforme a documentação. Os contratos anteriores a 1898 não foram localizados.

Em 1894, por exemplo, o professor Henrique Duplan, excepcionalmente exercendo as funções de Director Geral da instrução pública, relatou:

Procede-se actualmente ao fornecimento de livros, papel, tinta e mais objetos necessarios ao expediente do ensino nas escolas públicas, de accordo com a prorrogação do contracto celebrado com Rodolpho José Machado. Já foram fornecidas todas as escolas dos municípios da capital, Rio Grande, S. José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Santa Maria (Relatório, 1894, p. 11).

Na folha primeira do *Livro de registro de contratos com fornecedores de móveis escolares*, em manuscrito, registrou-se o

Termo de contrato celebrado com o cidadão Rodolpho José Machado para o fornecimento de objetos necessários ao expediente das escolas do Estado e ao da Secretaria de Inspectoria Geral da Instrução Publica. Aos dez dias do mês de fevereiro do anno de mil oitocentos e noveta e oito, nesta secretaria as onze horas de manha[na presença do Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates] compareceu o livreiro desta praça o cidadão Rodolpho José Machado e único proponente ao fornecimento, no corrente exercício de objetos necessários [...] e disse que vinha assinar o contrato (AHRGS. Livro 196, p.1).

A primeira condição do contrato consistia numa lista de materiais diversos e seus respectivos preços. “O fornecimento será feito conforme as amostras, que serviram para a arrematação, existentes nesta Secretaria e pelos preços abaixo especificados”. Nessa lista, à direita, encontravam-se os nomes dos autores e seus livros (resumidos) “Henrique Martins, Chorographia [do Brazil]” avaliado em 2\$000, de [João von] Franckenberg, História do Brazil [escripta para meninos]” a \$800, e outros materiais necessários às aulas como “tinta francesa preta 1lt” oferecida por 3\$000, além de tinteiros de vidro (\$800), penas, lápis Faber (dúzia 1\$000), resma de papéis de diferentes tipos (linho-azul, pautados, lisos, mata borrão). Esses materiais estavam em duas listas, separadas segundo seu destino, ou às aulas públicas ou à secretaria²⁴. Considerando as taxas de importação sobre o papel de escrever (\$400/kg e mais 48%), para o item “papel firme pautado, peso cinco quilos”, oferecido a 11\$500, teriam sido pagos 2\$960 de impostos de alfândega. (idem, p. 2)

A segunda condição do contrato obrigava o fornecedor a disponibilizar a encomenda sob os preços especificados na sua lista. Essa cláusula proporcionava a

24 Para o uso da Secretaria, a oferta de um canivete “Ranger” de quatro lâminas, cabo madreperolado a 12\$000. O item de maior valor era um “globo-mundi”, de 30 cm de diâmetro, a 36\$000 oferecido às escolas.

vantagem de pré-fixar os preços dos itens oferecidos, evitando surpresas no momento do pagamento do lote encomendado.

A terceira condição dizia “os objetos serão entregues pelo fornecedor na arrecadação desta Inspectoria, dentro do prazo de 48 horas a contar do pedido sem ônus para o Estado”. Essa determinação do local de entrega das mercadorias evidencia o compromisso, em 1898, da Secretaria de Instrução pela distribuição do material às aulas públicas do RS. Os contratos efetuados, a partir de 1909, com a livraria Selbach & Mayer, determinariam que a entrega dos materiais fosse enviada diretamente às repartições regionais: “o fornecimento será feito por escola e, devidamente encaixotado, remetido á intendência do município respectivo que providenciará sobre a entrega ao destinatário” (idem, p. 16). A livraria assumia as tarefas de organização dos lotes de materiais, acondicionando a encomenda e a distribuindo aos municípios.

A quarta cláusula impunha multas de 200 mil réis (200\$000) “por cada vez que faltar o cumprimento de 1ª e 3ª condições” e de um conto de réis “pela falta de implemento da 2ª [condição]”, pressionava-se o livreiro para que cumprisse o prazo de entrega e mantivesse a inalteridade dos preços estipulados.

A quinta condição assegurava a preferência do Estado pelo “cidadão” Rodolpho José Machado na compra de materiais. Também, permitia “caso houver livros que não tenham similares na relação constante da 1ª condição e que tratem de matéria cujo ensino seja exigido pelo programa das escolas primarias”. Esta cláusula garantia o recebimento dos livros de história e geografia do RS, que aguardavam o ato de adoção, e estipulava um valor aproximado para eles, ao permitir a substituição de materiais ou livros por similares disponíveis. O item que determinou seus valores, verificados nos contratos de 1899 em diante, a 2\$000 (dois mil réis), foi *Chorographia do Brazil*, de Henrique Martins.

A sexta e última condição referia-se à forma de pagamento, feito pelo “Thesouro do Estado à vista do recibo do Almojarifado lançado em a nota do pedido e rubricado pelo diretor da Secretaria” (AHRGS, Instrução Pública. Livro – 196, p. 4). A instrução pública dispunha de 50:000\$000 de réis para as despesas com livros em 1897.(Dec. Nº 89, 02/02/1897)

Abaixo dessas condições do contrato, constam as assinaturas de R. J. Machado, o livreiro, e de Manoel Pacheco Prates, o Inspetor geral da Instrução. Essas assinaturas foram feitas sobre quatro selos de 200 réis (\$200). As estampas

dos selos são de cores variadas, com o valor em réis escrito por extenso, e a seguinte inscrição: “*República Brasileira Estado do Rio Grande do Sul*”. Os contratos selados com aquelas estampilhas exigiam entre \$800 e 1\$200.

Quadro 2 – Investimento do governo na compra de livros

<i>História do Rio Grande do Sul para o ensino (cívico). João Maia.</i>						
Ano	1898	1899	1900	1901	1902	1903
Exemplares recebidos pelo Almojarifado	4000	1428	1500	-	1000	2000
Valor da obra nos contratos	2\$000	2\$000	2\$000	-	2\$000	2\$000
Total a ser pago (réis)	8:000\$000	2:856\$000	3:000\$000	-	2:000\$000	4:000\$000
Exemplares distribuídos às escolas	2380	2820	1633	95	1000	1968
Exemplares restantes no Almojarifado	1620	228	95	-	-	32

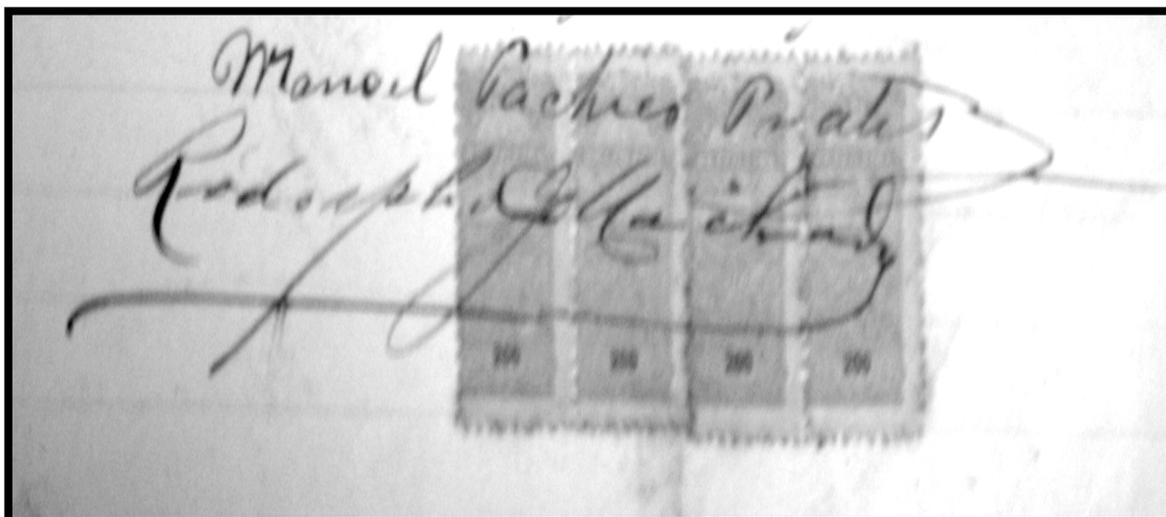
<i>Geographia do Estado do Rio Grande do Sul . Henrique Martins.</i>				
Ano	1898	1899	1900	1901
Exemplares recebidos pelo Almojarifado	4500	1500	1500	-
Valor da obra nos contratos	2\$000	2\$000	2\$000	-
Total a ser pago (réis)	9:000\$000	3:000\$000	3:000\$000	-
Exemplares distribuídos às escolas	2913	3021	1391	115
Exemplares restantes no Almojarifado	1587	6	115	-

<i>O Rio Grande do Sul para as escolas. José Pinto Guimarães.</i>		
Ano	1900	1902
Exemplares recebidos pelo Almojarifado	1500	1000
Valor da obra nos contratos	1\$00	1\$200
Total a ser pago (réis)	1:500\$000	1:200\$000
Exemplares distribuídos às escolas	1500	1000

As tabelas acima comparam os dados obtidos, em consulta aos registros do almoxarifado da Instrução Pública (AHRGS, livro - I 99) e contratos com fornecedores de móveis escolares (AHRGS, livro 196), em relação aos livros didáticos de história e geografia adotados no RS. Os preços para os exemplares de *História do RS*, de João Maia e *Geografia do Estado*, de Henrique Martins mantiveram-se constantes desde a primeira edição, 1898, até o ano de 1903 (2\$000). Porém, isso não significa uma equivalência de preços entre tais obras.

Tanto o livro de História, como o de Geografia, possuíam, na primeira edição (1898), 217 e 98 páginas, respectivamente. Portanto, em relação ao número de páginas escritas, a obra de Martins apresentava custos de aquisição maiores para o Estado do que o livro de Maia. Porém, as oficinas de Carlos Pinto, responsáveis pela impressão de *O Rio Grande do Sul para as escolas*, conseguiram vender seu produto pela metade do preço nominal (1\$000), em 1900, considerando as 131 páginas da segunda edição (1899). Entre 1898 e 1900, o almoxarifado da Instrução Pública recebeu 7.500 exemplares de livros de geografia do RS, tendo desembolsado 15:000\$000 e, para o mesmo período, 6.928 exemplares de manuais de história ao custo de 13:856\$000, ainda, foram distribuídos 7.325 exemplares do livro de geografia e 6.833 de história, no mesmo período. Assim, as evidências indicam que o governo republicano pagou mais caro pela aquisição do seu livro de

Geografia do RS, adquiriu-o e enviou, em quantidades relativamente maiores, para o consumo das escolas elementares. O livro de história, com mais do que o dobro de páginas do manual de geografia, representava uma economia para o governo, pela igualdade de preços entre ambos. Sua importância à sustentação das finalidades



cívicas do ensino acompanhou a continuidade de seus registros pelo almoxarifado.

Fig. 6 – Assinaturas “selando” contrato. Assinaturas de Manoel Pacheco Prates, Inspetor Geral da Instrução Pública e Rodolpho José Machado, cidadão e livreiro, “selando” contrato para o fornecimento de materiais escolares ao Estado 1899 (AHRGS, livro 199). Sobre os selos que compõem os documentos de contratos de materiais, o Relatório da Secretaria da Fazenda, em 1898, para “o Presidente do Estado” descrevia como realizou-se a encomenda de “confecção das estampilhas” em Nova Iorque, justificando precaver-se da falsificação, o que admitia a insuficiente tecnologia gráfica do Estado. Francisco Júlio Furtado, Diretor Geral do *Thesouro* do RS, contou com o auxílio de A. Guimarães, “representante do estado na exposição de Chicago” e pessoa “confiável e quem providenciou os contatos necessários ao andamento da negociação”. O material importado, quando pelas vias marítimas usuais, chegou ao RS, encontrou-se detido na alfândega de Rio Grande. O diretor do Tesouro pediu auxílio, então, ao presidente do Estado para que resolvesse a liberação da preciosa carga. Júlio Furtado relata que encomendou “7.440.000 estampilhas de valores diversos representando a importância nominal de 3.500:000\$000. Este trabalho foi executado pela importante e acreditada American Bank Note Company de New York pelo preço de 5.000 dollars, sendo calculadas as mais despesas comissão, seguros e frete, em 400 dollars” (Relatório do Thesouro, 1898, p.43).

3. MEMÓRIA E HISTÓRIA DO RS EM LIVROS DIDÁTICOS

Consideramos nosso objeto de pesquisa – os livros didáticos de história, geografia e leitura regional - como os suportes materiais da doutrina castilhista, tal qual outros documentos produzidos pelo Estado naquele período. Por exemplo, os Relatórios da Instrução Pública para o presidente do RS. A imposição de um método “narrativo” para compor os relatórios evidenciou uma transformação da escrita. “Chamar tradição ao processo histórico de transmissão e destruição de lembranças, imagens, objetos, textos é, portanto, uma imprecisão inevitável. A palavra só é apropriada para a ação ‘positiva’, a que torna visível o resultado, e não para a ação que torna invisíveis os rastros” (MASTROGREGORI, 2006 p.70). Pode-se pensar tais documentos como um conjunto sintético dos relatos de experiências vividas pelos membros da instrução pública, ao cumprirem as exigências do regulamento castilhista estavam a produzir sua “tradição de lembranças”.

Reorganizando o ensino publico rio-grandense pelo regulamento que baixou como decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897, o relatório do Inspector da Instrucção Publica deve ser uma singela narração demonstrada dos factos que se deram sobre este ramo do serviço, e não mais uma exposição theorica de princípios scientificos a instituir, por isso, além d'aquella narração, encontrareis algumas ponderações exigidas pelo n. 16 do artigo 10 do regulamento, lançadas já por conveniencia do serviço, e já com o fim de evidenciar os benéficos efeitos da lei actual (Relatório, 1898, p.476).

Esta passagem evidencia uma ruptura, através do decreto castilhista, da forma de exposição dos textos desses relatórios. Enquanto o movimento de escrita anterior direcionava-se a criticar as condições, expondo as teorias que fundamentavam a reorganização do Estado sob as bases republicanas, o ato da ditadura castilhista, por sua vez, determinou a conservação das memórias do serviço público. A partir de 1897, os relatórios dos inspetores escolares deveriam descrever os resultados alcançados pela reorganização do sistema de ensino.

Conhecer a forma de produção de um documento é essencial para a análise das informações que transmite. São fontes consideradas como voluntárias as produzidas intencionalmente para registrar a memória oficial das sociedades (ARÓSTEGUI, 2001, p.386).

Ou seja, podemos considerar que os relatórios da Instrução Pública, anteriores a 1897, concentravam seu discurso na exposição das proposições filosófico-pedagógicas. Essas fontes são aquelas manipuladas pela burocracia e que transmitem objetivamente apenas o permitido, limitando informações e reproduzindo os ideais doutrinários assumidos pelo Estado. Os Relatórios, antes de 1897, poderiam ser entendidos como fontes culturais, administrativas e não intencionais e, a partir daquele momento, devem ser vistos como assumindo certos “graus de intencionalidade” para sua produção. Nessa perspectiva, os Relatórios, a partir de 1897, devem ser entendidos como fontes intencionais e culturais, o que os categoriza no mesmo conjunto de documentos dos livros didáticos.

Do Método em geral_ A história práctica é geralmente uma das primeiras matérias ensinadas. Mas de que modo? Em logar da exposição clara [...] começa-se por confiar a memória, não o sucesso histórico que se pretende [...] mas as palavras por meio das quaes o facto é narrado. E a prova evidente disto é que, si, por uma simples pergunta formulada por palavras vossas, e referente ao que expõe, interromperdes o fio de uma narração histórica que vos faz uma creança, ella não mais poderá prosseguir, ainda que a ajudeis; si, porém lhe derdes a primeira palavra do período seguinte, ouvi-la-eis recommençar com si fora uma verdadeira máchina de que se retira a correia do motor principal e que, agindo ainda a força que a impele, recoloca-se a mesma correia [...] Santa Maria, 16 de dezembro de 1897. José Penna de Moraes. (Relatório 1898. p. 545)

O método pedagógico intuitivo pretendia obter do educando uma síntese da experiência cognitiva e sua interpretação pessoal dos acontecimentos narrados. Era necessário apresentar as sensibilidades das “lições”. A expectativa do inspetor escolar era mais por resultados do tipo estímulo/resposta do que uma ação repetitiva. Não havendo tempo para longas demonstrações de resultados das técnicas de memorização, durante o ato de inspeção, do estudante deveria apresentar conhecimento das lições e expô-las “de forma clara”, sintética.

Manoel Pacheco Prates seguia, na conclusão de seu relatório, inserindo memórias e reflexões sobre as suas condições pessoais no trabalho administrativo. Inaugurou, assim, o Inspetor Geral, o novo espaço de memória da documentação castilhistas.

Dentro da esphera da minha pouca atividade material e intelectual, tenho empregado todos os esforços para bem cumprir o meu dever. Durante os 4 annos da minha obscura admnistração, tenho procurado estudar, este importantíssimo ramo do serviço publico, desde os mínimos detalhes de ordem pedagogica até sua mais elevada e ampla comprehensão social. Este esforço, porém, é, até

certo ponto, annullado pela falta de campo de observação practica que venha confirmar a theoria, pois, como sabeis, o único que atualmente possuímos é o que offerecem as nossas escolas elementares. Si não fora esta falta, alguma cousa mais já teria feito no sentido de secundar os generosos intuitos do patriótico Governo do Estado. (Relatório, 1898, p. 476-7.)

Pacheco Prates assumiu as funções de Diretor Geral da Instrução Pública em 1894, substituindo João Abbott²⁵. Para isso, foi exonerado do cargo de desembargador do governo Federal (Juiz Seccional). A “obscura administração” foi a metáfora escolhida por Pacheco Prates para defender sua pouca experiência nos assuntos da instrução pública. O inspetor geral argumentou haver dedicado, em seus quatro anos de administração, um grande esforço de estudo para compreender desde os “mínimos detalhes” a teoria pedagógica. Afirmava também que, para completar suas tarefas, faltou-lhe um ‘campo de observação prática’, a nosso ver, pretendia suprir essa deficiência com o auxílio das narrativas dos inspetores regionais.

Escrever para os Relatórios da Instrução pública foi uma prática de dois autores de livros didáticos do castilhismo. José Pinto da Fonseca Guimarães²⁶ e João Cândido Maia, no exercício de seus cargos administrativos, imprimiram suas considerações sobre as tarefas de Bibliotecário²⁷ e de Inspetor da 7ª Região (respectivamente)²⁸. Os relatórios impressos de Guimarães, a partir de 1897, informam o número de visitas registradas na Biblioteca Pública e os assuntos procurados, a quantidade de livros consultados e o número de livros e de obras manuscritas existentes na Biblioteca estadual. Além disso, o bibliotecário solicitava a contratação de auxiliares para o serviço de catalogação dos acervos bibliográfico e documental da Secretaria do Interior. José Guimarães testemunhou o recebimento

²⁵ João Abbott foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Interior, em 1895. Durante o período de 1894, encontrava-se, em “missão”, no interior do estado, segundo os relatórios de seu substituto interino Henrique Duplan.

²⁶ O irmão do escritor José Pinto Guimarães, João Pinto da Fonseca Guimarães, foi um dos deputados assinantes da Constituição estadual de 1891.

²⁷ Os vencimentos do cargo de bibliotecário eram de 4:800\$000 réis (Dec. Nº89, 02/02/1897)

²⁸ Ambos os autores foram nomeados ao exercício de funções na secretaria de Instrução Pública após a adoção de seus livros. Guimarães, em 1897, e Maia, em 1898. O cargo de Inspetor escolar da 7ª região estava vago desde sua criação pelo decreto nº 89 que reorganizou a instrução pública no estado. O “art. 28, 3º, oferece um incentivo nobre ao produto dos trabalhos e estudos” dos intelectuais do Estado, comentava o Inspetor Geral em seu Relatório de 1898. Não eram apenas inspiração no “passado épico” e intenções educativas que impeliam aqueles autores; reais garantias econômicas de subsistência acompanhavam o parecer favorável do Conselho.

da coleção de livros do “finado professor Antônio Pereira Coruja, paciente e ilustrado collecionador”, solicitava, também, recursos financeiros “a fim de oferecer uma revista especializada nas informações do acervo e documentos disponíveis” (Relatório, 1897, p. 430).

Por sua vez, João Cândido Maia, nomeado em 1897²⁹, apresentou naquele ano, apenas o relatório do primeiro semestre de seu exercício no cargo. O Inspetor Geral justificou: “Não havendo inspetor nomeado para a 7ª região, fui por ordem vossa, á respectiva sede, a fim de presidir os exames dos professores. O Sr. Inspetor da 7ª região não apresentou relatório este anno porque, como ficou dito, sua nomeação e exercício do cargo datam de janeiro” (Relatório, 1898, p. 468).

Outro membro da Inspetoria pública³⁰, o Sr. João Pedro Duplan, no seu relatório do ano de 1898, demonstra conhecer o conteúdo de outro relatório, o do Inspetor Geral. Além disso, podemos inferir que esse documento circulava previamente entre os inspetores.

Quanto as observações sobre casa para as escolas, material escolar e livros, eu não poderia accrescentar cousa alguma ao que acertadamente expuzestes em vosso relatorio de 15 de junho do corrente anno, documento em que vos mostraes perfeitamente conhecedor das condições actuaes e das necessidades de nosso ensino primário; nem tampouco me parece possível offerecer-vos sugestões novas sobre assumptos d'essa ordem, tal é a comunhão de ideas em que me acho relativamente a tudo quanto desenvolvestes a respeito (Idem, p. 514).

É perceptível a ironia neste trecho de seu relatório, somando-se à concisão do seu texto, há evidências para supor que tal inspetor sentia um certo desconforto diante da administração castilhista. Na sessão do Conselho escolar, em 29 de dezembro de 1897, Duplan havia votado contra o parecer que aprovou a obra de João Maia. As intervenções desse inspetor, sempre receberam destaque na escrita daquelas atas de reuniões. Sua participação equivalia a voto contrário, de atenção às formalidades da apresentação de obras didáticas. O Sr. Duplan, pode ser considerado uma voz dissonante, um ponto de tensão e contestação, no interior da Instrução Pública, dos processos de aprovação de livros para as escolas

²⁹ Os rendimentos do cargo de inspetor regional eram de 7:200\$000 réis (Dec. Nº 89, 02/02/1897).

³⁰ Eram inspetores regionais, em 1898, os cidadãos Athur Toscano Soares Barbosa, da 1ª zona escolar (Porto Alegre), João Pedro Henrique Duplan, da 2ª zona (São Leopoldo); Lúcio Brasileiro Cidade, da 3ª (Montenegro), José Penna de Moraes, da 4ª (Santa Maria); Manoel Pinto da Costa Brandão Junior, da 5ª (São Gabriel) ; Manoel Ignácio Fernandes, da 6ª (Pelotas); e João Cândido Maia, da 7ª (Cruz Alta).

elementares. Considerando que o Inspetor Geral admitia carecer de experiência empírica, e os relatórios dos demais inspetores vinham a contribuir para reverter tal situação, Duplan em nada se esforça para suprir a falta de “observação prática” de Pacheco Prates.

É, contudo, de Lúcio Brasileiro Cidade, um interessante registro sobre a recepção dos livros didáticos nas escolas de sua região de inspetoria.

O estudo faz larga despeza com livros fornecendo-os sem ter em conta a sede da escola e a aptidão do mestre. Escolas existem em que a 2ª aritmética de Souza Lobo, a grammatica, a geometria e até a Selecta em prosa e versos, não passam dos armários (Relatório, 1898, p. 529).

O apontamento citado traz uma crítica às despesas com o material de ensino, chamando a atenção para o descaso a determinados livros. Atribuindo tal prática à responsabilidade do Estado, porque a administração, ao ignorar as especificidades regionais e as diferenças de formação entre professores, acabava distribuindo livros que não eram utilizados nas escolas da 3ª região. As regiões de imigração estrangeira, principalmente as colônias alemãs e italianas, constituíram-se como zonas de resistência ao projeto de homogenização cultural, através do ensino, durante a Primeira República no Rio Grande do Sul.

Em 30 de novembro de 1897, Arthur Toscano S. Barbosa, assinava seu primeiro relatório anual. Empossado em fevereiro do mesmo ano, o inspetor da 1ª região considerava entre as escolas de sua inspetoria, 75 estabelecimentos, incluindo os que estavam “sem funcionar”. Na capital e arredores, contava ele 42 escolas mistas, 17 de “sexo feminino” e 16 de “sexo masculino” (Relatório, 1898, p. 503). Apontava que, ao longo do ano, devido aos preceitos religiosos dos alunos, “as aulas deixam de funcionar por pelo menos cento e vinte dias, sem contar os dias de chuva, em que também os alunos não comparecem.” (Idem, p. 507.). O que segue, em seu relatório, é uma narrativa da precariedade do ensino público na capital, das dificuldades de implementação do método intuitivo e de falta de materiais.

Arthur Toscano observou que, em relação aos livros adotados pela inspetoria geral, havia

desigualdade notável no ensino, aulas há que se ensinam pelos livros de Samorim, outras pelos livros de Hilário [...] Há aulas em que turmas de uma mesma matéria, aprendem por methods diversos, o que é uma verdadeira anarchia Ouvi, não raro, que assim se procedia, porque os fornecimentos eram diminutos e desparelhos de modo que não bastavam para attender as mais elementares

exigências das aulas. [...] Dahi as avultadas quantidades de livros e utensílios que no orçamento junto se pedem [...] n'esse espaço particular, o que existe nas aulas, presentemente, é tudo quanto há de obsoleto, anti-hygienico e impróprio para os fins a que tal material é destinado (Idem).

Toscano descreveu o quadro das deficientes condições do ensino público na capital. A reorganização da instrução pública vinha, justamente, de encontro a essa realidade, pretendendo reverter a ausência de métodos pedagógicos, a carência e inadequação dos materiais de ensino e a baixa frequência dos alunos, através da laicização e da aquisição dos materiais de acordo com as novas exigências.

A proposta de “narrativa”, decretada como norma de apresentação discursiva dos relatórios, oferecia oportunidade aos inspetores escolares para fornecerem as memórias obtidas cotidianamente, no exercício de seus cargos. Note-se, também, que a perspectiva de solução para os problemas encontrados era de ordem material, bastando substituir os objetos precários por outros mais modernos. Recorreram os castilhistas às oficinas de móveis do presídio de Porto Alegre para suprir as demandas educacionais do Estado. Apenas em meados da primeira década do século XX, em um momento, apenas, os contratos registram o fornecimento de móveis escolares por uma empresa privada. O título dos documentos manuscritos: *Livro de registro de contratos com fornecedores de móveis escolares (1898 – 1904)*, no acervo de Instrução Pública do Arquivo Histórico do RS, que registra contratos para além dos limites temporais de sua catalogação, porque todos esses livros receberam um nome, uma identificação da instituição à qual serviram, a “averbação do livro”, porém, como essa documentação foi transferida do Arquivo Público do Estado, acabou catalogada, no AHRGS, com certas falhas na datação dos limites de seu conteúdo. O “livro de contratos” essencialmente, registrou a compra ou interesse do Estado pelos objetos escolares que, posteriormente, passou a adquirir móveis em escala industrial.

A modernização castilhista criou suportes materiais destinados à constituição e conservação da memória do Estado do RS, utilizando-se primeiramente da escrita oficial e, posteriormente, da arquitetura e da arte monumental. O historicismo, a importância da afirmação da “consciência histórica” para a elite do século XIX (WEHLING, 2001), também se manifestou através da arquitetura. A arquitetura eclética, assim como a assimilação difusa do positivismo, no estado, participou das manifestações culturais historicistas projetadas em prédios públicos para abrigar os

grupos sociais detentores de monopólios comerciais, industriais e pastoris. Os exemplos, na capital do RS, Museu do Estado, inaugurado em 1903, o Arquivo Público do Estado (1906), o monumento de Décio Villares a Júlio de Castilhos, na praça da Igreja Matriz (1913) em frente ao prédio da Biblioteca Pública do Estado (1915) , esses, entre outros projetos arquitetônicos, urbanísticos e de monumentos, resultaram do esforço conjunto da sociedade republicana em impor a imagem representadora de seu passado, como patrimônio comum de identidade regional para as gerações no futuro, e o consumo estatal em obras com caráter cívico, oferecidas como espaços públicos, exaltando uma memória partidária comemorativa.



Fig. 7 - Júlio de Castilhos a \$300 (trezentos réis) - Selo produzido em Londres, pela Waterlow Bros & Layton L^o. no início do século XX. Os contratos efetuados a partir de 1898, para o fornecimento de materiais escolares, como suporte receberam estampilhas às assinaturas que selaram os negócios entre a Secretaria da Instrução Pública RS e os livreiros da cidade de Porto Alegre. A estampa é de 1909 e representa o perfil de Júlio Prates de Castilhos e o valor do selo 300 réis .

O historiador Jacques Le Goff, analisou os recursos materiais empregados pela memória social. Procurou distinguir teoricamente monumentos e documentos, tomando como exemplo as sociedades sob influência do positivismo.

O documento que, para a escola histórica positivista do fim do séc. XIX e do início do XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. [...] O termo 'monumentos' será ainda correntemente usado no século XIX para as grandes coleções de documentos (LE GOFF, 1997, p. 95-6).

A sociedade sul-rio-grandense criou seus documentos de ensino e suas evidências monumentais. Os monumentos, na arquitetura, na arte ou coleções de

documentos administrativos - e, geralmente, de forma intencional, transmitiram e conservaram as memórias do poder político republicano. Consideramos nossos objetos de pesquisa - livros didáticos de história, geografia e leitura regional - como os suportes materiais da doutrina castilhistista, mas outros documentos produzidos pelo Estado naquele período.

A memória castilhistista, construída institucionalmente, recorreu à edição impressa de documentos escolares. A imposição de um método “narrativo” para compor os relatórios evidencia uma transformação da escrita, passando a conter características historiográficas. Os relatórios, ao assumirem uma outra função, apresentaram um conjunto sintético das experiências vividas pelos inspetores membros da instrução pública, realizando um novo lugar de memórias. Os livros didáticos adotados também participaram do processo de manutenção e atualização da memória castilhistista. Na medida em que contribuíram para a construção de uma identidade republicana, pela formatação de narrativas e descrições do território, seus autores foram recompensados, sendo integrados à burocracia estatal, tornaram-se seus funcionários.

3.1 Geographia do Estado do RS

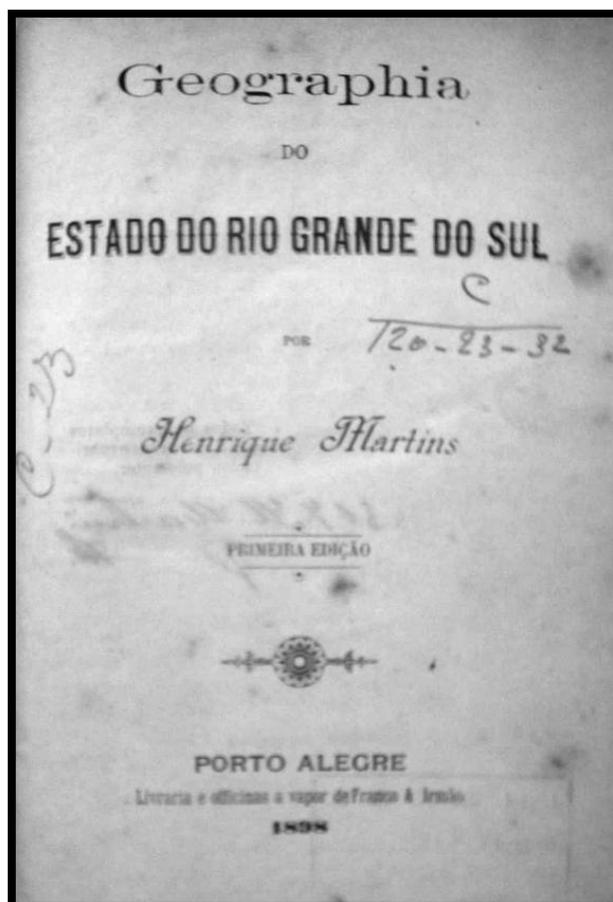


fig 8 - Folha de rosto de Geographia do Estado do Rio Grande do Sul, por Henrique Martins. Primeira Edição. Porto Alegre, Livraria e oficinas a vapor Franco e Irmão. 1898. (Fonte: IHGRGS)

Este livro conservou o seu conteúdo original, por pelo menos dez anos, embora tenha sido atualizado alguns dados quantitativos (número de habitantes do estado, no total e em cada cidade, número de escolas e alunos). Comparando as edições de 1898 e 1909 (4ª ed.), ambas mantiveram o mesmo número de páginas (96 págs.) e itens do índice.

Geographia do Estado do Rio Grande do Sul foi dividido em duas partes. A primeira dedicada à geografia física, contendo três capítulos: *Orographia* (relevo), *Hydrographia* (rios e lagoas) e *Ilhas e portos* (pp. 5 – 46). A segunda parte, refere-se

à geografia política do Estado, dividida em quatro capítulos sem títulos (pp.47-96). No primeiro capítulo, estão descritas as divisões (interior e litoral); as coordenadas cartográficas (longitude e latitude) chamadas por “posição astronômica” e as dimensões em km²; linhas divisórias do Estado; população e clima. O segundo capítulo trata da organização burocrática, inclui os itens como divisão administrativa, judicial, eleitoral, eclesiástica, as fronteiras, as polícias e a força pública, e também a instrução pública³¹ e as fronteiras. O capítulo terceiro aborda a “produção natural” (os três “reinos”: mineral, vegetal e animal), além de desenvolver os itens - agricultura, indústria, comércio, vias de comunicação, telégrafos e telefones. O último capítulo trata da capital, cidades, vilas e povoados.

Em recente publicação sobre a avaliação das coleções de livros didáticos de História e Geografia no Brasil (SPOSITO, 2006), analisou-se o conteúdo de Geografia dedicado ao ensino fundamental. Os erros mais freqüentes, encontrados nesses livros, foram tautologismos como “ilha é uma porção de terra cercada de água por todos os lados” (MARTINS, 1809, p. 42), ou “ponta é uma porção de terra estreita e baixa, que entra pelas águas” (idem, p. 23), “planalto é uma planície situada em altura maior ou menor” (idem, p. 7); assemelham-se aos descritos por Sposito (2006, pp.55-71), isto indica que tais enunciados continuam circulando, ao longo de um século, em alguns textos de livros didáticos de Geografia.

Martins entendia a Geografia como tendo “por fim a descrição da superfície da Terra” (Martins, 1909, p.5), sem declarar se a considerava como uma ciência. Explicitando que “a superfície da Terra é a sua parte exterior e chama-se também superfície terrestre” (idem, p. 6). O enunciado de Martins, ao considerar o planeta Terra como “um corpo redondo, assemelhando-se á uma bola; ella tem quase a forma de uma esfera e está solta no espaço” (idem, p. 5) foi, no mínimo, despropositado. O que se questiona é a imagem que expressou a representação do planeta, como “um corpo redondo [...] solto no espaço”, sem qualquer menção ao

³¹ Sobre instrução pública declarou haver uma Escola de Guerra, as faculdades de Engenharia, de Medicina e Farmácia, e de Direito. Liceu de Agronomia em Pelotas e outro em Taquara. Descreve o ensino primário como “livre, leigo e gratuito” denominando o inspetor geral como diretor da instrução pública. Atualizou os dados de freqüência nas aulas, “33 alunos por escola sendo o número destas de 1025”. Apontando a divisão do estado em regiões escolares e a presença dos inspetores regionais, conclui o item dizendo que “o inspetor geral e os inspetores regionais formam o conselho escolar” (MARTINS, 1909, p. 61-2).

seu movimento orbital. A imagem produzida para definir a totalidade da superfície terrestre - “corpo redondo” -, não pode ser explicada como uma analogia do autor³².

Martins não especificou, também, qual metodologia e técnicas foram empregadas para efetuar a sua “descrição” do Estado. Mas, é possível deduzir que a pesquisa bibliográfica foi o principal método aplicado para a elaboração do livro *Geographia*(...). Na primeira nota de rodapé³³, pode-se ler: “(1) O Rio Grande do Sul pelo Dr. Alfredo Varela³⁴, que consultamos diversas vezes” (MARTINS, 1909, p.15). Sendo esse mesmo autor, referido, ainda, uma segunda vez em nota: “(1) Dr. Alfredo Varela. – O Rio Grande do Sul.” (idem, p. 39).

Outro autor citado “(1) J. Arthur Montenegro³⁵. – Notas para a carta geographica do Rio Grande do Sul.” (idem, nota1, p. 25), que recebeu uma segunda nota de referência: “(1) Arthur Montenegro. – obra citada.” (idem, nota 1, p.40). Mereceram destaque, na obra de Martins, também, Ayres Cassal³⁶ (ibidem, nota 2), o capitão Hyppolito das Chagas Pereira³⁷ (idem, p.30, nota 1) e o coronel Bento Porto³⁸ (idem, p. 48, nota 1). Além desses, há referência ao “Relatório da Directoria de Estatística do Rio Grande do Sul” , mas sem constar sua data de edição. (idem, notas 1, p. 85 e p. 90).

³² Em *A Poética do espaço*, o filósofo Gaston Bachelard analisou “a fenomenologia do redondo” (2003, p. 235-42). Bachelard argumenta que as referências ao modelo de “ser redondo” foram utilizadas para enriquecer a descrição de uma imagem, porque a geometria euclidiana conceituou a esfera como algo “perfeito”. Assim, a imagem da Terra como um “corpo redondo, solto no espaço” foi uma abstração de tal ordem, escrita por Martins, que apenas a liberdade poética pode justificar seu uso .

³³ A numeração das notas de rodapé, em *Geographia do Estado* (...), reinicia a contagem a cada nova página. Havendo, no total de vinte e sete (27) notas.

³⁴ Alfredo Augusto Varela (Jaguarão, 16/09/1864 – Rio de Janeiro, 27/07/1943) publicou *Rio Grande do Sul, descrição geographica, historica e economica*, Pelotas: Oficinas a vapor da Liv. Universal, editores Echenique e Irmão - 1897, 1ª edição.

³⁵ José Arthur Montenegro (Sobral, 29/02/1854 - Porto Alegre, 04/04/1921) publicou *Notas para a carta Geográfica do Rio Grande do Sul*, em 1895, cuja edição coube à Liv. Rio Grandense, Rio Grande (60 págs.). Militar e funcionário da Estrada de Ferro (P. Alegre – Uruguaiana). Membro da Academia de Letras do Ceará e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (VILLAS-BOAS, 1974, p.325). Em 1894, publicou em Rio Grande, uma proposta de estatuto para o instituto histórico e geográfico do RS.

³⁶ Por considerar o rio Santa Maria como a origem do rio Ibicuí. Conhecido como Aires de Casal, autor de *Chorographia brasileira*, 1817.

³⁷ Pela informação que localizava a nascente do rio Taquari na serra do Maia Côco.

³⁸ Por ter assinalado, no mapa de sua autoria “A guerra no Rio Grande do Sul”, publicado em 1896, que o rio Barrocas não afluía ao rio Touros, mas sim ao Rio das Contas, o que manteria a linha divisória entre o R.G. do Sul e Santa Catarina “continuar pelo rio das Contas até o Pelotas” (MARTINS, 1909, nota 1, p 48). O mapa trata da extensão geográfica dos conflitos da Revolução Federalista, abrange os estados de Santa Catarina, Paraná e RS e suas fronteiras.



Fig. 9. Mapa: *A guerra no Rio Grande do Sul, suas principais operações*. Pelo tenente Francisco Rath e coronel Bento Porto (1896). O mapa possui escala de 1:2.000.000. Anexo ao mapa segue um texto: *Nota Explicativa*. Constituído da descrição de acontecimentos selecionados da Revolução Federalista. A primeira invasão :1893; Segunda invasão: agosto de 1893, e Terceira invasão: em 1895. Ainda descreve o que chama de a “volta de Gumerindo”, isto é, os deslocamentos das tropas de revolucionários pelos estados do Paraná e de Santa Catarina. O texto complementa as informações do mapa, numerando as “principais batalhas”, facilitando a consulta ao mapa. O texto faz uma evidente apologia aos revolucionários federalistas. (Fonte: PUCRS).

Martins dedicou ao capítulo II - “Hydrographia” - vinte e cinco páginas, nas quais concentrou dezoito notas de rodapé. (MARTINS, 1909, pp.20-45). Tendo a palavra escrita como o único recurso à disposição do autor, para comunicar suas

lições, devido ao impedimento da utilização de imagens de mapas cartográficos. Martins esforçou-se em representar o espaço geográfico através de pormenorizadas descrições. Para realizar seu trabalho, que se assemelha a um detalhado memorial descritivo do sistema hidrográfico sul-rio-grandense, valeu-se também, de recursos da memória, que pretendiam oferecer um sentido de precisão científica. Citamos, como exemplo para a argumentação, as seguintes “descrições” de Martins,

Perto de Itapuam há uma boia illuminativa, outra em S. Simão e um mangrulho illuminativo na barra de S. Lourenço.[...][a lagoa] Mangueira ou do Albardão, assim chamada porque fica na costa que tem esse nome. É a antiga Saquarembó dos hespanhões. Tem ella 120 kilometros de comprimento e 12 em sua maior largura e fica á leste da Mirim.[...] Desde alguns annos desapareceu o arroio Tahim que era um canal de descarga dessas lagoas para a Mirim (MARTINS, 1909,p.24-5).

A importância atribuída à descrição do “systema hydrographico do Rio Grande do Sul” não deve ser entendida pela valorização feita pelo autor como “um dos mais opulentos do Brazil” (idem, p.22). A razão principal, de tantas páginas e notas de roda pé a um único tema, seria, além do “grande número de rios notáveis, não só por sua situação como por serem navegáveis em maior ou menor extensão” (ibidem).

Ao seguir, o autor segue a descrição de lagoas e rios do RS, é possível constatar a relação de dependência, naquela época, para com esse meio de transporte dos habitantes do estado. Ao tratar o tema “vias de comunicação”, admitiu haver “inúmeras” estradas de rodagens, em geral, “se tornam más na época das chuvas”, e apesar dos “obstáculos que embaraçam a navegação, obstáculos que o governo trata de fazer desaparecer, para cujo fim há contínuos trabalhos. Mesmo assim a navegação é entretanto muito animada e importante” (idem, p. 71-2). As possibilidades de navegação foram indicadas em informações do tipo “profundidade do canal navegável [da Lagoa dos Patos] varia de 9 a 11 metros, sendo, entretanto, de 3 ½ metros apenas próximo ao canal de S. Lourenço” (idem, p. 24) ou, quando referiu-se ao rio “Jacuhy [...] excellente via de comunicação entre a capital do estado e numerosas localidades e centros produtores” (p. 28). Ou representadas pelas tipologias das embarcações aceitas nos rios “Taquary [...] podendo ir pequenos vapores”(p. 31), “Cahy [...] navegável por vapores de médio calado” (p.32) “Gravatahy [...] frequentado por lanchões e um pequeno vapor até o porto das

Canôas” (idem, p. 33) e “Capivary [...] rio de pequena extensão e pouco fundo, apenas navegável por hiates” (idem, p.34).

No capítulo III – Ilhas e portos (idem, p.42-45) –, no item III, denomina os cinco portos existentes no RS e finaliza comentando que a “não ser estes só há o chamado porto das Torres, ao norte da costa. É ahi que se projecta construir um porto de primeira ordem, em ligação com a capital do Estado por meio de uma estrada de ferro” (idem, p. 45). Esta questão do porto em Torres, não é a única inserção textual a qual propõe ao leitor um futuro a ser construído pelo governo republicano. Um tempo no qual a modernização proposta pelos republicanos solucionará os obstáculos herdados do passado. Há um futuro garantido por aquele presente, o qual depende da coesão do grupo social e de sua adesão às propostas do Estado.

Esses comentários de Martins refletem os esforços do governo republicano, em favor do progresso econômico e social do Estado. Em outro sentido, passam a ser o discurso da memória oficial, destinada ao público leitor, o qual deveria ser seduzido pela narração dos empreendimentos republicanos que, naquele momento histórico, trabalhavam até mesmo contra a natureza, para construir as melhorias necessárias ao progresso do Estado. Como exemplo disso, o autor destacou a intervenção tecnológica sobre o rio Caí, cujo porto “Maratá, [é o] logar em que está sendo applicado, pelo engenheiro Dr. Costa da Gama o systema de barragens automóveis, o que produzirá um notável melhoramento em sua navegabilidade” (MARTINS, 1909, p. 32).

A imagem do tempo vivido por Martins encontrou, sob a forma do texto didático, a oportunidade de transformar-se em memória comum, um dos meios pelos quais a identidade coletiva pode ser construída. Nesse caso, a perspectiva de integração entre as colônias de agricultores do vale do Caí, na sua maioria composta de imigrantes europeus, e a capital do Estado, sustentada pelos “melhoramentos da navegabilidade”, através do texto histórico, foi marcada pela participação do estado republicano, evitando a qualquer outro grupo, futuramente, assumir a autoria do empreendimento em seu possível discurso de reconstituição histórica.

O lugar intelectual da elaboração do texto de Henrique Martins, a Escola de Guerra de Porto Alegre (ou Colégio Militar), especificamente, a cátedra de Geografia, na qual lecionava, deve ser analisado como fator condicionante de sua abordagem sobre o sistema hidrográfico do estado. Pois, a problemática da

navegabilidade definiu e limitou a descrição da hidrografia regional, a tal ponto que as potencialidades de transporte foram os únicos aspectos levantados durante sua análise.

O pensamento estratégico-militar restringiu a observação empírica de Martins à praticidade, orientando-o apenas a avaliar os usos imediatos dos rios e lagoas como vias de comunicação. A emergência do tema da pesca somente ocorreu para dar ênfase à importância do comércio. O “peixe-salgado” surgiu como um dos produtos da lista dos principais gêneros de exportação (ibidem). A única referência feita à pesca, isto é, a um outro uso do sistema hidrográfico, deu-se no tema do comércio, incluindo, na lista de itens exportados, o “peixe-salgado” (idem, p. 71), sem ter esclarecido a origem desse produto. É possível levantar as seguintes explicações para tal “lacuna”: a primeira hipótese, relaciona-se com o objetivo da Geografia que, segundo Martins, prestava-se apenas para “descrever a superfície da Terra”, como os peixes estão sob a superfície das águas, não foram incluídos na abordagem; a segunda hipótese, desenvolve-se a partir da experiência produtiva das elites locais, que marginalizou a atividade pesqueira, pois suas fontes econômicas originavam-se da pecuária e da agricultura, em ambientes culturais e geográficos opostos ao das comunidades de pescadores. Uma terceira hipótese explicativa recai sobre as imagens da pesca, como atividade artesanal e de lazer, opondo-a, assim, ao projeto de modernização industrial pretendido pelo governo republicano.

A leitura da obra de Alfredo Varela³⁹, *O Rio Grande do Sul* (1897), permitiu qualificá-la como a base textual do livro de Henrique Martins (1898). Tornou-se possível afirmar que a obra *Geographia* de Martins foi composta, exclusivamente, pela compilação do texto de Varela. Encontraram-se, inclusive, as mesmas citações em Varela, da obra de Arthur Montenegro, das quais se valeu Henrique Martins (1898). A organização e a denominação dos títulos, disposta pelo índice de Martins (p. 95-6), seguem, identicamente, o índice de Varela (1897, p. 507).

³⁹ Encontramos, na coleção de obras raras da Biblioteca Central da PUCRS, além do livro citado, entre outros trabalhos de Varela, um que, em especial, pelo título, chamou atenção: *Pátria: livro da mocidade*, editado em 1900 pela Lammert, no Rio de Janeiro. A folha de rosto informava, em favor da editora, que entre outras obras do mesmo autor “A entrar para o prelo – (...) *Geographia riograndense para escolas*”. Varela, tardiamente, iria participar, através de seus escritos sobre geografia, no mercado de livros didáticos no estado.

Em relação ao livro didático de Martins, o texto de Varela distancia-se pelo seu estilo literário e erudição, pela variedade de dados empíricos e evidente reflexão crítica, o número de páginas (507 páginas). O que Martins omitiu, pode ser lido em Varela.

Pescarias – Esta industria vegeta, sufocada entre as mãos de uns poucos e estupidos monopolisadores [...] o pescador não se afama em obter mais do que o precioso para a subsistência diaria[...] O peixe geralmente colhido para a exortação é o bagre. Na cidade de Rio Grande, fundaram-se duas fabricas de conservas de peixe[...] (VARELA, 1897, p.448-9).

Varela, ao descrever aspectos da Instrução Pública, criticou a forma de escrita dos manuais didáticos, fazendo a seguinte proposta “para obter-se um resultado conveniente, que o Estado ordenasse que os livros do ensino primário fossem redigidos em orthographia phonetica” (VARELA, 1897, p. 392). Essa característica crítica da análise de Varela, entretanto, Martins não a assumiu na sua adaptação “didática” daquela obra. As facilidades que a impressão tipográfica de *O Rio Grande do Sul* (1897) proporcionou para a compilação (uso de caracteres itálicos para os nomes próprios dos elementos da paisagem) também foram utilizadas no texto de Martins. As evidências de apropriação são tão aparentes e constantes que julgamos desnecessário introduzi-las literalmente.

A análise de conteúdo manteve o interesse na transposição dos elementos de memória introduzidos no texto de Martins. E nesse caso, traços das lembranças de certos episódios da Revolução Federalista (1893/95) foram, imediatamente, após o término do conflito, inseridos a partir da edição de *Elementos de Chorographia do Brasil* (1896) e, posteriormente, em *Geographia do Estado* (1898). Havia, no texto de Martins, uma urgência em delegar para o passado um lugar à violência ocorrida durante o conflito.

Em fevereiro de 1893, dá-se a invasão federalista e principia a guerra civil, encarniçada, feroz e desumana que ensanguenta o solo rio-grandense, que por cerca de 3 annos tem seus campos talados, suas cidades invadidas, casas incendiadas, tendo como consequencia a desolação completa da campanha. Finalmente, em 23 de agosto de 1895, estabeleceu-se a paz que a amnistia concedida pelo congresso Nacional parece firmar definitivamente, e oxalá que assim seja e que os rio-grandenses se compenetrem de que a paz é o melhor dom de que podem gozar para que seu Estado progrida, desenvolva-se e assuma entre seus co-irmãos a posição a que tem direito. (MARTINS, 1896, p.164)

Martins, nesse parágrafo projetou, para o futuro, a realização esperançosa do manutenção da pacificação do Estado. O tempo presente rompeu com o passado, sob a mediação política do poder nacional, abriu espaço para estabelecer a conciliação. Porém, havia uma tarefa para os rio-grandenses, eles deveriam concentrar esforços para completar a realização do seu destino até, finalmente, assumir “a posição que têm direito”.

Martins serviu-se do termo *guerra civil*, para generalizar as práticas de violência, evitando, dessa forma, apontar os responsáveis pelas casas invadidas, pelos incêndios nas cidades e nos campos, pelos assassinatos. Apesar de atribuir à “invasão federalista” como a deflagração do conflito, em fevereiro de 1893, não apontou a autoria dos vandalismos a nenhuma das partes envolvidas. Naquele texto (1896), também, deixou transparecer sua insegurança diante dos “aparentes” resultados da anistia concedida pelo Congresso Nacional. Diante do que o autor fazia votos para uma futura confirmação definitiva: “oxalá que assim seja” (ibidem).

A região da campanha⁴⁰, segundo Martins, sofreu “desolação completa” devido à “guerra civil”, encontrando-se em um estado decadente. Sua memória daqueles acontecimentos, ainda “quentes”, retinha lembranças do passado selecionadas por critérios éticos e afetivos (CATROGA, 2001, p. 20-5).

Por sua vez, determinados lugares, no livro *Geographia*(1898), trouxeram, imediatamente, a lembrança de fatos relacionados àquela guerra civil, ao serem revisitados através do texto de Henrique Martins. Ao referir o “rio *Camaquam* [...] nas pontas desse rio que fica o capão Carovy, perto do qual feriu-se [sic] o combate de 10 de agosto de 1894, no qual morreu Gomercindo Saraiva, celebre chefe revolucionario”. (MARTINS, p. 38-9). Também, ao descrever um dos afluentes do rio Quaraí, o arroio *Invernada*, Martins abriu espaço em nota de rodapé para lembrar “á margem deste arroio, no lugar denominado Campo Osorio, que houve o ultimo combate da revolução federalista e onde morreu o contra-almirante Saldanha da Gama, a 24 de junho de 1895” (p. 41, nota 2). E, ainda, a cidade de Bagé, “tornou-se celebre, durante a ultima revolução, pelo sitio que soffreu da parte dos federalistas

⁴⁰ A região onde se encontra a “verdadeira riqueza do estado”: a criação de gado (Martins, 1909,p. 68) – apesar de não ser feita “com os devidos cuidados” (ibidem). Essa região alcançaria a modernidade se a produção artesanal de queijo e manteiga atingisse a escala industrial (ibidem), e substituísse a tradição do pastoreio, racionalizando a criação do gado “solto no campo” pela “introdução de animais de raça” e o “emprego de forragens especiais” na alimentação do novo rebanho, o que demandaria o confinamento do gado (p. 69).

que não conseguiram tomar a cidade, verdadeira praça de guerra, cujo commandante era o então coronel Carlos Telles” (p. 81).

Destaca-se nas suas duas obras didáticas uma diferença significativa quanto à denominação do conflito. Na obra *Elementos de chorographia do Brazil* (1896), Martins referiu-se ao evento como “guerra civil”, mas em *Geographia do Estado* (1898) a denominou de “revolução federalista”.

Julio Aróstegui⁴¹, em artigo intitulado *Traumas coletivos e memórias geracionais* (2006), ao analisar as memórias históricas surgidas em torno do fato da guerra civil, diferenciou-a em duas vertentes, uma está ligada à memória celebrativa, oficial e vitoriosa; e a outra, subterrânea, é a memória da frustração, aquela que pertence aos vencidos.

O desejo de recordação dos fatos de um passado histórico está ligado, sempre, à auto-satisfação coletiva, à auto-realização e autoafirmação de uma história comumente celebrada. Os lugares de memória nascem, indefectivelmente, de um sentimento com esse sentido [...] O trauma coletivo, o fato trágico, o fracasso, o extermínio, levam em seu seio a memória da luta, do confronto, da repressão da lembrança e da tensão por sua recuperação. A memória do trauma é a da derrota, no mais amplo sentido. (ARÓSTEGUI, 2006 p. 70).

Em *Geographia*, o lente da Escola Militar, militar desde os seus dezesseis anos, denominou Gumercindo Saraiva como “celebre revolucionário” (MARTINS, 1898, p. 39) enquanto destacou a patente de “contra-Almirante” de Saldanha da Gama, evidenciando que morrera, no último combate, numa região cujo nome faz referência ao patrono da cavalaria do exército brasileiro: Gal. Osório. E ainda, apontou que Bagé, não foi tomada pelos federalistas, sendo o responsável pela “verdadeira praça de guerra”, o cel. Carlos Telles.

Martins rememorou as circunstâncias, os lugares e as datas, com precisão, que envolveram a morte de dois revolucionários opositores aos republicanos castilhistas. E por último, destacou o sítio à Bagé. Perdas, derrota militar, sofrimentos, anistia e a esperança de pacificação. E ainda, uma força política que interveio, o Congresso Nacional, contrariando a autoridade de Júlio de Castilhos. A seleção dos fatos a serem lembrados, referentes ao conflito de 1893/95, não depreciava os federalistas. Porém, não doutrinava a favor dos republicanos, como seria de se esperar em um livro didático aceito, oficialmente, por castilhistas. O tom

⁴¹ Catedrático de História Contemporânea na Universidade Complutense de Madrid e atualmente Diretor da Cátedra Extraordinária << Memória Histórica do século XX >>.

do discurso do autor está distanciado do sentido de celebração da memória para este caso. Podemos enquadrar, assim, Henrique Martins, na linha de memorialistas do *trauma*, daqueles que ficaram com as recordações da derrota. Os elementos que compõem as lembranças inseridas em *Geographia* (1898) recuperaram um passado marcado pela tragédia da morte dos líderes da Revolução Federalista. As memórias inseridas no primeiro livro didático de geografia do RS, produzido pelos castilhistas para o ensino elementar, mantinham uma aparente neutralidade sobre essa questão. Suas narrativas testemunhavam o valor do “célebre chefe revolucionário”⁴² (MARTINS, 1898, p. 39), apontavam para o local do “último combate da revolução federalista” (ibidem, p. 41) e as referências bibliográficas do autor indicavam obras de crítica à sociedade do RS (VARELA, 1897) e uma cartografia produzida para comemorar as campanhas vitoriosas dos federalistas (PORTO, 1896). Dessa forma, Martins nos permite julgá-lo como um simpatizante dos “maragatos” que, legou aos leitores de seu livro, os episódios marcantes da Revolução Federalista sob a ótica dos opositores aos republicanos castilhistas.

Martins dedicou *Geographia* (1898) a seu “distinto amigo Dr. Manoel Pacheco Prates, ilustrado e digno inpector geral da instrucção publica do Estado do Rio Grande do Sul” (p.3). A oportunidade ofertada pelo inspetor geral, passou despercebida, pode ter sido, talvez, a prova de que as animosidades estavam a serem encerradas pela aprovação de um livro, ao nosso ver, escrito por um autor “simpatizante” dos federalistas. Um contestador do cientificismo, crítico da autoridade do positivismo, um romântico que inseriu as lembranças dos traumas, das derrotas sofridas durante a “Revolução Federalista”, ao longo do seu texto didático. A sua dedicatória transferiu a autoria da sua obra para a autoridade do governo, responsável pela instrução pública, no Estado. Foi um ritual de doação e de agradecimento. Esta dedicatória pertencia àquilo que precede o conteúdo, propriamente, ou seja, pertencia ao “paratexto” do livro (CHARTIER, 1999, p. 40). Uma dedicatória sedutora que, também, contribuiu para a aprovação do livro.

⁴² Gumerindo Saraiva.

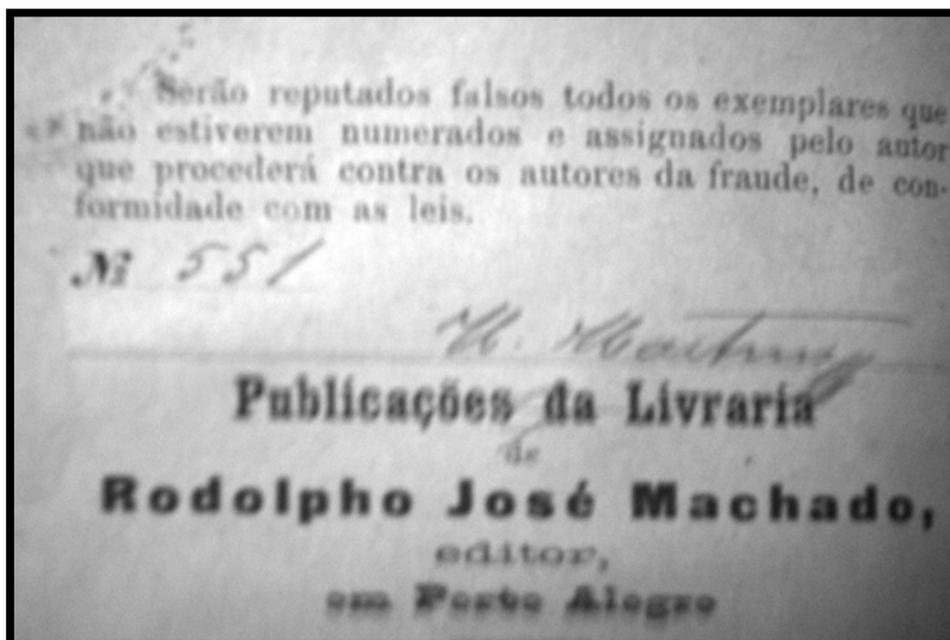


Fig.10 – Assinatura de Henrique Martins para prevenir fraudes. O verso da folha de rosto, no exemplar da primeira edição de *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul* (1898), consultado no I.H.G.R.G.S., consta numeração e assinatura do autor, autenticando a obra como forma de evitar a impressão indevida. Precaução validada pela fama do estado em práticas de pirataria e desrespeito aos direitos autorais. A primeira remessa ao almoxarifado da Instrução Pública, em 1898, entregou 4.500 exemplares. (Fonte: IHGRGS.)

3.2 O Rio Grande do Sul para as escolas

Laurence Hallewell (2005), em sua extensa pesquisa sobre a história do livro no Brasil, disse que os editores do RS eram “famosos pela pirataria”, no século XIX (p. 390). Segundo Hallewell, o principal representante dessas práticas desautorizadas de impressão de livros era Carlos Pinto (idem). Justamente o editor do primeiro livro didático de leituras sobre o RS.

O livro de José Pinto da Fonseca Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as escolas*, cujo exemplar consultado no Instituto Histórico e Geográfico do RS, mesmo tendo a data do ano de sua 1ª edição, 1896, pertencia ao quarto milheiro de impressão. A contra capa indica que estavam, no prelo, “O Brasil para as escolas” e “São Paulo para as escolas”⁴³. A segunda edição, também com capa rosa, trazia a data de 1899. A folha de rosto, porém, data de 1898, que corresponde ao ano de

⁴³ Sobre esses outros livros do autor, não há evidências bibliográficas no Rio Grande do Sul, podendo-se deduzir que o projeto de constituição de uma carreira literária, voltada para a produção de livros (didáticos) de leitura, foi descartada por J. P. Guimarães.

aprovação no Conselho Escolar. Contém 101 páginas, com uma “nota final” acrescida de bibliografia.

A outra edição conhecida é a segunda, de 1899. Também com a capa rosa, trazia nesta a indicação de sua procedência, pela seguinte inscrição: “Mandado adoptar pelo Governo para servir de Livro de Leitura nas aulas do Estado”. Editores e autor incluíram mais textos, aumentando para 131 páginas o volume do livro. Em seguida, apresentamos, além das respectivas fotografias desses livros, os índices de ambas as edições para comparar as mudanças de conteúdo na obra didática.



Fig. 11 - Capa da 1ª edição, 1896. J. [José] Pinto Guimarães. O Rio Grande do Sul para as escolas. (4º milheiro) Editores Carlos Pinto & Comp., Successores. Livraria Americana. Porto Alegre – Pelotas – Rio Grande. 1896. (Fonte: IHGRS) .

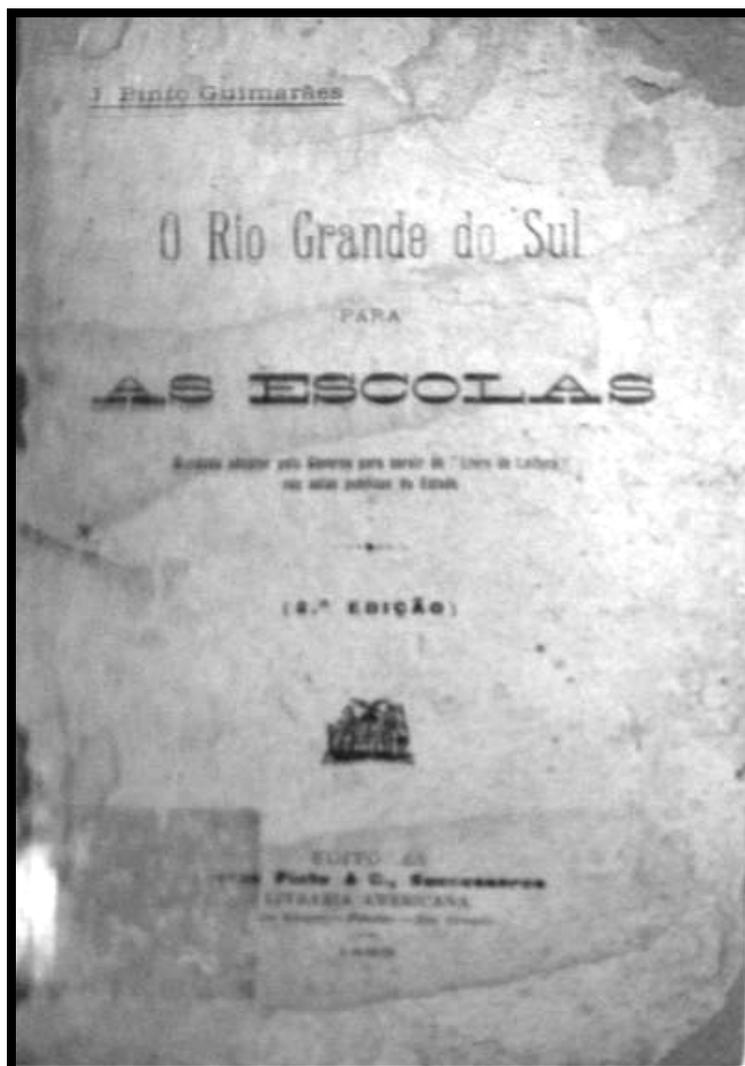


Fig.12 - Capa de 1899. J. [José] Pinto Guimarães. *O Rio Grande do Sul para as escolas. Mandado adoptar pelo Governo para servir de "Livro de leituras" nas aulas do Estado. (2ª edição)* Editores Carlos Pinto & Comp., Successores. Livraria Americana. Porto Alegre – Pelotas – Rio Grande. 1899. (Fonte: PUCRS).

Índice (Guimarães, 1896).

<i>O Rio Grande do Sul para as escolas – (101 páginas)</i>	
Licção I	Territorio. Limites. População. Indios
Licção II	Solo. Clima. Produções. Madeiras. Erva-mate.
Licção III	Agricultura
Licção IV	Mammíferos.
Licção V	Aves. Rapaces e trepadores.
Licção VI	Aves. Pássaros e pombos
Licção VII	Aves. Galinaceos. Pernaltos. Palmipedes
Licção VIII	Estancia.
Licção IX	Na Estancia (poesia).
Licção X	O monarca das coxilhas.
Licção XI	O gaucho (poesia popular).
Licção XII	O vaqueano. O posteiro. O aggregado. O domador.
Licção XIII	A marcação. A tropa. O tropeiro.
Licção XIV	A carreira. A cavahada. A dansa.
Licção XV	Chinoca (poesia).
Licção XVI	Chinoca (continuação).
Licção XVII	Serras. Ilhas.
Licção XVIII	Lagoas. Pharoes. Rios e peixes.
Licção XIX	Minas. Industrias.
Licção XX	Commercio. Exportação. Estradas de ferro.
Licção XXI	Cidades.
Licção XXII	Cidades.
Licção XXIII	Historia. Occupação do Rio Grande.
Licção XIV	Historia. Revolução de 1835.
Licção XV	Poesia popular.
Licção XVI	Cavalaria rio-grandense. Osorio.
Licção XVII	Barao do Triumpho. Conde de Porto Alegre.

Índice (Guimarães, 1899).

O Rio Grande do Sul para as escolas - (131 páginas)	
Licção I	Territorio. Limites. População. Indios
Licção II	Solo. Clima.
Licção III	Mammíferos
Licção IV	Mammíferos (continuação).
Licção V	Mammíferos (continuação).
Licção VI	Aves (Rapaces)
Licção VII	Aves (trepadores e columbianos)
Licção VIII	Aves (Passaros)
Licção IX	Aves. (Galinaceos, Pernaltos, Palmipedes)
Licção X	Madeiras.
Licção XI	Agricultura.
Licção XII	Estancias.
Licção XIII	Na estancia .
Licção XIV	Monarca das coxilhas.
Licção XV	Poesia popular (<i>O gaúcho</i>)
Licção XVI	O vaqueano. O posteiro. O aggregado. O domador.
Licção XVII	A marcação. A tropa e o tropeiro.
Licção XVIII	As carreiras. A cavallhada. A dansa.
Licção XIX	Chinoca.
Licção XX	Chinoca (<i>continuação</i>).
Licção XXI	Serras. Ilhas.
Licção XXII	Lagoas. Pharoes. Rios e peixes.
Licção XXIII	Minas. Industrias.
Licção XXIV	Commercio. Exportação. Estradas.
Licção XXV	Principaes cidades.
Licção XXVI	Principaes cidades (<i>continuação</i>).
Licção XXVII	Historia. (<i>Occupação do Rio Grande do Sul</i>)
Licção XXVIII	Revolução de 1835.
Licção XXIX	Poesia popular.
Licção XXX	Cavalaria Rio Grandense. Osorio.
Licção XXXI	Barao do Triumpho. Conde de Porto Alegre.

A mais evidente alteração, entre as edições, manifesta-se pelo acréscimo de lições e, conseqüentemente, no número de páginas. As alterações sugeridas pelo Conselho Diretor de Instrução Pública (1896) ficaram evidenciadas nessa redistribuição de lições. Das cento e uma páginas, em vinte e quatro “licções” da primeira edição (1896), o livro evoluiu para cento e trinta e uma páginas, em trinta e uma “licções”, na segunda (1899).

As letras, em caracteres maiores do que os tipos gráficos das demais obras, foram mantidas. Essa especificidade formal do texto de Guimarães relaciona-se à sua finalidade de “livro de leitura”, além da reorganização do material, o que facilitaria seu uso pelos jovens educandos.

Na primeira edição, a “licção II” possuía os seguintes enunciados: “Solo. Clima. Produções. Madeiras. Erva-mate.” A segunda edição simplificou os enunciados da “Licção II - Solo e Clima”. Organizando o item “madeiras” exclusivamente na lição X. A “licção III – Agricultura” (1896) foi realocada na lição XI (1899). O conteúdo sobre “mamíferos” foi acrescentado em uma terceira lição em 1899. As lições sobre as espécies de aves, na segunda edição também foram reorganizadas. As aves, classificadas por Guimarães como “rapaces” e “pássaros” receberam, cada uma, lições específicas.

A ampliação do conteúdo, porém, evidencia que as novas lições trouxeram informações complementares aos itens desenvolvidos. O conteúdo do texto foi incrementado, com a inserção de novos enunciados de lições e pela ampliação de sua carga informativa. A primeira edição trazia o seguinte enunciado sobre os hábitos de uma ave “rapace” - a coruja: “vive em geral vive de dia escondida em buracos. Á noite, as a cata de alimentação que consiste em ratos insectos, etc” (1896, p. 24). Na edição de 1899, acrescentou “sua carne é saborosa e abre muito o apetite” (1899, p.39).

José Pinto Guimarães dedicou aquele livro a seu pai: João Pinto da Fonseca Guimarães.

Como salientou Catroga, a “memória do eu é, sempre, em primeira instância, uma memória de família” (CATROGA, 2001, p. 27). E essa memória do eu, da filiação familiar, está ligada às questões das “experiências vivenciadas”, tendo como base, na modernidade, a memória dos núcleos familiares. A memória do “eu” de Guimarães, pode ser vista tanto como dívida, quanto como herança, em relação ao

patriarcado de sua família, descomprometida com as filiações que o civismo republicano procurava encontrar para enraizar-se com maior abrangência social.

A memória também possui um elemento pragmático e normativo. Em nome de uma história, ou de um patrimônio comum (espiritual e/ou material), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros, e exige-lhes, em nome da identidade do eu – suposta como entidade onnipresente em todas as fases da vida -, ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas. Para isso, o seu efeito tende a traduzir-se numa mensagem, ou melhor, tende a interiorizar-se como norma. (CATROGA 2001, p. 26.)

O Rio Grande do Sul para as escolas (1896;1898) pode ser entendido como a valorização da paisagem específica do pampa sul-rio-grandense. O conteúdo abordado aproximava seus leitores dos temas relacionados aos conhecimentos e costumes da região da campanha e do cotidiano nas estâncias sul-rio-grandenses. Os heróis de Guimarães, entretanto, filiavam-se à história do Império brasileiro, como o General Osório e o conde do Porto Alegre. O espaço vivido passou a ser a primeira referência do tempo presente. Os movimentos do autor percorrem o território interior dos limites geográficos do Rio Grande do Sul. A descrição dos habitantes desse espaço, os lugares da paisagem, as cidades. O homem foi elevado idealisticamente como o “monarca das coxilhas”, desde o senhor proprietário dos campos até seu trabalhador mais humilde. A imagem do RS para as escolas encontrou na figura do gaúcho a personificação dos valores éticos e morais daquela sociedade histórica.

Em parte, esses elementos textuais justificam os comentários de Manoel Pacheco Prates, nos seus relatórios, a partir de 1898, sobre a falta sentida de um livro de leitura que estivesse de acordo com as exigências de ensino. O inspetor geral percebeu, tardiamente, a contradição entre as lições do livro de Guimarães e o projeto de modernização republicana que incluía a educação cívica ⁴⁴.

A construção literária de um espaço geográfico e cultural para as memórias de sociabilidades e disputas, da paisagem natural e do trabalho humano, das lendas e histórias de uma região, pode ser encontrada na obra de Guimarães. Como o autor admitiu, na nota final de seu livro, haver “copiado frases inteiras” (1896, p. 101)

⁴⁴ o que pode, também, ser apontado como o principal motivo da sua suspensão de edição e aquisição posteriores a 1902. Esse livro de leitura às aulas públicas foi substituído pelo manual *Trechos de leituras escolhidas*, cuja autoria assumiu João Maia, pois esses “textos de leitura” eram assinados, nos finais do século XIX, anonimamente, “*por um rio-grandense*”.

dos livros que citou, é interessante e possível acompanhar algumas das apropriações de leitura que foram incorporadas no seu texto. Além de sua filiação familiar, suas lembranças do espaço vivido e experimentado, com as quais sustenta uma identidade, também, estabeleceram conexões com uma dada “matriz do conhecimento histórico” (MONTEIRO, 1994, p.64), e a tradição de lembranças evocativas de valores sociais e culturais os quais propunham ser revividos.

O Rio grande do Sul para as Escolas, de J. P. Guimarães, após algumas correções, sairá correcto e concorrerá poderosamente para reatar ao presente o honroso e digno passado de nossa terra natal, fazendo renascer os costumes rio-grandenses e evocando as nossas gloriosas tradições [...]. Continuo a comentar a falta de uma Geographia e História do Estado, escriptas de acordo com as modernas exigencias do ensino (Realtório, 1897, p.411).

Entre os autores citados por Pinto Guimarães, encontramos João Cezimbra Jacques, em *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul* (1883) . Para Guimarães e Cezimbra Jacques, os nativos eram bons construtores de casas, agricultores e habilidosos cavaleiros. Patos, Charruas, Minuanos e Tapes foram as etnias apresentadas como os “bons selvagens”. Por exemplo, os Patos, “selvagens pescadores que viviam nas margens da lagoa dos Patos, eram de índole mansa, agradáveis e industriosos”, porém, assegurou que “esses índios desapareceram completamente” (1896,p.8). Por exemplo, os “Patos [...] selvagens de uma índole branda, agradáveis e industriosos; construíam bem suas casas, cultivavam diversas plantas[...]. (JACQUES, 1979, p.18).

Guimarães comentou sobre a alimentação do gaúcho, baseada no consumo de carne. O “churrasco é o assado com couro feito nas brasas e comido com farinha ainda a gotejar sangue” (GUIMARÃES, 1896, p. 40). Por sua vez, Cezimbra Jacques descreveu que “o seu alimento é o mais simples e o mais substancial possível [...] gotejando sangue tira-se do fogo e come-se [...] coragem do rio-grandense é fria e perseverante: acostumado desde a infância a ver correr o sangue, a morte, com suas formas hediondas e a cada passo reproduzindo-se a seus olhos, já lhe não pode causar espanto” (JACQUES, 1979, p.52) . Logo, para o autor, era importante à formação do “caráter rio-grandense” que, desde a infância, fosse servido um “churrasco gotejando sangue” para “acostumar” a ver as “formas da morte”, insuflando a coragem nas crianças. Haja vista o quanto Guimarães apropriou-se de tal literatura, estava ciente desses “propósitos educativos” e os reproduziu em sua obra.

Da mesma forma, podemos perceber as apropriações feitas, na “licção VIII - Estância”, tanto do conceito de Jacques sobre estâncias “são estabelecimentos que têm por fim a criação de gados” quanto às indicações do tamanho dessas propriedades, entre “uma e vinte léguas quadradas”. Guimarães incorporou também a idéia de Jacques de que “uma légua quadrada de campo” suporta, “folgadoamente”, duas mil cabeças de gado vacum. Além destes exemplos, a distribuição de conteúdos feita por Guimarães (1896;1899), espelhou os elementos da obra de Cezimbra Jacques, *Ensaio sobre os costumes* (...). Em Jacques, encontramos os seguintes temas de capítulos: “os primeiros habitantes” (índios), a descrição de cidades, os estancieiros, as estâncias, a cavalaria, antigas danças, poesias e poemets populares, os divertimentos da campanha, o gaúcho, a ocupação do Rio Grande do Sul.

“Longe do ruído das cidades, alheio ás agitações e aos barulhos, o estancieiro goza uma vida feliz e tranqüila, em plena paz da natureza. O seu viver e seus hábitos são singelos e modestos” (1896, p.33). O espaço habitado pelo estancieiro, descrito por Guimarães, é um lugar feliz. A representação da paisagem das estâncias associou à vivência de “plena paz” ao silêncio e à natureza. Essa afirmação negava o passado recente, naquelas regiões do sul do Estado, como palcos de lutas da *Revolução Federalista*. Enquanto Guimarães construía a lembrança dos costumes e saberes provenientes da campanha, obscurecia o conhecimento do seu passado próximo e vivido, encerrando-o no esquecimento. Os textos sobre as revoluções, cavalaria e guerras foram permitidos apenas nas últimas lições de seu livro, como o lugar ocupado pela história.

A vida no campo foi valorizada por Guimarães como estabelecida entre a segurança e a tranqüilidade devido ao seu afastamento das cidades. “A casa da estância, [fica] em geral na parte mais abrigada do campo, ao pé de algum capão, ou na costa de algum rio ou restinga” (1896, p. 33). Como copiou esta frase de Cezimbra Jacques, é necessário apontarmos o que Guimarães omitiu da descrição original, isto é, as referências ao consumo de artigos de luxo. Jacques continuava da seguinte forma “e consta de uma casa, às vezes ricamente adornada, com todas as comodidades, boas mobílias, piano, havendo em algumas bandas de música, como na estância do coronel Macedo, perto de São Gabriel; noutras, porém, não se encontra certo luxo, mas sim os utensílios indispensáveis” (JACQUES, 1979, p. 62).

Sem essas características a casa do estancieiro perde a individualidade assumindo apenas a função de abrigar, dar refúgio.

Assim, podemos inferir sobre a sensibilidade do autor, que preferiu excluir de sua narrativa os elementos que definiriam o status social do estancieiro. A descrição de Guimarães tocou apenas a exterioridade das moradias dos estancieiros, demarcando, assim, os limites permitidos para os avanços de seus leitores. A casa do estancieiro é apenas uma imagem, sem portas para o seu interior, não há como imiscuir sua intimidade, imaginar seus objetos pessoais. Ela perdeu a musicalidade do piano, a alegria da banda e sem essa poesia, procura abrigar-se, também, no campo, no pé de algum capão. A sofisticação da vida no interior da casa da estância, expressa através do consumo de objetos de luxos e dos refinamentos culturais para seus usos, foi desfavorecida por Guimarães em troca das “vastas planícies” da região sul.

José Pinto Guimarães, em sua nota final (1896, p. 101), referenciou que a autoria dos poemas “Chinoca” e “Na estância” era de Múcio Teixeira.

Em “Chinoca”, narrou-se a aventura de um estancieiro que para fugir dos perigos de “dormir a sós no campo, em noite fria” encontrou a hospitalidade no rancho de um caboclo. A casa foi descrita com suas particularidades, fogão, mesa, varanda, janelas, portas, e “uma rede pendurada n’um canto”. Guimarães mostrou-se preocupado em descrever a simplicidade da vida no campo. O “rancho” é um refúgio, onde a beleza humana esconde-se em um “rosto mimoso[...] em corpo de donzela”, mas permanecer no acolhimento daquele espaço exige a prática do respeito. O poema vem a preencher a lacuna que Guimarães abriu ao relatar apenas a exterioridade da casa da estância.

O poema de Múcio Teixeira, “Chinoca”, revela aspectos do interior acolhedor da casa campeira e os pensamentos e expressões da personalidade do seu visitante. Os leitores podem se identificar com aquele que chega ou com quem o recebe.

A casa, através de seus habitantes e hóspedes ensinam normas e ritos de sociabilidades; oferecer o mate a quem chega, convidar para o café, dar acolhida, dialogar, e repouso. A varanda pode ser “pequena, mas alegre, clara e arejada, tinha duas janelas para o terreiro”. Naquela varanda, o ar e a luminosidade vivificam a alegria, que eram produtos do trabalho da “chinoca”, o poema não ressaltou. E essa personagem, ainda jovem, bela, é como um pequeno pássaro no seu ninho. O

habitante mais antigo daquela casa, no poema, era o pai que chamava a filha de “chinoca”.

Segundo Guimarães, os “gaúchos velhos e pobres”, os posteiros⁴⁵, viviam em um rancho “feito de pau a pique e barreado depois. A cobertura desses ranchos é em geral de capim Santa Fé ou de uma palha áspera conhecida pelo nome de tiririca” (1899, p. 48).

A imagem dessa casa simples foi construída com referências a materiais nativos, é como um abrigo feito naturalmente, mas que requer uma certa habilidade. Uma destreza que até mesmo um pássaro é capaz, para a construção de seu ninho. Em *A poética do espaço* (2003), Gaston Bachelard, fez uma analogia entre a choupana e o ninho. E sua reflexão é apropriada para este momento. Diz que a imagem do ninho está associada ao repouso e à tranquilidade, mas sobretudo à imagem da simplicidade.

uma palha espessa, grosseiramente trançada, sublinha a vontade de abrigar para além das paredes. De todas as virtudes do abrigo, o teto é aqui atestemunha dominante. Sob a cobertura do teto, as paredes são de barro. As aberturas são baixas. A choupana está colocada sobre a terra como um ninho sobre o campo (BACHELARD, 2003 p.110-1).

Bachelard acrescentou ainda, “é um reizinho que mora na choupana” (ibidem).

E, não seria outro “reizinho” o morador do rancho-ninho descrito por Guimarães senão o “monarca das coxilhas, o gaúcho rio-grandense, altarneiro e pimpão no seu bagual bem aparado e de cola atada [...] esmera-se no trajar” (1896, p. 35, itálicos do autor).

Esse “monarca”, também, usa “*chapeu republicano*, de abas enormes e lenço de seda encarnado atado ao pescoço e solto com desprezo pelos ombros” (ibidem, itálicos do autor). As descrições do trajar, que não incluía o “chapéu republicano”, foi tomado de Cezimbra Jacques (1979, p. 59), que na sua descrição das “vestimentas” do gaúcho apontava o detalhe do lenço solto “com desprezo”. Eis aqui o anacronismo do termo “monarca das coxilhas” com o contexto político dos finais do século XIX, no Brasil. Guimarães precisava associar seu “monarca” ao idealismo republicano, tendo como única possibilidade, incluir um detalhe sobre toda a figura

⁴⁵ Denominação dos encarregados pela vigia das divisas da estância e moram nos seus limites.

de seu gaúcho rio-grandense para manifestar sua distinção. Recebendo, pelo autor, uma especificidade de adesão política: um *chapéu republicano*.

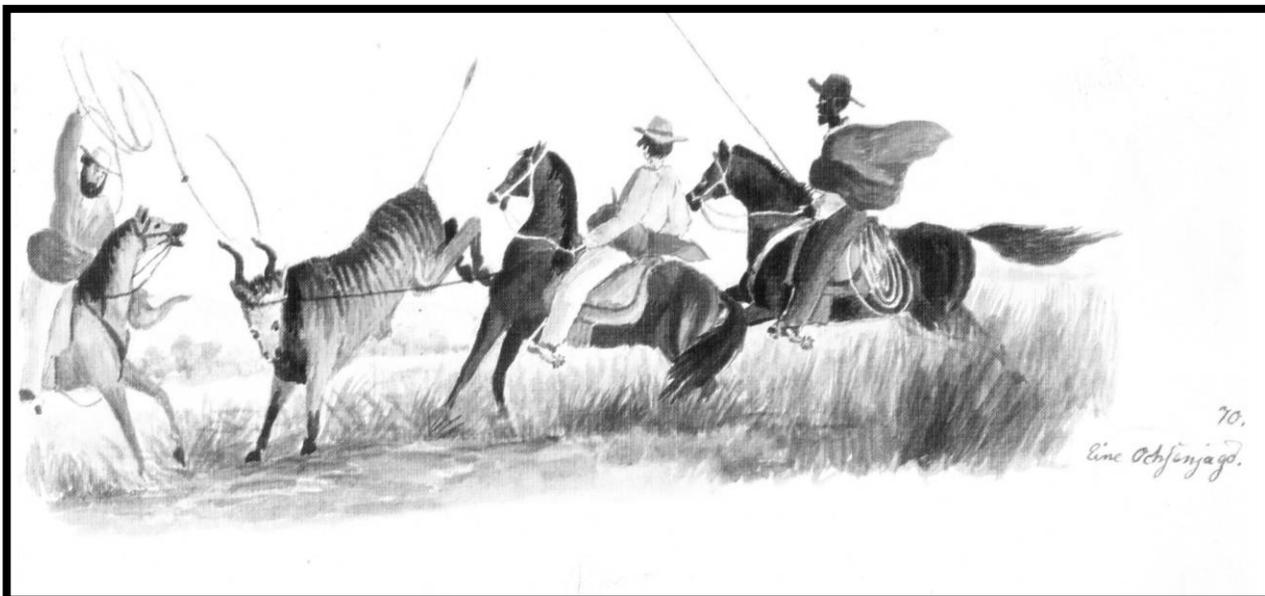


Fig. 13 - Ilustração das aquarelas em lâminas de papel de Rudolph Herman Wendroth, RGS (1852). Esta lâmina refere-se às cenas de memória das atividades pastoris vistas nas proximidades de Pelotas, são vaqueiros gaúchos laçando boi. Um barbado, outro de costas e o terceiro é um homem negro.

O termo “monarca das coxilhas” foi empregado pelo romancista sul-rio-grandense Oliveira Belo, em *Os farrapos*, cuja primeira edição foi em 1877, após ser publicado como novela de folhetim. Dizia a respeito do “gaúcho” que “rei era ele [...] uma realeza selvática [...] o gaúcho é soberano como o condor [...] o monarca das coxilhas é qual o grifo das fábulas”. O “monarca das coxilhas” de Guimarães é o gaúcho da literatura de sucesso.

O gaúcho histórico precisou ser esquecido enquanto essa figura literária estava sendo construída. Uma importante contribuição para o estudo das origens históricas e literárias do gaúcho é o livro da historiadora norte-americana Madaline Wallis Nichols, *O gaúcho* (1946). Em sua pesquisa, Nichols consultou documentos do século XVIII e XIX encontrando os testemunhos que possibilitaram diferenciar o *gaúcho* de outros sujeitos sociais da colonização da região do Rio da Prata, como o vaqueiro que trabalhava nas estâncias. Para Nichols, o gaúcho histórico vivia à margem da sociedade, sendo o termo empregado como sinônimo de gaudério, mestiço, ladrão, vagabundo. Gaúcho seria o caçador de gado para o contrabando de couros, “desde que um caçador ilegal de couros percorria os pampas, tínhamos um

gaúcho. Os gaúchos formaram-se somente com os grandes embarques de couros. E os gaúchos foram definitivamente considerados como ‘a ralé da sociedade’ (NICHOLS, 1946, p.23).

Nichols compilou uma interessante passagem do diário de Juan Francisco Aguirre, que esteve no Uruguai, em 1783, sintetizando as ações desses gaúchos que foram esquecidos pela literatura.

Gaúchos ou gaudérios são gente que, aproveitando-se da solidão dessas paragens, têm, entre outras habilidades, a de matar gado por causa do couro. Diz-se aqui que o número de homens empregados nesse negócio sobe aos milhares. Changadores são gaudérios que matam gado sem qualquer licença governamental para o fazer (AGUIRRE apud NICHOLS, 1946, p. 29)

Outros testemunhos levantados pela historiadora falam da aparência daqueles gaúchos, “sua nudez, suas barbas crescidas, seu cabelo sempre despenteado, sua sujeira e a brutalidade de sua aparência, o tornam horrível de ver” (AZARA, 1784, apud NICHOLS, p.30) ou “estão sempre sujos; suas barbas sempre por fazer; andam descalços, e mesmo sem calças sob a completa cobertura do poncho” (LASTARRIA, 1805, apud NICHOLS, p. 32).

E para não incorrer em um anacronismo, ou dissimular de forma semelhante aquela feita por Guimarães, é necessário que se explique que a romântica figura do gaúcho deve-se, em parte, pelos êxitos que tais sujeitos históricos obtiveram com sua participação nas guerras platenses de independências da Argentina e do Uruguai, nas guerras civis argentinas e uruguaias, enquanto o regionalismo sul-rio-grandense trazia as lembranças da revolução de 1835, da Guerra de Rosas, do Paraguai e da revolução Federalista. Em nenhuma dessas, no caso brasileiro, a presença do escravo e dos afro-descendentes foi tão massiva quanto na Guerra do Paraguai. Nem os lanceiros negros dos farroupilhas podem ser comparados com os efetivos dos Voluntários da Pátria ou de arregimentações de combatentes escravos alistados como substitutos compensatórios de seus senhores.

M. Nichols constatou que o gaúcho foi transformado em símbolo romântico do patriotismo. Sua imagem foi associada com uma dose de nostalgia literária ao passado.

A circunstância interessante em toda essa literatura gaúcha é que ninguém retratou o gaúcho original – o vagabundo, geralmente mestiço, caçador de gado. Há irrealdade semelhante na música que explorou o gaúcho como tema. Arturo Berutti escreveu várias óperas gaúchas, não obstante que gaúchos e óperas não parecem andar

juntos. É sòmente quando utilizado na arte que o gaúcho tem sido retratado com alguma verossimilhança. As pinturas de Césareo Bernaldo de Quirós podem servir de prova a essa asserção. Quer, porém, retratado como realmente foi, ou como os cidadãos argentinos e uruguaios [e sul-rio-grandenses] ansiosamente o imaginam, o gaúcho se recusa a morrer. Êle tem sido tão recalcitrante a êsse respeito, como o foi, quando vivo, a tãda espécie de leis (NICHOLS, 1946, p.116).

Em Guimarães, a figura do homem negro foi excluída do texto produzido. Esse elemento social, o escravo africano, tão importante para a construção material, social e cultural da sociedade brasileira foi esquecido. O capitão Cezimbra Jacques, porém, incluiu a participação de escravos nos trabalhos da estância. “Para o desempenho destes trabalhos perigosos e ao mesmo tempo agradáveis, higiênicos e poéticos, têm em geral os estancieiros um capataz e um certo número de peões ou, em lugar destes, os escravos “ (JACQUES, 1979, p. 63).

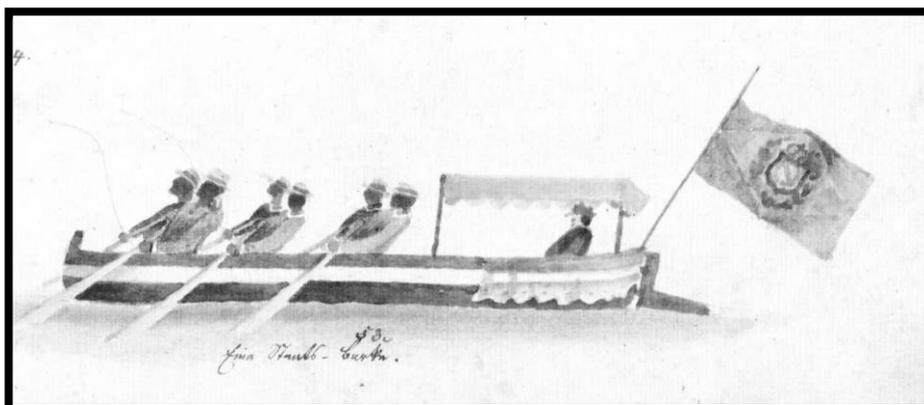


Fig. 14 - Barco oficial. Cena em aquerela colorida, lâmina do alemão brumer Rudolph Wendroth, RGS (1852). O artista reproduzia situações cotidianas nas quais os escravos negros estavam presentes.

E, através dessa evidente lacuna no histórico literário do gaúcho, é possível retornar ao texto de Guimarães, analisando duas lições que testemunham o prestígio do “monarca das coxilhas”, como símbolo de exploração da natureza, de homem livre nos campos “vastos” do pampa sul-rio-grandense.

A lição sobre os gêneros de divertimento dos gaúchos apresentou uma descrição da manifestação cultural chamada de *cavallhada*. Estão enunciadas entre na lição XIV (1896), e na lição XVIII (1899), com subtítulo - A carreira. A cavallhada. A dança.

Dizia a lição⁴⁶: “Este bello e pittoresco genero de divertimento, já caiu infelizmente em desuso e é hoje raríssimo. A cavallhada representa um simulacro de guerra entre dois partidos: os mouros e os christãos” (Guimarães, 1899, p. 52). Segue Guimarães descrevendo as “evoluções graciosas” do espetáculo promovido pelos cavaleiros durante a “brincadeira”. A simulação de guerra descrita envolvia luta de espadas, “explosões de pólvora, ataques com lanças”, e uma platéia para assistir ao espetáculo. O ponto culminante da cavallhada centrava-se ao redor de uma “argolinha”. Esse objeto, após uma disputa de precisão, deveria ser conduzido na ponta de uma lança até ser oferecida a uma dama em especial que, em retribuição, poderia oferecer ou um “ramalhete de flores” ou um “lenço perfumado”, entre as “palmas e vivas” da multidão.

A cavallhada de *O Rio Grande do Sul para as escolas* não possuía data para acontecer, mas era um espetáculo que demandava capital, mão de obra e tempo de preparo dos enfeites, do terreno, dos participantes e do público presente ao “espetáculo”. Segundo a lição, os cavalos “vinham corretamente aperados e bem enfeitados, cheios de topes de fitas e de estrelas de papel dourado colladas na cara, no pescoço e nos quartos” (1899, p.52). As mãos de artesãos ou das “chinocas” enfeitavam os animais da festa. Os estancieiros forneciam o material colorido e brilhoso. Havia o interesse social de manter uma tropa de gaúchos, em “simulacro de guerra”, em simulacro de espetáculo. Uma festa que simulava a guerra se deteve na memória de Guimarães. Porém, os traços de lembrança dessa disputa entre dois partidos, um representado pela cor vermelha e outro pela cor azul, adquiriram forma nas linhas daquela lição. As cavallhadas tendem a desaparecer no esquecimento, para Guimarães.

A segunda leitura que presta homenagens à memória do gaúcho em guerras, entre as lições sobre História, o tema “cavalaria rio-grandense - Osório” (1899, Licção XXX, p.94) sintetizam em breves linhas a participação histórica dessa fabulosa organização tática militar, que parece ter se realizado plenamente nos pampas. “A guerra em que ella mais se distinguiu foi na campanha que o Brazil sustentou, por espaço de cinco annos, com a republica do Paraguay[...] combates encarniçados e sanguinolentas batalhas; mas a superior cavalaria obteve sempre a palma do triumpho” (1899, p. 94- 95). Nessa, como nas lições sobre a revolução de

⁴⁶ texto inalterado nas duas edições da obra.

1835 (1899, Licção XXVIII), e Barão do Triumpho (1899, Licção XXI), a participação dos gaúchos, em guerras “reais”, foi trazida ao texto, o que rompe com a narrativa “feliz” que o autor desenvolveu até o momento daquela leitura. Da mesma forma, o autor buscou inspiração em Cezimbra Jacques para compor as suas linhas dedicadas à leitura sobre a história da cavalaria (1979, p. 71-74).

Para o autor de *O Rio Grande do Sul para as escolas*, “a vida do tropeiro é trabalhosa e arriscada, pois muitos são os perigos a que estão sujeitos esses gaúchos” (1896, p. 50), enquanto sobre a agricultura previa que “será no futuro a maior riqueza do Rio Grande do Sul. A vida do agricultor é calma e tranqüila” (1896, p. 14). Escreveu, também, sobre a pesca, dizendo que o “Rio Grande exporta há muito tempo peixes salgados, principalmente a tainha, que é pescada nas costas do mar e nas lagoas dos Patos e Mirim” (1896, p.82). Não comentando sobre o trabalho nas indústrias, Guimarães aponta apenas para as atividades realizadas ao ar livre.

A produção econômica, no Estado, estava sustentada pelas características singulares do clima - “agradável, temperado e saudável” (1896, p.9) - , do solo - “ a região sul é coberta de vastas planícies e excelentes pastagens(...) sua terra é fértil” (1896, p. 11) e “todos os rios do Estado são abundantemente piscosos” (p. 62). O ambiente natural oferecia as condições propícias para sua exploração econômica, “a nossa terra é maravilhosamente fértil e o nosso clima é benigno e doce [...] o trabalho de preparar a roça não é fácil; mas quando bem dirigido é magnificamente recompensado” (1899, p. 62). O texto de Guimarães apontou as diferenças entre o trabalho realizado nas estâncias e nas zonas agrícolas, valorizando o primeiro tipo pelos graus de dificuldade levantados. O autor orientava que, para o estado atingir, no futuro, o estágio de “um grande e farto celeiro”, após terem se generalizado as práticas agrícolas, “é preciso que todos os seus filhos estudem e trabalhem. O verdadeiro rio-grandense que ama a sua gloriosa terra natal deve almejar que ella figure em todo o brilhantismo do progresso e ocupe em lugar saliente e distinto entre os outros Estados da grande pátria Brasileira” (1899, p.103).

Conforme José Pinto Guimarães escreveu:

O Patriotismo é a maior elevação moral. Elle não pode existir consciente sem o conhecimento inteiro da Pátria.[...] O Rio Grande do Sul precisa que os seus homens de amanhã sejam bem sabedores dos seus múltiplos aspectos para, em direitura e com segurança, o conduzirem ao almejado Progresso. Foi essa convicção que embalançou-me a esta tarefa (GUIMARÃES, 1896, p. 101).

Os valores éticos da sociedade deveriam ser apreendidos pelo indivíduo para um futuro feliz. Eram os saberes patrióticos os que ofereciam as normas de condutas para alcançar o progresso esperado. O trabalho que se apresenta como útil e necessário é o soerguimento da moral à prática do patriotismo. A meta, o mais alto virtuosismo a ser buscado, necessitava de lições universais para capacitar os jovens leitores a contribuir para generalizar os benefícios do progresso almejados a todo o estado.

Embalado pelas leituras, das quais “muitas vezes” retirou quase tudo, segundo o autor, o livro didático era um gênero de pouca criatividade. Dizia que “todas” as obras desse gênero foram feitas como cópias uns dos outros.

consultei varias obras: os trabalhos do sabio dr. Von Ihering⁴⁷, as monographias zoologicas do professor Göeldi⁴⁸; o Ensaio sobre costumes do Rio Grande, do capitão Cezimbra; a Noticia Descritiva, do naturalista Nicolau Dreys; a Synopse do municipio de Porto Alegre, pelo sr. Azevedo Lima⁴⁹; os almanacks da Livraria Americana; os Anuarios, do dr. Graciano; o Quadro estatístico do Dr. Camargo⁵⁰; o Regimen das Riquezas, de Oliveira Martins; relatorios, etc., etc. Muitas vezes aproveitei phrase inteiras de autores acima mencionados. As poesias Chinoca e Na estancia são da lavra do talentoso poeta rio-grandense Mucio Teixeira. É este pois um trabalho de compilação e adaptação, como todos os trabalhos deste gênero. Esforcei-me para que elle saísse limpo de erros, exacto, singelo e com cunho eminentemente didactico (idem).

O utilitarismo castilhista pretendia dispor do conhecimento dessas *leis sociológicas da história* para legitimar a sociedade que idealizava, em função de um projeto de realização sob perspectivas positivistas, em relação ao futuro da humanidade e o progresso industrial. A didática castilhista conservou simulacros de guerra na memória de seus futuros cidadãos. A sociedade e o Estado castilhistas dependiam das forças militares coercivas para manter a supremacia político-

⁴⁷ Herman von Ihering, nascido em Giessen, Alemanha, (09/3/1850). Ornitológo, escreveu *As aves do Rio Grande do Sul*, publicado em 1907, em São Paulo. Tem-se assim que os capítulos sobre aves de Guimarães foram “copiados” de trabalhos produzidos por esse naturalista. Faleceu em São Paulo (26/02/1930).

⁴⁸ Autor sem referências bibliográficas.

⁴⁹ Antônio de Azevedo Lima, Porto Alegre (21/01/1836), publicou *Synopse Geographica, historica e estatistica do municipio de Porto Alegre*, em 1890 (Gundlach). Faleceu em 03/10/1898.

⁵⁰ Antônio Eleutério Camargo nasceu em Porto Alegre em 1839, deputado provincial e geral, Conselheiro de Estado e Ministro da Marinha, fundador do jornal *A reforma*, Publicou *Quadro estatístico e geográfico da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, em 1868, pela Tipographia Jornal do Comércio.

partidária republicana, dependia de publicações, além da imprensa, investia na propaganda doutrinária das lições dos manuais escolares.

O leitor José Pinto da Fonseca Guimarães “de família ilustrada, de diplomatas, escritores, homens do campo” (LAYTANO, 1979, p.55), encontrou inspiração entre os textos de seus conterrâneos e de seus professores e nas páginas escritas por Cezimbra Jacques. Reconheceu-se nelas e adaptou o conteúdo para um livro dedicado às escolas de seu estado. Como leitor e compilador de Cezimbra Jacques, por exemplo, Guimarães somente poderia esperar que seus leitores fossem uns espectros pálidos, as semelhanças mais nítidas que esses espectros de leitores herdaram, indiretamente, seriam as associadas ao primeiro autor. Enfim, vemos seu embasamento literário e científico ser retirado de uma produção textual destinada a leitores cujo nível de instrução era superior ao público que receberia o livro de Guimarães.

Guimarães (1896, p.91), em um de seus “poemas populares” declara-se republicano, com seguinte estrofe:

*Se eu não sou republicano,
O Deus do céu não me escute,
A luz do dia me falte,
A terra não me sepulte.*

Esse não seria apenas mais um poema popular de aclamação ao republicanismo, de louvas. Foi como a expressão de um recurso de representação da “memória popular” para manter a marca de um fato histórico. O poema saudava a memória da Revolução Farroupilha. Contudo, esses versos fizeram-se representar na história do RS, em um passado próximo da edição de Guimarães.

Em 17 de agosto de 1894, o túmulo de Gumercindo Saraiva foi descoberto, profanaram seu cadáver, que após ser mutilado, algumas partes enviadas a Júlio de Castilhos. O líder dos opositoristas aos castilhistas, caudilho da Revolução Federalista, recebera na imprensa críticas venenosas quando da notícia de sua morte em 10 de agosto de 1894. O jornal A Federação declarou: “Pesada como os Andes, te seja a terra que teu cadáver maldito profanou [...] Caiam sobre essa cova asquerosa todas as mágoas concentradas das mães que tu sacrificaste, das esposas que ofendeste, das virgens que poluíste, besta fera do Sul, carrasco do Rio Grande” (A FEDERAÇÃO, apud: LOVE, 1975, p.74).

A terra não o sepultaria, como a estrofe de Guimarães rogava. A condição dada aos não-republicanos, pelo discurso historiográfico do vencedor, atribuindo-lhes a culpa pelas calamidades ocorridas na Revolução Federalista, justificava a memória dos atos de excessos praticados pelos republicanos aos “maragatos”.

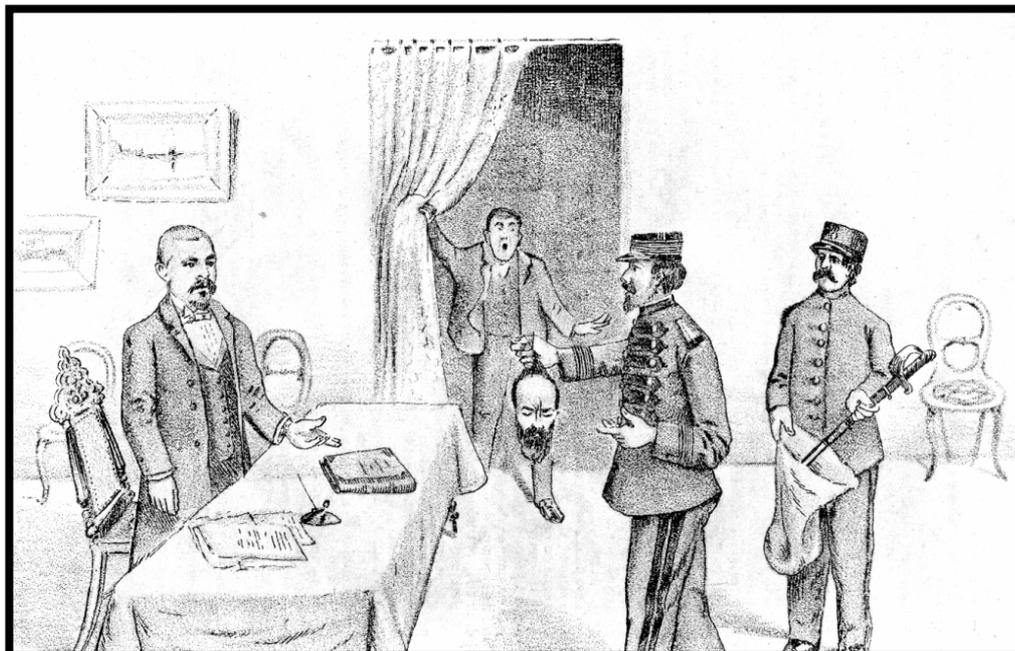


Fig. 15 - Gravura de 1895 representando a cena da entrega da cabeça de Gumercindo Saraiva pelo coronel Ramiro de Oliveira a Júlio de Castilhos. À direita, um oficial-ajudante carrega, juntamente com um saco, a espada do caudilho morto. Ao fundo um homem se espanta com a bizarra cena. (Fonte: Memorial do Ministério Público do RS).

3.3 As lições de João Cândido Maia.

Sob o título de “Introdução”⁵¹, Maia apresentou sua obra ao público leitor. “Este livro destina-se a preencher, ainda que imperfeitamente, a lacuna existente no conjunto de elementos educativos da mocidade do Estado” (MAIA, 1898, p.3). Justificava que a oportunidade para escrever o livro havia surgido com a reforma do sistema de ensino estadual, Lei nº 89 de 02 de fevereiro de 1897. “Não apresento trabalho completo devido a carência de elementos subsidiários com que tive de enfrentar. Trata-se de um livro de primeira edição susceptível portanto, de ir melhorando aos poucos” (1898, p.3). Os “elementos subsidiários” referidos eram as fontes documentais às quais deixou de recorrer. Haja vista que seu livro estava fundamentado em uma pesquisa bibliográfica, pois se referiu em sua lista de obras consultadas aos “documentos esparsos”. Seguia, então, a valorizar seu trabalho definindo-lhe o sentido das suas lições.

O que urge é promover a educação civica dos jovens rio-grandenses e nenhum meio mais eficaz se me affigura n'esse sentido meritorio, do que collocar, nas mãos d'esses nossos esperançosos concidadãos de amanhã, a opulenta historia de sua enobrecida terra, com todos os ensinamentos suggestivamente bons que transbordam de suas paginas vibrantes (ibidem, p.4).

Ao valorizar sua pesquisa, o autor pretendia impressionar com “ensinamentos sugestivamente bons” os “concidadãos do amanhã”. A história servia como “mestre da vida”, cujas lições cívicas recorriam à argumentação moralizante e emotiva para trazer os conhecimentos do passado. Antecipando aos leitores sobre a quantidade de lições que o passado deste estado seria conhecido por todos. “Entrego, pois, a Historia do Rio Grande do Sul ao próprio Rio Grande generoso, a amada terra minha, cujo passado épico é o inspirador supremo do meu civismo inamolgavel e me impressiona até a comoção. Porto Alegre, novembro de 1897. João Maia” (1898, p. 5). Enfim, o próprio autor emocionava-se, impressionado com a epopéia histórica narrada pelas páginas de seu livro. Podemos perceber o evidente direcionamento da leitura pretendido com essa “introdução”. O conteúdo de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico* seria uma coletânea de relatos de acontecimentos militares, copiados de outras obras, as quais pretendiam impressionar seus leitores, da

⁵¹ Essa introdução é uma particularidade da primeira edição da obra (1898), bem como a lista de bibliografias consultadas. Nas demais edições foram suprimidas.

mesma forma que havia comovido seu autor. A sensibilidade do autor, às portas das lágrimas ao entregar seu livro, e seus sentimentos de afeto para com sua “terra natal”. Sua história ao descrever batalhas, sangue, morte, humilhação (títulos de lições) apresenta um esforço em manter uma imagem acrítica do passado, sustentando a representação de “bravos vigilantes” da “indefessa vedeta tradicional da Pátria” (idem p. 4). Suas lições propõem o sacrifício da vida como ato de heroísmo cívico⁵².

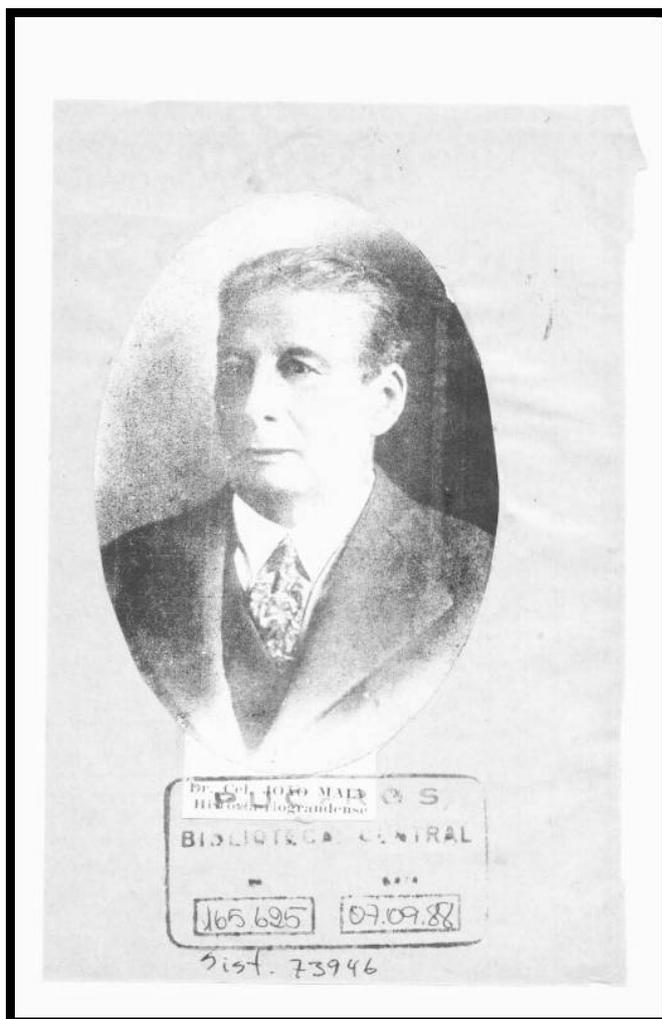


Fig. 16- Fotografia de João Cândido Maia (Fonte: PUCRS)

⁵² O conteúdo das lições de *História do Rio Grande do Sul para o ensino* (1898) baseia-se em enredos que sustentavam a memória dos personagens históricos desde os “intrépidos paulistas” (1898, p. 7) aos atos heróicos que justificavam “a estupenda fama guerreira” (MAIA, 1927, p.5) do Rio Grande do Sul. O uso do manual escolar de história do RS, na Primeira República, esteve associado, desde seu título, ao “ensino cívico”.

A estampa do busto de João Cândido Maia foi anexada ao exemplar que originalmente fez parte da coleção bibliográfica do Prof. Elpídio Ferreira Paes, doada à PUCRS em 1983. Entre as centenas de exemplares de importantes obras, o objeto de nossa pesquisa recebeu atenção especial do emérito professor Elpídio. É possível que o distinto colecionador obteve a foto afixada posteriormente de forma artesanal, diretamente do opúsculo fúnebre do “Dr. Cel. João Maia”.

Considerando a intervenção do leitor sobre seus objetos de suporte de textos, o bibliófilo sul-rio-grandense e prestigiado professor Elpídio provoca-nos com essa sua prática sobre o material de estudos. A imagem associada ao colecionador de livros recebeu outras características, como agente cuja intervenção artesanal produziu uma fonte de memória ligada diretamente ao autor do objeto real. Tal evidência nos permite visualizar a ação criativa do professor, diante de um material de sala de aula, sobrepondo-se à admirável figura do colecionador de leituras. A sua atitude possibilitou a facilidade de inserir uma figura de um autor de livros didáticos⁵³.

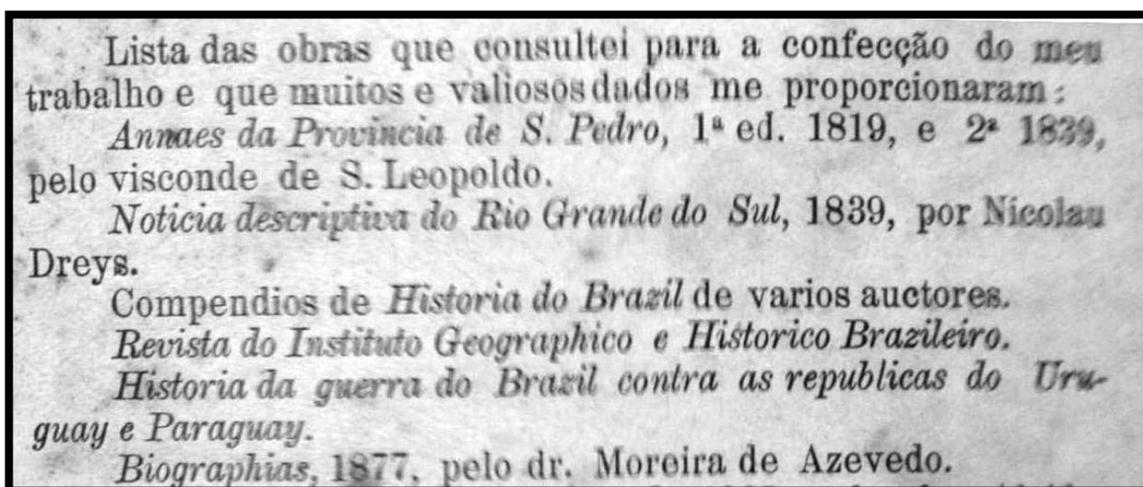


Fig. 17 - Detalhe da bibliografia consultada por Maia (1898). Consta apenas na primeira edição de *História do Rio Grande do Sul para o ensino* (1898).

A edição de 1927, do livro didático *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, trazia na sua folha de rosto a memória de lugares sociais ocupados pelo autor através da aceitação de sua literatura como evidente trabalho didático

⁵³ Na primeira década do século XX, João Maia assinou a autoria de “Trechos de leituras escolhidas”, coletânea oferecida nos contratos entre os livreiros e o Estado (1904).

para o ensino de história. “Ex-inspector da antiga 7ª Região Escolar e Vice-presidente do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”.

Constava na primeira edição (1898) uma lista bibliográfica de obras consultadas, entre aquelas Maia referiu os “Annaes da Província de São Pedro, 1ª ed. 1819, 2ª 1839, pelo visconde de S. Leopoldo” e também a “Revista do Instituto Geographico e Histórico Brasileiro” [sic].

Listas das obras que consultei para a confecção do meu trabalho e que muitos valiosos dados me proporcionaram:
Annaes da Província de S. Pedro, 1ª edição 1819 e 2ª 1839, pelo Visconde de São Leopoldo.
Noticia descriptiva do Rio Grande do Sul, 1839, por Nicolaus Dreys.
Compendios de Historia do Brazil de varios autores.
Revista do Instituto Geographico e Histórico Brasileiro.
Historia da guerra do Brazil contra as republicas do Uruguay e Paraguay.
Biographias, 1877, pelo dr. Moreira de Azevedo.
Historia popular do Rio Grande do Sul, 1882, pelo dr. Alcides Lima.
Historia da Republica Rio Grandense, 1892 pelo dr. Assis Brasil.
Historia da Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul, 1882, pelo dr. Ramiro Barcellos.
Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul, 1883, João Cezimbra Jacques.
Historia do general Ozório, 1894, pelo dr. Fernando Ozório.
Synopse Geographica, Histórica e Estatística do município de Porto Alegre, por Antonio de Azevedo Lima.
Curso de Literattura, Pinheiro.
Anno histórico Sul Rio Grandense, 1888, por Antonio Alves Pereira Coruja.
E ainda documentos esparsos, collecções de jornaes, etc. (MAIA, 1898, p.5)

Pode-se argumentar que fora um descuido de João Cândido Maia, ou das oficinas gráficas, porém, foi o recurso à memória do próprio autor, que estando sujeito a falhas, esquecimentos, e não a consulta àquelas fontes bibliográficas, que se materializou em sua lista de obras consultadas. A falta de um método de pesquisa histórica de “confecção” do trabalho, induziu Cândido Maia a citar títulos de obras sem denominar os respectivos autores. Ainda no contexto histórico imperial - brasileiro, citar a José Feliciano Fernandes Pinheiro como *visconde de São Leopoldo* (fundador-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838), soaria como respeitoso, diríamos, no século XIX, uma questão de estilo narrativo ou necessidade de referência histórica a títulos hierárquicos da corte do Brasil. A crítica dirigiu-se à sua elaboração de leituras, na citação a textos não lidos, como

referência introdutória e prévia para que o autor passe, a partir da leitura desses enunciados, a ser reconhecido como qualificado a tratar do assunto a ser exposto, isto é, apontamos às leituras inventadas que pretendem qualificar ou diferenciar o livro didático proposto por Maia (1898).

Tomando, entre as referências bibliográficas citadas no trabalho de Maia, podemos justificar que a presença da obra do visconde de São Leopoldo deveu-se à utilização de Alcides Lima (1882). Lima criticou a obra de Fernandes Pinheiro, apesar de ter admitido servir-se dela, apontou que possuía lacunas, estava defasada e não substituía a falta de documentos, “vi-me muitas vezes forçado a desamparar os *Annaes* de José Feliciano e a procurar em outros autores as bases para as minhas apreciações” (LIMA, 1935, p.8-9). Maia, ao citar sumariamente os *Annaes*, seguiu fielmente a bibliografia de Alcides Lima.

Essas citações ao Visconde de São Leopoldo e às duas edições dos *Annaes do Rio Grande do Sul*, traçam um interessante paralelo histórico entre os autores citado/autor. Tanto a segunda edição, em 1839, dos *Annaes* de Fernandes Pinheiro, quanto à “Novíssima Edição” (1920), de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico* foram edições comemorativas e de divulgação da memória de um evento relacionado às associações de historiadores.

Além disso, houve certo descuido na “confeção” de seu trabalho historiográfico. Foram citados livros como “Compêndios de História do Brazil de vários auctores” e “Historia da guerra do Brazil contra a republica do Uruguay e Paraguay”, sem creditar os respectivos autores, trazem indícios de uma invenção de leituras. A falta de precisão à Revista do IHGB, cuja inversão da sigla, somada à ausência de referências à edição, número, ou ano daquele periódico⁵⁴ tornam, diante da crítica documental, elementos que compõem um quadro de lembranças, diferentemente do que fosse esperado de um historiador metódico que assumisse publicamente sua “tradição historiográfica”. Dessa forma, as únicas correspondências ou paralelos historiográficos entre a edição de 1839, dos *Annaes do visconde* de São Leopoldo, José Fernandes Pinheiro, com a “refundição” da obra de Maia, em 1920, é que ambas relacionam-se à edições comemorativas de

⁵⁴ Tratando-se, o autor, de um jornalista, seria de se esperar uma atenção a esse respeito pois sua profissão envolve a produção de textos dentro desses critérios de identificação dos exemplares de um jornal.

institutos históricos e geográficos, nos quais os autores participaram da direção das agremiações.

A capa das edições de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico* trazia informações escritas sobre a carreira do autor, destacando-o como autoridade nos campos da educação e nos círculos de tradição historiográfica, como as marcas de memória que destacavam sua trajetória pessoal “ex-inspector da antiga 7ª Região [escolar]” (MAIA, 7ª ed., s.d). Havia também lugares de comemorações pelos prêmios recebidos. A medalha de prata na Exposição Rio-grandense, de 1901 (MAIA, 1904) e a de ouro em 1908 (MAIA, 1920), na Exposição Nacional, aferiam prestígio àquela publicação, em diferentes momentos. Porém, o seu texto havia sido alterado e a “novíssima edição, refundida por completo”, em 1927, oferecia, desde 1920, ilustrações e uma nova narrativa da gênese civilizacional do estado. Aqueles prêmios haviam sido entregues aos conteúdos e formas de apresentação da obra⁵⁵, diferentes das edições de 1920 e 1927, que, por sua vez, assumiram àquelas premiações como elementos valorativos de um mesmo objeto.

A Exposição Nacional de 1908 uma grande feira organizada no Rio de Janeiro, para dar visibilidade aos produtos comerciais dos Estados brasileiros e efetuar negócios. A participação do Rio Grande do Sul foi registrada em album fotográfico editado pela Kodak, *O Rio Grande do Sul na Exposição Nacional de 1908*, com fotografias dos *stands* de mercadorias e artefatos museológicos de Geologia, produtos industrializados como mobiliários, conservas e enlatados, charque, tecidos de lã e couros. Naquela exposição de 1908, o livro de João Maia recebeu o prêmio da medalha de ouro, provavelmente na categoria de produto da indústria gráfica - livros⁵⁶.

⁵⁵ O inspetor geral Manoel Pacheco Prates desestimulava a inserção de ilustrações no texto didático justificando como uma moderna tendência dos compêndios escolares argentinos (Relatório, 1898, p. 474).

⁵⁶ Esse álbum encontra-se na Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul e um outro exemplar foi visto na estante de livros da casa do ex-presidente do Estado, Carlos Barbosa, em Jaguarão (2006), inteligentemente transformada em museu turístico por sua família. O álbum na Biblioteca Pública falta uma fotografia, a última, possui os mapas que indicam a disposição dos objetos organizados por tipo de produção e finalidades, havia o espaço reservado a livros e materiais escolares, contudo esse stand foi, talvez, esquecido de ser registrado ou seria a fotografia que falta no volume da Biblioteca? A resposta ficamos a dever, por não termos as imagens dos livros didáticos Exposição Nacional de 1908.

As capas do livro de Maia também acrescentavam que a obra foi “Approvada pelo Conselho Escolar e adoptada pelo Dr. Inspector Geral da Instrução Pública” (MAIA, 1909).



Fig 18 - Capa da 7ª edição corrigida, pós -1908, de História do RS para o ensino cívico.

Sem um método historiográfico de investigação, a obra resultou em uma cópia sintetizada. Apesar disso, foi adotada por trinta anos no ensino público do Estado, seu autor além de nomeado como inspetor escolar (Relatório, 1898, p.7) e, agraciado com prêmios (1901, 1908), foi eleito vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul. O autor foi reconhecido como historiador e incorporado ao corpo funcional do Estado. Em consequência, seu “trabalho” foi prestigiado pela sociedade e republicado por diversas vezes, as substituições de lições e as inovações gráficas introduzidas alteraram seu conteúdo.

As onze atualizações da obra, as “edições corrigidas” (1907), as “novíssimas edições” (1920), as “refundidas por completo” (1927), acabaram produzindo um livro diferente do primeiro (1898). Todas essas dez edições esconderam, porém, a bibliografia original, porque não foi incluída nas demais edições. A obra

transformou-se em suporte de memórias da República. Em 1904, a quarta edição trazia uma imagem de Júlio de Castilhos e uma epígrafe em homenagem a seu falecimento.



Fig. 19 – Detalhe da folha de rosto (1927).

Ao excluir as primeiras “lições”, que constavam da primeira (1898) à sétima edição, Maia (1920) pretendeu criar uma outra explicação para a gênese do processo de povoamento do “Rio Grande de S. Pedro”, substituindo aquele texto pela narrativa das excursões lagunenses. As rivalidades e alianças entre as elites regionais do Brasil acabaram influenciando de maneira significativa no conteúdo da *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*.

Remonta ao século XVII a época em que intrépidos paulistas emprehenderam as primeiras excursões a terras do Rio Grande [...] os arrojados bandeirantes levavam as jornadas, em procura das riquezas que opulentavam o solo rio-grandense e do braço indígena necessario ao desenvolvimento da lavoura [...] os valentes excursionistas de S. Paulo [...] palmilharam em todas as direcções o território (MAIA, 1898, p. 6-7).

A ausência dos “bandeirantes” paulistas e dos indígenas, dos negros e dos “degradados”, também é percebida, como presença dos conceitos de higienização intrínsecos às propostas pedagógicas da época. A tarefa de excluir de seu texto tudo o que fosse moralmente repreensível e exógeno ao “tipo rio-grandense” abriu espaços para a inserção de relatos memorialísticos. Estes qualificaram os personagens através de atos de heroísmo praticados, definindo comportamentos necessários para o manutenção de identidades históricas diferenciadas aos membros da comunidade tradicional do Rio Grande do Sul.

Na “licção XXXIII”, o autor defendeu a posição do PRR quanto à religiosidade no Estado. Interpretou a questão como uma atitude enraizada histórica e culturalmente na sociedade sul-rio-grandense, uma prática distinta das demais populações do país:

Povo pouco aferrado a crenças religiosas, a despeito do acentuado cunho de moralidade que sempre o distinguiu, o Rio Grande não apresentava o aspecto das populações de outras regiões do nosso paiz, onde o espírito de religiosidade era sobremaneira intenso e desvirtuado, ao ponto de confundir suas fronteiras, não raro com as de um fanatismo boçalizador e enervante (MAIA, 1898, p.190).

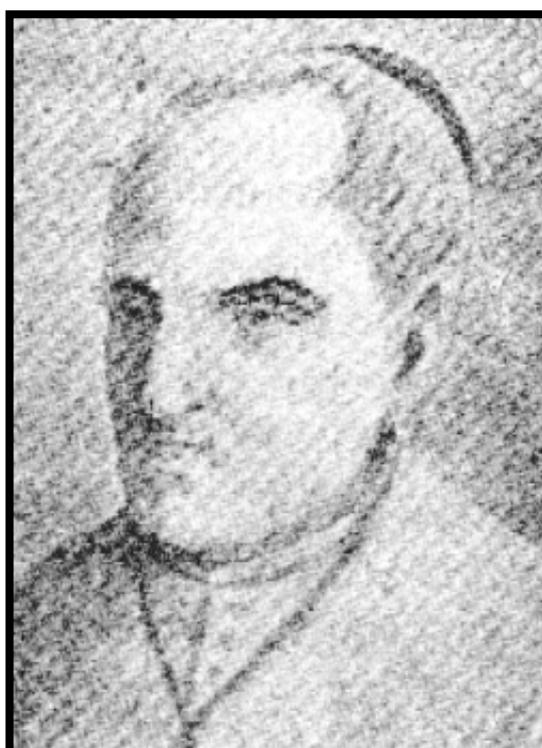


Fig. 20. Ilustração do primeiro bispo da província RS (1853). A narrativa esforçou-se em destacar a personagem como militar, envolvendo-a, também, em atos cívicos e trabalhos cotidianos. (MAIA, 1927. p. 146.)

Foram dedicadas quatro páginas para a história do primeiro bispo da diocese do RS, dom Feliciano José Rodrigues Prates⁵⁷. Maia narrou a história do primeiro bispo do RS, “um produto genuíno do próprio meio rio-grandense” (MAIA, 7ª ed., p.190), o que, para o autor, equivaleria ao envolvimento em algum tipo de atividade militar.

Tão completa era essa identificação, que o escolhido, sobre ser um paraco exemplar, profundamente venerado pela sociedade civil,

⁵⁷ Nascido a 17 de julho de 1781. Assumiu o episcopado, em Porto Alegre, a 20 de junho de 1853 e “morreu pobre” a 27 de maio de 1858, com 77 anos (MAIA, 1898, p. 190).

gosava da mais decidida estima das classes militares, no seio das quaes exercera, por longo tempo, seus sagrados misteres, participando da arduidade da vida dos acampamentos, marchas e guerrilhas em que se cifrava, a bem dizer, a acção dos combatentes d'essa época (Idem).

O religioso inspiraria civismo por sua participação em campanhas militares e sua dedicação ao trabalho na lavoura, em um ambiente externo à igreja.

A valorização da presença do pároco em campanhas militares e a sua aceitação pela “sociedade civil” aproximam o personagem do “conteúdo cívico” das lições de Maia, ao mesmo tempo em que o afastam do ambiente paroquial. “Nas horas vagas que lhe deixava o exercício do sacerdócio o padre Feliciano, com suas próprias mãos, arava e preparava a seara” (Idem, p. 191).

Na edição de 1927, Maia introduziu os temas da bandeira e do hino, afirmando tratar-se de símbolos cívicos “herdados” da “Republica Rio-Grandense de 1835” (MAIA, 1927, p.49). Entretanto, nem mesmo as cores da bandeira escapariam da conotação história militar ensinada por Maia.

A bandeira tricolor – em que a symbolica facha rubra da guerra não separa senão momentaneamente o verde e amarello da bandeira da Pátria – para religal-as opportunamente pelo regime federativo, é a mesma do Estado. Ao reunir-se a Constituinte Rio-Grandense, logo após a proclamação da Republica em 1889, para lançar as bases da organização do Estado autonomo, adoptou como insígnias officiaes (ibidem).

Podemos discordar que a “faixa rubra” da bandeira dos republicanos signifique “guerra”, pois tomando como exemplo o símbolo republicano do barrete, presente inclusive na mesma bandeira, no escudo de armas do Estado, a cor vermelha simbolizaria os ideais republicanos. “Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial” (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p.10). Essas tradições inventadas, utilizando-se de uma representação histórica dada pelo discurso oficial, sustentado por aparentes vestígios da materialidade cultural do passado, alcançaram tal grau de aceitabilidade social, que foram assumidas pela coletividade como uma verdade. Essas identidades foram sustentadas na memória da sociedade pela repetição de rituais cívicos que se utilizaram desses símbolos trazidos do passado. Esse passado ao alcançar um valor simbólico, passou a ser revivido, retornando ao presente através dos rituais cívicos. Que ao serem repetidos o rememoram, afastando-o do esquecimento.

Para Maia, os indivíduos heróicos explicavam a história. O autor apresentou seu primeiro personagem histórico republicano na “Licção XLIII – Varões illustres do Estado”- o “Dr. Ernesto Alves de Oliveira” - justificando que sua inclusão cabia, pela “ordem chronologica, inaugurar a galeria de servidores illustres da Republica, já fallecidos [...] Jornalista – e elle o foi, doutrinário” (MAIA, 1920, p.212). Este não era o único referido como “jornalista” por Maia e incluído em sua lista de heróis. Seguem os “propagandistas” em A Federação: Barros Cassal (MAIA, 1927, p.215), Júlio de Castilhos (idem, p. 220), Ramiro Barcellos (idem, p. 236) e Rivadávia Correa (idem, p.240).

Maia narrou, também, as peripécias políticas do Dr. João de Barros Cassal. Para falar sobre a figura de oposição ao governo de 1893, dedicou um espaço textual maior do que para Júlio de Castilhos. Centrou-se, em maior medida, nos eventos protagonizados por Barros Cassal no período da propaganda republicana. A oportunidade aproveitada por Maia o levou a apontar outra faceta de Cassal, diferente dos voluntarismos dos estudantes de Direito de São Paulo regressados à província.

Em 1893 o partido federalista trouxe do Estado Oriental do Uruguay uma revolução formidavelmente aparelhada, que empapou de sangue o território riograndense, e á qual veio encorporado Barros Cassal. Jugulada a revolução em 1895, este nosso patricio regressou ao Rio Grande (idem, p.218).

Maia apontou para a participação de Cassal entre os federalistas. Seguindo o desfile de seus mortos “illustres”, veio o lugar dedicado à figura de Julio de Castilhos, o “doutrinador profundo [...] dotado, além disso, de impressionantes qualidades de comando” (MAIA, 1927, p.220).

Maia discorreu, também, sobre a ação de Castilhos durante a Revolução Federalista. O conflito, iniciado em 1893, estendeu-se a outros estados do Brasil, as tropas federalistas e seus caudilhos passaram por Santa Catarina e alcançaram o Paraná. Desestabilizaram os governos daquelas localidades, promoveram saques, efetuaram combates e sitiaram cidades no Paraná e Santa Catarina, como o episódio do cerco da Lapa (FLORES, 1999).

Uma, duas, três invasões, aparelhadas no Estado Oriental, trouxeram as hostes revolucionarias ao Rio Grande do Sul. Castilhos, fortemente prestigiado pelo marechal Floriano Peixoto, que então presidia a Republica, reisistiu impavido ás ondas invasoras, aniquilou-as e venceu-as, n'um trabalho extenuante em que o palacio do governo se transformou n'um verdadeiro quartel-

general do commando em chefe das forças legais em operações (idem, p. 221).

O ditador sul-rio-grandense, o doutrinador, havia se entrincheirado estrategicamente em seu palácio, daquela fortificação, “um verdadeiro quartel-general” emitia o augusto Júlio Prates de Castilhos as ordens de comando aos “pica-paus” das forças republicanas.

Maia prossegue sua narrativa, comentando sobre as reações do ditador à “paz” concedida aos federalistas.

Afinal foi celebrada a paz, a 23 de agosto de 1895, entre vencedores e vencidos, comquanto em condições que não satisfizeram amplamente o dr. Julio de Castilhos. Este fazia questão de que os revolucionarios se submettessem incondicionalmente (MAIA, 1927, p.221-2).

A insatisfação de Castilhos não impediu a anistia, logo, quem se submeteu ao acordo foi o ditador, segundo o relato de Maia, e não os federalistas. Nem tão “impávido” como descreveu Maia (ibidem).

O autor didático/cívico escreveu, ainda, trechos atribuídos às memórias de Pinheiro Machado referentes à Federalista⁵⁸. Teria dito o Senador do PRR sobre as tropas que lutaram pelo governo castilhista:

Essas forças marcharam e operaram em todo o Rio Grande do Sul sem receber vencimentos [...] O benemerito Floriano certa vez nos telegraphou para que cooperassemos na fronteira de Bagé com o mallogrado João Telles. Partimos. Tendo o saudoso consolidador da Republica proposto, n’essa ocasião, soldo e fardamento ás nossas forças, ellas nobremente recusaram (MAIA, 1927, p.230).

Ao contrário do que Maia pretendia nos levar a acreditar, os sentimentos patrióticos daqueles soldados não os motivaria a lutar sem fardamento e soldo no RS. Julgamos haver outras forças persuasivas capazes de empurrar tais combatentes a seguirem os castilhistas como a coerção. Porém, as palavras do Senador Pinheiro Machado oferecem um quadro de aparente esgotamento dos recursos financeiros do Estado para sustentar seu esforço de guerra, indicando que o governo nacional subvencionava grande parte da campanha castilhista. Outra contradição seria atribuir às tropas a possibilidade de negarem-se a cumprir ordens, nesse caso, não aceitar soldo e fardamento.

⁵⁸ Maia, fiel ao estilo de redação jornalística, deixou de citar suas fontes ou referências bibliográficas, não esclarecendo como ou quando transcreveu as palavras que atribuiu ao senador republicano.

A análise do índice da obra de João Maia revela as discrepâncias de um discurso historiográfico dedicado ao público infantil. Um “trabalho” ou objeto destinado ao ensino elementar, de caráter historiográfico, deveria estreitar os laços com o programa escolar, mas os títulos daquelas lições apontam para um culto à violência. Das quarenta lições, oito contêm em seu enunciado, a palavra “guerra”, havia, também, os títulos de “último sangue” (Lição XXX) e “novos tributos de sangue” (lição XXXII). Além dessas, outras cinco referiram o termo “invasão” e diferentes enunciados compostos por “calmaria podre”, assalto, invasão combate, batalha, morte, revolução, humilhação. A didática castilhista para o ensino cívico assentou-se, diríamos, na pedagogia da violência. As lições de civismo eram, em resumo, narrativas de eventos militares, de idealização de indivíduos como heróis cujos exemplos de “coragem e patriotismo” expressavam-se nos recursos à violência. A delimitação do território do RS era explicada em função de excursões de paulistas ou pelas invasões estrangeiras. O espaço regional seria o campo da prática da barbárie, pois as tentativas de demarcar o território foram “malogradas” (1898, Lição XII). Devido ao seu conteúdo e linguagem as leituras das lições de história de João Maia estavam mais próximas de satisfazerem o público adulto do que as crianças das escolas elementares.

A didática cívico-castilhista estava tão próxima à memória de guerras, como preocupada em formar a identidade sul-rio-grandense representando-a pelas “virtudes heróicas” dos combatentes. Para cumprir com esses objetivos, João Maia buscou as raízes históricas da Primeira República na Revolução Farroupilha de 1835. Isso permitia o entendimento do passado como revivido. Ou seja, era a confirmação da “superioridade” dos interesses republicanos ao retomarem a marcha contínua dos acontecimentos, conforme os preceitos positivistas.

*A catastrophe do Fanfa*⁵⁹ [...] não conseguiu desalentar o animo dos luctadores de 35. Isto prova a superioridade de seus desígnios, que se não abatiam com os mais duros reveses experimentados. [...] Foi, pois, 6 de novembro de 1836 o dia memorável em que se inaugurou, definitivamente, a Republica Rio-Grandense (MAIA, 1898, p. 142).

⁵⁹. A “catástrofe do Fanfa” não foi à única derrota militar sofrida pelos farroupilhas, porém, resultara na prisão de Bento Gonçalves. Tal acentuação e evidência possibilitavam ocultar os demais reveses, ao dar para esse acontecimento uma atenção especial e ainda, acusando a Bento Manoel de trair os revoltosos, dissimulava a divisão interna dos provincianos a ambos os lados do conflito.

Ao discorrer sobre a “Revolução Farroupilha”, Maia a descreveu a partir dos indivíduos que nela exerceram o papel de comando. Organizou uma galeria de heróis farroupilhas onde se encontram sínteses biográficas de Antônio de Souza Neto, David Canabarro, Bento Gonçalves da Silva e José Gomes Portinho, quem “jamais assistiu a derrota” (MAIA, 1927, p.139). O autor atribuía a José Gomes Portinho “deficientíssima instrução adquirida em uma aula régia” (ibidem) e, ao final da guerra, “Bento Gonçalves, Canabarro, Portinho nada tinham de seu, como não tinham na quase totalidade os outros chefes” (MAIA, 1927, p. 140). Nesta passagem, Maia adicionou uma nota de roda-pé para citar o autor do qual compilou o trecho citado: Alfredo Ferreira Rodrigues⁶⁰. Em toda a obra é a única nota de referência que informa o nome do autor do qual foi extraído o texto, porém, o autor não estava incluído na lista de “obras consultadas” em 1898.

Tais indivíduos foram apresentados como “valorosos heróis”, “bravos guerreiros”; personalidades abnegadas, capazes de entregar tudo de si, inclusive a fortuna pessoal, para defender o ideal republicano. O que levaria a considerá-los, por tais atitudes, como moralmente superiores. Porém, assinalou que havia uma mácula nesses personagens, sua “deficientíssima instrução”, justificada pelo fato de ter sido adquirida em uma aula régia. Maia procurava, assim, desvalorizar o ensino durante o período imperial, considerando-o deficiente.

João Maia narrou, na lição chamada de “renascença do civismo” como o movimento republicano foi trazido ao RS por obra da “iniciativa de rapazes de talento, que na Faculdade de Direito de São Paulo se havia comprometido, solene e espontaneamente, a promover o reerguimento do civismo rio-grandense” (MAIA, 1898, p. 208). Esses jovens, após organizarem os “diferentes clubs republicanos” fundaram o Partido Republicano Rio-Grandense, que deliberou pela criação de um veículo de propaganda, “no dia 1º de janeiro de 1884, o primeiro número do jornal A Federação, órgão do partido republicano” foi impresso (Ibidem, p. 209). Nessa lição, ainda, o autor acusou os monarquistas de desprezarem a “força incoercível, intrínseca de certas leis que presidem ao desenvolvimento das sociedades”, ressaltando que

⁶⁰ Alfredo Ferreira Rodrigues fundou e dirigiu o *Almanaque Literário e Estatístico do RS*, que circulou entre 1889 e 1917. Possivelmente o texto de Maia foi extraído do mesmo Almanaque no artigo: *O desprendimento de Portinho* (1901, p. 141-3). (VILLAS-BOAS, 1974, p.434).

o ensinamento de 1835 permanecia de pé na História, para instruir-nos [...] não ficando isolado o exemplo rio-grandense, o imperio, assediado e perdido, havia de capitular, derrotado pelo patriotismo invencível do brioso povo brasileiro (MAIA, 1898, p.216).

Dessa forma, Maia adequou seu discurso às “leis” que governariam a história das sociedades, segundo as teorias positivistas, para explicar como o movimento republicano estava encadeado, desde o passado, com a Revolução Farroupilha. Havia uma lição, um ensinamento a ser compreendido ao final daqueles acontecimentos, o RS não estava “isolado”, pois, historicamente, fornecia exemplos instrutivos, possuindo uma herança histórica de memórias da sua luta contra o império brasileiro. Porém, o “povo brasileiro”, apenas citado, não participou daquele momento histórico, pois quem trouxe “a nova ordem das cousas” foi a “plêiade brilhante dos propagandistas ilustres da Republica vencedora” (ibidem, p.217).

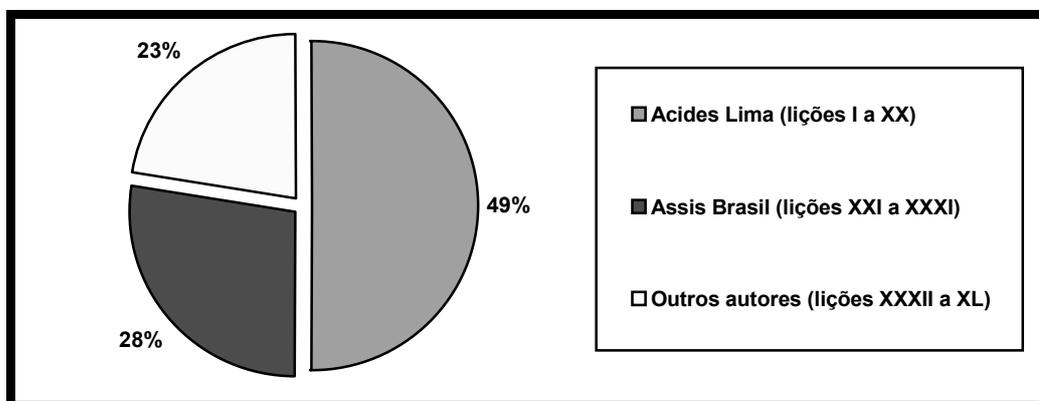
O livro de Maia não pode ser considerado uma obra didática positivista, ou até mesmo, cientificista. No seu contexto de produção, cabe apontá-la como obra historicista e eclética. Tendo sido formulada sob compilação de outras de caráter historiográfico, escritas para um público adulto, a obra de João Maia estava relacionada mais com o conteúdo da propaganda republicana e seu discurso do que com um sentido didático. Vejamos um quadro gráfico demonstrativo da participação de autores na obra de Maia (1898), para visualizar a composição de suas quarenta lições.

No contexto republicano descrito por Maia, a narrativa do movimento abolicionista justificava que, no RS, a escravidão “foi sempre em menor escala [...] jamais imperou o excessivo rigor [...] não raro, as festas intimas dos possuidores de escravos tinham como generoso fecho a concessão [sic] de uma ou mais cartas de alforria” (MAIA, 1898, p.211). Ou seja, tendo silenciado sobre as histórias de lutas por liberdade empreendidas pelos cativos, o autor argumentava, referindo-se aos “sentimentos piedosos dos rio-grandenses”, que tanto o número de escravos era pequeno, no estado, como o tratamento “punitivo” dado a eles era “humanitário”. Segundo o autor, os partidos - liberal, conservador e republicano - uniram-se em apoio à causa libertária, ressaltando que, tanto nas páginas de *A Federação* e nos comícios populares, os republicanos pela “pureza do seu ideal [...] fizeram sempre questão de liberdade imediata e incondicional [aos escravos]” (ibidem).

Em lição anterior (Licção X), Maia justificou que devido às “condições de pobreza” dos primeiros núcleos de colonos, o comércio de escravos, no RS, havia

vido pequeno, somando aos impedimentos do trafico negreiro “os perigos que oferecia a entrada da barra” (MAIA, 1898, p. 34). Essas idéias foram tomadas de Assis Brasil (1882, p.15), que dizia “o infame comercio não poderia ser ali [RS] exercido, a difícil e perigosa entrada da barra [...] a pobreza dos habitantes, que não permitia larga sahida a negra mercadoria”.

O gráfico, abaixo, sintetiza a participação de autores no trabalho de compilação de João Maia para a composição de sua obra. Alcides Lima forneceu o conteúdo das lições desde o período colonial até 1830. Seguiu, na linha de tempo e conteúdo doutrinário republicano pelas narrativas da Revolução Farroupilha, a obra de Assis Brasil.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Rio Grande do Sul, a impressão de livros didáticos, adotados para o ensino público pelos castilhistas, demandou que o Estado assumisse a função de editor, selecionando os textos a serem transformados em objetos para o ensino. A singularidade do conteúdo destinado à leitura nas escolas elementares, a fim de refletir a doutrina republicana, passou primeiramente pela avaliação sob os critérios do Conselho de Instrução Pública, até a reforma de 1897, daí, em diante, Conselho Escolar. A tecnologia tipográfica do RS, em finais do século XIX, limitava a produção de ilustrações nos livros escolares, as gravuras de mapas eram, em geral, importadas, o que encarecia o preço final dos exemplares ao serem incluídas. A pesquisa comparou as séries de publicação dos manuais, acompanhando os avanços tecnológicos da indústria gráfica local que possibilitaram a introdução de ilustrações nos manuais escolares de Maia (1920-27) em decorrência da substituição do maquinário tipográfico pelas máquinas de linotipografia.

O Estado sob o castilhismo, ao superar o entrave da guerra civil, pode produzir suas próprias lições de história e geografia regionais e ampliar o público a ser educado sob os princípios republicanos do ensino livre, leigo e gratuito. A produção de manuais escolares oportunizou multiplicar os objetos de leitura, contudo a didática do “ensino cívico” inerente a esses materiais, restringiu os conteúdos do discurso pedagógico. O processo de alfabetização permitia formar eleitores, mas era a educação cívica que qualificava o voto e incentivava os futuros cidadãos a defender o projeto de modernização republicana. O processo de adoção de livros didáticos, entendido como produto cultural, histórico, mercadológico, compreendia diferentes etapas; a apresentação dos livros ao Conselho Escolar, e conseqüentes avaliações e seleção; a aprovação do Inspetor Geral da Instrução Pública; o encaminhamento à impressão. O ato de adoção, não finalizava o processo, pois as obras ainda retornariam às sessões do Conselho, para a certificação de que seus apontamentos e correções foram executados pelos autores.

O método de ensino adotado, bem como a legislação que reorganizou a educação no RS (1897), apoiou-se nos modelos norte-americano e argentino, inclusive o texto daquele decreto, como afirmara o Inspetor Geral da Instrução

Pública, Manoel Pacheco Prates (Relatório 1898). O pensamento intuitivo, durante o século XIX, como reação romântica ao racionalismo iluminista desenvolveu-se, em tal proporção que, produziu um método pedagógico próprio. O método serviu para reforçar o programa de reformas educacionais e o ideal de formação do cidadão republicano, nas sociedades em processo de modernização, tendo defensores tanto na América do Norte quanto na Europa. O castilhismo valeu-se desse método pedagógico para introduzir mudanças nos conteúdos do sistema de ensino que favoreceram a imposição de sua doutrina sociológica.

A crítica ao conteúdo das obras adotadas pelos republicanos proporcionou entender seu caráter doutrinário. Os livros didáticos estudados seguiram as práticas usuais da época, utilizando a técnica de compilação, adaptando ou copiando literalmente os textos indicados em sua bibliografia. Contudo, a linguagem e o conteúdo das obras não condiziam nem com as práticas de ensino, nem com o público que receberia os objetos didáticos do Estado.

Os livros didáticos de história e geografia adotados associavam-se, desde seus autores até seu texto, à propaganda partidária republicana, à literatura regional e uma dada bibliografia de ampla circulação local. Com exceção de Henrique Martins que, não recebeu nenhum “prêmio” semelhante aos dois outros autores, apresentou filiações bibliográficas discordantes do partidário republicano e trouxe as referências bibliográficas mais próximas do ano de apresentação de seus manuscritos ao Conselho Escolar. A primeira edição do livro de Alfredo Varela, citada por Martins (1898, p. 15), datou de 1897, ou seja, o manual de geografia estava atualizado e de acordo com os princípios metodológicos de sua disciplina. O autor recebeu severas críticas de Inspectores do Conselho Escolar por não ter incluído mapas e ilustrações e por sua didática textual contrariar as propostas de ensino do método intuitivo, pois se centrava na memorização e não em “lições de coisas”. A obra gerou polêmica no interior do Conselho Escolar para sua adoção. A análise de conteúdo revelou que Martins (1898) introduziu, em notas de rodapé, as marcas da memória de eventos da Revolução Federalista em sua obra de geografia. A forma discursiva adotada pelo autor indica certa simpatia pelos revolucionários. Essas memórias impossibilitaram sepultar o passado da guerra civil (1893/95) e refletiam o contexto de afirmação dos republicanos, no RS.

A nomeação de João Cândido Maia, como Inspetor Escolar da 7ª região (Cruz Alta), correspondeu, na mesma medida da importância de seu livro de história do RS

para o ensino cívico, ao grau de participação de autores partidários do republicanismo na composição das lições dedicadas às aulas elementares.

José Pinto da Fonseca Guimarães foi designado à Direção da Biblioteca do Estado, cargo com remuneração inferior ao de inspetor regional. As lições de Guimarães (1896) apresentavam aos seus leitores uma identidade cultural e histórica distinta da proposta do livro de Maia (1898) - a descrição da paisagem e da história, a literatura regionalista -, sintetizando o espaço e o homem do RS, na figura mítica do “monarca das coxilhas”, que se fazia presente na história militar do estado através dos “sucessos” atribuídos à cavalaria militar durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). O sujeito histórico encarnado pela figura do gaúcho, segundo Guimarães, além de guerreiro e trabalhador, em estâncias de *gauderias*, é um agente cívico na sociedade. Na imagem do “monarca das coxilhas”, o autor agregou significado a um elemento de indumentária, evocando o uso do chapéu “republicano” (de abas largas) pela figura heróica, tornou reconhecível sua filiação partidária.

Esses manuais escolares de história e geografia evidenciavam a atuação de indivíduos heróicos, em narrativas que justificavam o emprego da violência, como forma de solucionar os conflitos políticos. Esses personagens, narrados aos alunos do ensino elementar, afirmavam uma hierarquia social e o reconhecimento da autoridade sobre um indivíduo histórico cujos méritos eram explicados de forma simplista pelo caráter das lutas em defesa da liberdade popular, das fronteiras nacionais, em ações que representavam os valores de um passado de republicanos no RS e revivido pelos castilhistas. Pode-se negar que tais sujeitos históricos assumiram a figura do herói romântico, pois a carga simbólica que eles traziam representava princípios teóricos de diferentes correntes, entre elas o positivismo, com as propostas de culto às personalidades exemplares da “história da civilização”.

Houve lugares, naqueles manuais escolares, para as memórias castilhistas e as federalistas e, até, para o saudosismo do período imperial. Porém, alguns sujeitos históricos ficaram omissos, as mulheres, apenas representadas no poema de Múcio Teixeira, em Guimarães (1896), “Chinoca”, mas de forma tímida, submissa ou romântica, vista no “simulacro de guerra” das Cavalhadas, a receber e retribuir uma “argolinha” revivendo uma tradição medieval herdada da cultura ibérica. Em relação aos escravos e afro-descendentes, coube-lhes a negação de sua presença histórica com justificativas econômicas, ou seja, devido à “pobreza” dos imigrantes. Os

processos e eventos históricos da luta dos escravos por sua liberdade ficaram suprimidos, ofuscados diríamos, diante do “movimento abolicionista republicano”.

A pesquisa abre perspectivas de continuidade dos estudos centrados nos manuais escolares de história e geografia do RS, didáticos e para-didáticos, produzidos por autores gaúchos, que, ao longo do século XX, foram adotados no ensino público. Nesse sentido, em um levantamento preliminar, é possível identificar alguns títulos importantes: *História do Rio Grande do Sul para uso das escolas públicas do Estado*, da professora Stela Dantas de Gusmão (1911); *Cronologia da história rio-grandense*, do professor Afonso Guerreiro Lima (1916). Considerando que os autores dessa nova manualística possuíam experiência em sala de aula, os elementos didáticos de seus livros como linguagem, organização e conteúdo merecem uma atenção especial. O período do Estado Novo, com sua política nacionalista, deixaria de ser um “hiato” no estudo. Para esse período, destacam-se os livros para-didáticos: *Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul*, de Aurélio Porto (1936); *Efemérides Rio-Grandenses*, de Clemenciano Barnasque (1931). Seguindo a cronologia, *Viagens através do Brasil* (1951, 4ª ed.), de Ariosto Espinheira, cujo volume 5 é dedicado exclusivamente para o RS. Na década de cinquenta: *Vamos conhecer o Rio Grande*, de Giselda Guimarães Gomes e Edith Guimarães Lima (1952); *Rio Grande do Sul*, de Teobaldo Miranda Santos (1955); *História do Rio Grande do Sul*, de Emílio Fernandes de Souza Docca (1954); *História Geral do Rio Grande do Sul*, de Arthur Ferreira Filho (1958). Para a década de 1960, obras como *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*, de Amir Borges Fortes (1960); *Páginas do Sul*, Nely Cunha e Helga Trein (1965). Para os anos 1970, *História do Rio Grande do Sul*, Danilo Lazzarotto e Maria Helena Abrahão Schorr (1971). A possibilidade de continuar o estudo, em investigar fatores como o mercado editorial e as reformas de ensino no RS, ao longo do século XX, responderia a seguinte questão: o que se sabe, depois de cem anos, sobre livros didáticos de história e geografia do Rio Grande do Sul ?

Partindo do presente estudo, pode-se afirmar que o Estado do RS, desde 1898, incentivou e continuou financiando a produção de manuais escolares de história e geografia, assumindo as responsabilidades de selecionar o conteúdo, transformar manuscritos em obras impressas, encomendar e consumir a publicação de milhares de exemplares. Mas, diversificando o conteúdo das obras, para refletir o sentido das mudanças históricas e sociais em discursos fáceis de serem entendidos

pelas crianças e elaborados pelos historiadores dos grupos instalados no poder. Dessa forma, os livros didáticos e para-didáticos podem ser analisados como propositores de rupturas e/ou continuidades na elaboração de identidades culturais e políticas em relação às obras anteriormente editadas pelo Estado republicano.

Esta dissertação alcançou satisfatoriamente seu objetivo. Reuniram-se condições teóricas de avaliar e contextualizar criticamente o objeto, com base em estudos de História Cultural, História da Economia e História da Educação, para analisar o conteúdo das lições dos livros didáticos de história e geografia. Por sua vez, os documentos da Instrução Pública analisados, responderam com valiosas informações as interrogações investigativas, tanto os manuscritos como os contratos de compra de materiais escolares, as atas do Conselho Escolar, os registros do almoxarifado da Instrução Pública, quanto os documentos impressos (Relatórios à presidência do Estado). Assim, o embasamento teórico e metodológico tornou possível acompanhar a trajetória daqueles livros didáticos pelos vestígios documentais da burocracia estatal e identificar os agentes sociais que participaram de sua produção e consumo. A abordagem do objeto sequer deteve-se em seus aspectos textuais, ou restringiu-se ao período de sua materialidade, trouxemos evidências de discursos que sublinhavam a “notória carência” de livros de leitura, história e geografia do RS, dedicados ao ensino elementar.

Esses livros didáticos mantiveram laços com a política partidária republicana, mas pertenciam ao ambiente escolar, eram instrumentos de práticas pedagógicas e suportes de saberes auxiliares à educação moral das crianças. Simbolizavam para seus autores o objeto que os oportunizou o reconhecimento e prestígio social, alavancando suas carreiras como respeitáveis historiadores e geógrafos. Para o livreiro contratado, uma fonte de lucro; para o Estado, a materialização das condições de ensino necessárias para difundir seus ideais cívicos enquanto difundia uma identidade histórica e regional. Enfim, após 110 anos de sua apresentação à mesa do Conselho Escolar, esses objetos continuam a receber críticas e elogios, após seduzir o pesquisador ao manuseio e à leitura.

Bibliografia de referência

ALBECHE, Daysi Lange. *Imagens do gaúcho; história e mitificação*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1996.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da Historiografia Sul-Rio-Grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: UFRGS, 1983. (Dissertação).

ALMEIDA, Maximiliano M. M. Historiografia didática castilhistas: livros didáticos de história e geografia adotados para as escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul entre 1896 e 1902. in: Rocha, Márcia Medeiros da. *IV mostra de pesquisas do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p.237-247.

ARÓSTEGUI, Julio. Traumas colectivos y memórias geracionais. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. *Guerra civil, mito y memoria*. Madrid: Ed. Marcial Pons, 2006. p. 57-94.

ARÓSTEGUI, Julio. *La investigación histórica: teoría y método*. Barcelona: Ed. Critica, 2001.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 6ª ed. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: BASTOS, Maria Helena C.; CATANI, Denice Barbara (orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

BASTOS, M. H. C. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939 – 1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

BAKOS, M.;PIRES, L. de A. *Os escritores que dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/USF, 1999. p.7-9.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). In : *Educação e pesquisa*. São Paulo: FEUSP. Vol. 30, nº3 2004. p. 475-492.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BORGES, Jorge Luís. *História universal da infâmia*. Trad. Flávio José Cardozo. Porto Alegre: Ed. Globo, 1993.

BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. *Educação e pesquisa*. São Paulo: FEUSP. Vol. 30, nº3, 2004. p. 493- 511.

BOUTIER, Joseph; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1998.

BOUVERESSE, Jacques. *Prodígios e vertigens da analogia: o abuso das belas letras no pensamento*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira, TAMBARA, Elomar; PERES, Eliane. Os compêndios de “História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico” e a identidade gaúcha. *12º Encontro Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação*. Santa Maria: 2006. (CD-Rom).

CARNEIRO, Paulo. (organizador). *Idéias políticas de Júlio de Castilhos. Introdução, notas bibliográficas, cronologia e textos selecionados*. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro ; Senado Federal: Brasília, 1981.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michael de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Ed. Forense. 1982.

CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1956.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

CHOPPIN, Alain. Os manuais escolares na França e a formação do cidadão. Trad. Julieta Beatriz R. Desaulniers. In: *VERITAS*. Porto Alegre: v. 43, dez. 1998. p.183-192.

FLORES, Moacyr. *Historiografia*. Porto Alegre: Nova Dimensão-Edições Renascença, 1989.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. 2ª ed. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e ensino de História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GOLDSMITH, Raymond W. *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. Harper & Row do Brasil Ltda: São Paulo. 1986.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. In: *História em revista; dossiê: historiografia*. Pelotas: Ed. Univ. Fed. Pelotas. V.6, dez. 2000. p.21-36.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2005.

HOBSBAWN, E. & RANGER, P.(org.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. In: *Revista brasileira de história da educação*. Nº 1. jan./ jun. 2001 p. 9-43.

LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1979.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1901)*. São Paulo: Univ. Estadual de Campinas, 2004. (Tese).

Le GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997. Volume 1. Memória-História. p.95-106.

LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1935.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 1975.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. In: *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, nº 1. p 5-14. Portugal. 2006. Consultado, em 03/07. <http://sisifo.fpce.ul.pt>.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1978.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição de lembranças. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A história escrita, teoria e história da historiografia*. São Paulo: Ed. Contexto. 2006. p. 65 –94.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In : BIANCHETTI, Lucídio; MACAHADO, Ana Maria Netto. *A bússola do escrever, desafios e estratégias na orientação de teses edissertações*. Florianópolis/São Apulo: Ed. UFSC/Cortez Editora, 2002. p. 25-41.

MONTEIRO, Charles. Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920. in: *Estudos Ibero-Americanos*.. Porto Alegre: PUCRS, v. XX, p.163-172, julho, 1994.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Ed. Sulina , 2005.

MORIN, Edgar. *O método: o conhecimento do conhecimento*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Ed. Sulina. 1999. Vol. 3.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A pedagogia de Sívio Romero e as suas notas de leitura. *Revista brasileira de história da educação*. Campinas: Autores Associados: Nº 11. jan./jun 2006, p. 41-99.

NICHOLS, Madaline Wallis. *O gaúcho*. Trad. Castilhos Goycochea. Rio de Janeiro: Ed. Zelio Valverde, 1946.

NOGUEIRA, Sônia Martins de Almeida. *O surgimento dos sistemas nacionais de ensino: a instrução pública no Brasil e na Argentina, na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993 (Tese).

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. UNICAMP. 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. *Memória e (res) sentimento, indagações sobre uma questão profunda*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2001. p.223-238.

PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina 2. De San Martín a “El granero del Mundo”*. Buenos Aires: Planeta, 2005.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.

SCHELBAUER, Analete Regina. *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889)*. São paulo: USP, 2003 (Tese).

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Trad., notas e apresentação: Pedro Sússekind. Porto Alegre: LP&M, 2007.

SOUZA, Rosa F. de. Tecnologias de ordenação escolar no século XIX. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Ed. Autores Associados. Nº 9. jan. 2005. pp. 9-42.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Livros didáticos de história e geografia: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

TAMBARA, Elomar. *A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1991. (Tese).

TRINDADE, Iole M. F. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas: ser maternal, nacional e mestra: queres ler?* Porto Alegre, UFRGS, 2001. (Tese).

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70. 1971.

VILLAS-BOAS, Pedro Leite. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*, autores. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1974.

WEHLING, Arno. *A invenção da história, estudos sobre o historicismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 2001.

FONTES IMPRESSAS

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário interino do Estado dos Negócios do Interior e Exterior Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre. Oficinas Typographicas de A Federação. 15 de novembro de 1893. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Secretário interino do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre. Oficinas Typographicas de A Federação. 31 de agosto de 1894. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Oficinas a vapor da Livraria Americana. 15 de agosto de 1895. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Oficinas a vapor da Livraria Americana. 31 de julho de 1896. (Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Oficinas a vapor da Livraria Americana. 1897. (BPERGS)

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Livraria o Globo. 1898. (BPERGS).

Relatório ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado da Fazenda. José de Almeida Martins Costa Junior. Porto Alegre: Oficinas typographicas d'A Federação. 1898. (BPERGS)

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Oficinas Typographicas de Emilio Wideman & Filhos. 1899. (BPERGS).

Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1900. (BPERGS).

BRASIL, Assis. *História da República rio-grandense*. vol.1 (edição preparatória). Rio de Janeiro. MDCCCLXXXII. (PUCRS).

FRANKENBERG, João von. *Historia do Brazil, escripta para meninos*. Porto Alegre: Liv. Rodolpho José Machado.s/d. 4ªed. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio G. do Sul).

FRANKENBERG, João von. *Compendio de Geographia Elementar para uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1903. 1ª edição. (IHGRGS).

GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca. *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. Pelotas: Livraria Americana, ed. Carlos Pinto e Cia, 1896. (IHGRGS)

GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca. *O Rio Grande do Sul para as escolas*. 2ª ed. Pelotas: Liv. Americana, Carlos Pinto e Cia. 1899. (PUCRS)

HOMEM, Joaquim Salles Torres. *Manual de philosophia escolar*. Porto Alegre: Rodolpho José Machado. 1889. (PUCRS)

JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul; precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. (1883). Porto Alegre: Edições ERUS/ Cia. União de Seguros. 1979. – texto reproduzindo a íntegra da 1ª edição com atualização ortográfica.

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino*. Porto Alegre: Liv. Rodolpho José Machado/ oficinas a vapor Franco e Irmãos. 1898. (PUCRS, IHGRGS).

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. 4ª.ed. Porto Alegre: Liv. Rodolpho José Machado / Typographia de César Reinhardt, 1904 . (UFRGS, PUCRS)

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. 7ª ed. Porto Alegre. Casa ed. Selbach & Mayer. (s.d)

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. Porto Alegre: Ed. Globo. 1920. (IHGRGS).

MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. Porto Alegre: Liv. Selbach, 1927.(PUCRS, AHRGS, IHGRGS).

MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. Nova Edição. Porto Alegre: Liv. Selbach. (BPERGS).

MARTINS, Henrique. *Elementos de Chorografia do Brasil*. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1896. (IHGRS).

MARTINS, Henrique. *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria e officinas a vapor de Franco & Irmão, 1898. 1ª edição. (IHGRS).

MARTINS, Henrique. *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre: Liv. do Globo. 1909. (PUCRS).

PORTO, Bento; RATH, Francisco. *A guerra no Rio Grande do Sul, sua principaes operações*. Porto Alegre. 1896. Mapa c/ notas explicativas. (PUCRS).

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. *Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro: Lei de 1827, Reforma Couto Ferraz – 1854, Reforma Leôncio de Carvalho, 1879*. Pelotas: Seiva, 2005.

VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul, descripção physica, historia e economia*. Porto Alegre: Echenique & irmão. 1897. (PUCRS).

Leis, Actos e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1897. Porto Alegre: Officinas Typographicas de Echenique , Irmãos & Cia. 1907. (AHRGS).

Revista do Ensino. Porto Alegre. Anos 1954/1962. (PUCRS).

Catálogo editado con motivo del XXII Congresso de la ISCHE. *El libro y la Educación* (2000). (Alcala : ANELE, 6-9/ 9/2000). (MHCBASTOS)

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro –55. *Livro de Atas das sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895.*

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro- I 56. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904.*

(AHRGS) . Instrução Pública. Livro - I 99. *Livro do Registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuído às escolas. 1898/1903.*

(AHRGS). Instrução Pública. Livro - I 195. *Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino, 1897/1898.*

(AHRGS). Instrução Pública. Livro – I 186. *Livro dos materiais remetidos às aulas públicas 1896.*

(AHRGS). Instrução Pública. Livro – I 196. *Livro no.1 Registro de contratos com fornecedores de móveis escolares (1898-1904).*

(AHRGS) Instrução Pública. Livro – I 33. *Protocolo de requerimentos 1897.*

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AXT, Gunter (org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova prova, 2005.

BALDISSERA, José Alberto. *O livro didático de história: uma visão crítica*. 4ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas : o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIEHL, Astor Antônio. *Do método histórico*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

FALCON, Francisco. *História cultural; uma nova visão sobre sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Campus. 2002.

FÉLIX, Loiva Otero, ELMIR, Cláudio P. (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Ed. da Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero, RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (orgs.). RS: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF. 2002.

FONTANA, Josep. *A História dos homens*. Trad. Heloísa J. Reichel e Marcelo F. Da Costa. Bauru, SP: EDUSC. 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 3ª ed. Ed. da Universidade/UFRGS: Porto Alegre, 1996.

GIOLO, Jaime. *Lança & grafite (a instrução no Rio Grande do Sul, da primeira escola ao final do Império)*. Passo Fundo: Gráfica e Ed. UPF, 1994.

GOLIN, Tau. *A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Ed. Ortiz. S.A. 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1988.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2ª. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: EDUSF, 2002

MATUS, Carlos. *Estratégias políticas: Chipanzé, Maquiavel e Gandhi*. Trad. Giselda Barroso Sauveur. São Paulo: FUNDAP, 1996.

NETO, Kraemer. *Nos tempos da velha escola*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

PINTASSILGO, Joaquim. *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1998.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: Um projeto político alternativo (RS:1889-1930)*. LP& M Editores S/A: Porto Alegre, 1986.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Gráfica da Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 1980.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Paradigmas do estudo da história: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo*. Porto Alegre: IEL/IGEL. 1991.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

WASSERMAN, Cláudia. *Percurso intelectual e historiográfico da questão nacional e identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de*

repercussão do conhecimento histórico. In: Revista *Anos 90 : Historiografia e pensamento latino-americanos* – Porto Alegre – n.18/dezembro 2003. UFRGS.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.